

**UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR**

**FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS**

**DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA**



Habitação social, um modelo habitacional em equação: um estudo de caso no Bairro do Cabeço (Tortosendo).

Orientador de mestrado: Professor Dr. Domingos Vaz

Mestranda: Patrícia Pereira, nº M 2534

Julho 2009

**UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR**

**FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS**

**DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA**

**HABITAÇÃO SOCIAL, UM MODELO HABITACIONAL EM  
EQUAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO NO BAIRRO DO CABEÇO  
(TORTOSENDO)**

Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais,  
na especialidade de Exclusões e Políticas Sociais,  
apresentada à Universidade da Beira Interior  
sob orientação do Professor Dr. Domingos Vaz

**Patrícia Isabel Marques do Vale Pereira**

**Tortosendo 2009**



*“EU CONSIDERO UMA CASA ALGO DE VERDADEIRAMENTE  
SAGRADO.*

*É O SEGUNDO CORPO DO HOMEM, UM REFÚGIO DIVINO”*

*(Manuel de Oliveira)*

## **Agradecimentos**

Em primeiro lugar agradeço aos meus pais o incentivo que me deram para continuar a minha formação académica após ter terminado a licenciatura em 2008, a sua compreensão ao longo destes anos e o apoio psicológico que me deram para que pudesse levar a cabo a investigação a que me propusera.

Ao Professor Dr. Domingos Vaz, orientador da cadeira de mestrado, pela sua disponibilidade, paciência e colaboração que desde o primeiro dia dedicou a esta dissertação. Não posso deixar de lhe agradecer o apoio que me deu o longo de cada fase desta dissertação, começando pelo seu auxílio inicial na determinação do tema a tratar, pelas sugestões e ideias que me foi transmitindo à medida que a dissertação se foi desenvolvendo, pelo rigor das suas críticas e observações que contribuíram, não só para melhorar a dissertação, mas também as minhas capacidades de investigação.

Ao professor Dr. João Esgalhado, Vice-presidente (Vereador responsável do departamento da Habitação) da Câmara Municipal da Covilhã que sempre me facultou a informação necessária para a concepção do meu trabalho.

Também é com sinceridade que agradeço aos habitantes do bairro social do Cabeço que muito contribuíram para tornar possível esta dissertação.

E por fim, um grande agradecimento sincero para todos os meus amigos e colegas que de uma forma ou de outra contribuíram para a realização desta dissertação de mestrado.

A todos eles o meu reconhecimento!

## **Abreviaturas**

IGAPHE – Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional

INE – Instituto Nacional de Estatística

INH – Instituição Nacional de Habitação

PER – Programa Especial de Realojamento

Pobreza III – Programa Comunitário para a Integração Económica e Social dos Grupos

Menos Favorecidos

## **Resumo**

A principal preocupação da habitação social, era alojar a população que se tinha deslocado em massa para as cidades (êxodo rural) para trabalhar na indústria. Se a melhoria das condições habitacionais cria mobilidade sócio – residencial nos habitantes destes bairros, também cria processos de reprodução de uma cultura de pobreza.

Deste modo, o problema da habitação em Portugal é um dos maiores fracassos em termos políticas habitacionais, na medida em que o Estado deixa o sector privado intervir no fornecimento dos bens e serviços ligados à habitação, existindo uma desresponsabilização do Estado.

Simultaneamente, os bairros de realojamento social, continuam a ser locais de concentração de problemas sociais, o que irá dificultar uma boa integração.

Este estudo incide-se sobre o bairro social do Cabeço, na freguesia do Tortosendo, um bairro de habitação social construído em 2005, com o objectivo de realojar famílias que viviam em condições precárias.

Palavras – chave: habitação, apropriação do espaço, satisfação residencial, segregação social

## **Resume**

L'inquiétude principale du logement subventionné était la population qui avait déménagé dans masse pour les villes de camp (exode rural) travailler dans l'industrie. Si l'amélioration des conditions de l'habitational crée la mobilité social - résidentiel dans les habitants de ces voisinages, il crée aussi des processus de reproduction d'une culture de la pauvreté.

Ce chemin, le problème de la maison au Portugal est un des plus grands échecs dans politique de l'habitational des termes, dans la mesure dans que l'État laisse le secteur privé à intervenir dans la provision des marchandises et a lié des services à la maison, en existant un manque de responsabilité de l'État.

Simultanément, les salles de réaffectation sociale, continuent à être local de concentration de problèmes sociaux, ce qui entravera une bonne intégration.

Cette étude s'est passée sur le voisinage social de Cabeço, sur Tortosendo, qu'un voisinage du logement subventionné a construit en 2005, avec l'objectif de redistribuez des familles qui vivaient en conditions précaires.

Mots-clef: Habitation, appropriation de l'espace, satisfaction résidentielle, ségrégation sociale,

## **Abstract**

The main concern of the subsidized housing was the population that had moved in mass for the cities from camp (rural exodus) to work in the industry. If the improvement of the habitational conditions creates mobility social - residential in the inhabitants of these neighborhoods, it also creates processes of reproduction of a poverty culture.

This way, the problem of the house in Portugal is one of the largest failures in terms habitational politics, in the measure in that the State leaves the private sector to intervene in the supply of the goods and linked services to the house, existing a lack of responsibility of the State.

Simultaneously, the wards of social reallocation, continue to be local of concentration of social problems, what will hinder a good integration.

This study is happened on the social neighborhood of Cabeço, on Tortosendo, a subsidized housing neighborhood built in 2005, with the objective of reallocate families that lived in precarious conditions.

**KeyWords:** Habitation, appropriation of the space, residential satisfaction, social segregation

## ÍNDICE GERAL

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>PARTE 1 – BASE CONCEPTUAL DE PESQUISA</b>	
<b>Capítulo I – Estado – Providência e Políticas sociais de habitação</b> .....	<b>3</b>
1.1. O papel do Estado - Providência.....	3
1.2. Políticas sociais de habitação.....	6
1.3. A habitação social em Portugal .....	10
<b>Capítulo II – Pobreza e exclusão social</b> .....	<b>16</b>
2.1.Exclusão social: a centralidade de um problema.....	16
2.2.Formas de exclusão.....	20
2.3.Domínios de vulnerabilidade.....	22
<b>Capítulo III – Satisfação residencial e apropriação social do espaço</b> .....	<b>24</b>
3.1. Satisfação residencial.....	24
3.2. Identidade e representações sociais .....	29
3.3. O realojamento, o sonho de uma vida.....	30
3.4. Ruptura de sociabilidades.....	31
<b>Capítulo IV – Cidade e Coexistência de Grupos Heterogéneos</b> .....	<b>33</b>
4.1. Interacção social de diferentes grupos na malha urbana.....	33
4.2. Migrantes e minorias étnicas.....	36
4.3. A presença cigana em Portugal: um caso de exclusão secular.....	38
4.4. Reapropriação do espaço e transformação identitária.....	39

## **PARTE 2 – ESTUDO DE CASO: O BAIRRO SOCIAL DO CABEÇO**

<b>Capítulo V – Método e procedimento de pesquisa.....</b>	<b>43</b>
5.1 Caracterização do objecto de estudo de pesquisa.....	43
5.5 Formulação de hipóteses.....	46
5.6 Metodologia, técnicas de pesquisa.....	47
5.7 Observação directa.....	48
5.8 População em análise/amostra.....	49
<b>Capítulo VI – Análise Sócio - Demográfica.....</b>	<b>51</b>
6.1 Contextualização local.....	51
6.2 Demografia e equipamentos sociais.....	52
6.2.1 Equipamentos de saúde na freguesia do Tortosendo.....	61
6.2.2 População activa e população desempregada no concelho da Covilhã.....	63
6.3 Caracterização do Bairro Social do Cabeço.....	64
6.3.1 Caracterização da população inquirida.....	64
6.3.2 Caracterização socioeconómica e profissional dos residentes do bairro social.....	65
<b>Capítulo VII – Análise Empírica.....</b>	<b>73</b>
<b>Considerações finais.....</b>	<b>88</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>91</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>96</b>

## Índice de Quadros

<b>Quadro 5.1</b> – Características do bairro social do Cabeço.....	44
<b>Quadro 5.2</b> – Índice de pessoas alojadas no bairro social do Cabeço.....	44
<b>Quadro 5.3</b> – Índice da população do bairro social segundo a profissão.....	45
<b>Quadro 6.1</b> – População residente no concelho da Covilhã por escalão etário.....	52
<b>Quadro 6.2</b> – Evolução da na freguesia de Tortosendo.....	52
<b>Quadro 6.3</b> – População residente na freguesia de Tortosendo por grupos etários...	53
<b>Quadro 6.4</b> – População residente no concelho da Covilhã segundo o nível de instrução.....	53
<b>Quadro 6.5</b> - População estudantil por níveis de ensino em 2003 na freguesia de Tortosendo.....	54
<b>Quadro 6.6</b> – Número de imigrantes residentes no concelho da Covilhã.....	55
<b>Quadro 6.7</b> – Tipo de famílias no concelho da Covilhã.....	55
<b>Quadro 6.8</b> – Tipo de alojamento no concelho da Covilhã por freguesia.....	56
<b>Quadro 6.9</b> – Bairros de habitação social no concelho da Covilhã.....	58
<b>Quadro 6.10</b> – Evolução da habitação na freguesia de Tortosendo.....	59
<b>Quadro 6.11</b> – Bairros de habitação social na freguesia de Tortosendo .....	59
<b>Quadro 6.12</b> – População a residir em habitação social no concelho da Covilhã.....	60
<b>Quadro 6.13</b> – Índice de população activa por sectores de actividade no concelho da Covilhã.....	62
<b>Quadro 6.14</b> – População residente com 12 ou mais anos segundo o principal meio de vida(%) na freguesia de Tortosendo .....	63

## Índice de Gráficos

<b>Gráfico 6.1</b> – Sexo da população inquirida.....	64
<b>Gráfico 6.2</b> – Idade da população inquirida.....	65
<b>Gráfico 6.3</b> – Profissões da população inquirida.....	66
<b>Gráfico 6.4</b> – Distribuição da população segundo a situação profissional .....	67
<b>Gráfico 6.5</b> – Habilitações literárias dos inquiridos.....	68
<b>Gráfico 6.6</b> – População segundo a naturalidade.....	70
<b>Gráfico 6.7</b> – Classificação da habitação anterior.....	72
<b>Gráfico 7.1</b> – Anos de residência.....	73
<b>Gráfico 7.2</b> – Problema com a casa.....	74
<b>Gráfico 7.3</b> – Tipo de obras realizadas na casa.....	76
<b>Gráfico 7.4</b> – Problemas com a área residencial.....	78
<b>Gráfico 7.5</b> – Serviços que fazem falta.....	80
<b>Gráfico 7.6</b> – Avaliação dos residentes da localização do bairro social.....	83
<b>Gráfico 7.7</b> – Com que vizinhos se relacionam mais frequentemente.....	85
<b>Gráfico 7.8</b> – Avaliação da união entre os residentes do bairro social.....	85

## Índice de Tabelas

Tabela 6.1 – Estrutura etária da população inquirida.....	64
Tabela 6.2 – Situação económica e profissional dos residentes do bairro social.....	65
Tabela 6.3 – Habilitações literárias dos inquiridos.....	67
Tabela 6.4 – Distribuição do tipo de casa.....	68
Tabela 6.5 – Sistema de habilitações dos inquiridos.....	69
Tabela 6.6 – Distribuição da população segundo a localidade da residência anterior.....	71
Tabela 7.1 – Caracterização das condições habitacionais.....	74
Tabela 7.2 – Realização de obras de melhoramento, reparação ou alteração.....	75
Tabela 7.3 – Avaliação do bairro.....	77
Tabela 7.4 – Principais problemas no bairro.....	79
Tabela 7.5 – Imagem que os outros têm do bairro e os motivos segundo a residência.....	81
Tabela 7.6 – Gosto e desgosto pelo bairro.....	82
Tabela 7.7 – Relações com a vizinhança segundo a residência.....	83
Tabela 7.8 – Existência de alguma associação no bairro social.....	86
Tabela 7.9 – Relação com a comunidade Tortosendense.....	87

## PARTE 1 – BASE CONCEPTUAL DE PESQUISA

## Introdução

A habitação acarreta problemas extremamente importantes, na medida em que se reflectem na qualidade de vida das populações. Em Portugal este problema está longe de ser resolvido, verificando-se um número bastante significativo de pessoas a viverem em condições de grande precariedade a nível habitacional e a consequente deterioração do tecido social. Assim, tornou-se primordial analisar a habitação social através de uma abordagem sociológica do alojamento em que é posto um acento tónico em questões como a apropriação do espaço e a satisfação residencial. O tema seleccionado cativou-me, por ter uma forte componente sociológica e a habitação ser um problema social, ao qual pode estar associada a ideia de pobreza, de segregação, e de exclusão social.

Para tal irei executar um estudo de caso no Bairro Social do Cabeço, da freguesia do Tortosendo, pertencendo ao concelho da Covilhã. Trata-se também de um estudo que pretende conhecer melhor a problemática deste realojamento específico. Sendo assim, procurarei saber se *"a construção dos bairros sociais aparecem como meio de inclusão ou se a forte estigmatização social que os bairros estão sujeitos acabam por excluir os seus habitantes, em particular, saber se o Bairro Social do Cabeço foi bem sucedido"*.

Nesta perspectiva começarei por apontar alguns dos aspectos fulcrais sobre a história da habitação social. O forte êxodo rural e as migrações trouxeram para as cidades muitas pessoas. Foi então necessário dar resposta de habitação a estas populações. Foi ao Estado que coube garantir o alojamento destes migrantes. No caso da habitação social, e ao contrário de outras políticas sociais, já existia a sua implementação antes da existência do Estado – Providência em Portugal.

As políticas de habitação social, amplamente implementadas pelo estado – providência a partir de 1974, permitiram integrar uma ampla franja da população que de outra forma não teria acesso à educação, à saúde ou à habitação. Particularmente, a habitação social foi criada com o objectivo de melhorar as condições habitacionais das populações mais desfavorecidas. A integração em bairros sociais das populações mais desfavorecidas, foi apenas pensada em termos habitacionais, como a casa só por si garantisse a melhoria das condições de vida destas pessoas. Determinadas características dos bairros sociais, como a segregação urbana, a degradação urbanística, a falta de espaços de sociabilidades, a estigmatização ligada à pobreza e marginalidade, tornaram estes lugares excluídores duma população por si já excluída.

O presente trabalho encontra-se estruturado do seguinte modo: no primeiro capítulo referi alguns aspectos do Estado – Providência, o seu processo de formação e

consequentemente a aparecimento da Estado – Providência em Portugal. Ainda no presente capítulo abordarei a emergência das políticas sociais de habitação e a problemática da habitação social em Portugal. No segundo capítulo irei abordar a problemática da exclusão social e da pobreza. No terceiro capítulo abordarei a problemática da apropriação do espaço residencial, em que darei maior ênfase a factores relacionados com a satisfação residencial como o gosto pela casa e a insatisfação pelo espaço residencial. O quarto capítulo é destinado à análise da problemática de existência de grupos heterogéneos no bairro social, na medida em que a coexistência de diferentes etnias e grupos, influencia a insatisfação residencial por parte dos residentes. Ainda no presente capítulo abordarei a habitação social em dois contextos diferentes, a sua segregação e periferização, a interacção social de diferentes grupos na malha urbana, e o estado das cidades. O quinto capítulo destina-se à metodologia e procedimentos de pesquisa aplicadas ao meu objecto de estudo, bem como de uma forma sucinta descreverei através da observação directa quais os equipamentos existentes, e os comportamentos dos residentes do bairro. Também as hipóteses serão contempladas neste capítulo. No sexto capítulo, farei uma análise demográfica sobre a habitação social no concelho da Covilhã, e freguesia de Tortosendo, de modo a perceber quais os equipamentos sociais existentes, bem como a caracterização socioeconómica e profissional dos residentes do bairro social do Cabeço (Tortosendo). No oitavo capítulo farei uma caracterização física e social do bairro do Cabeço. No sétimo capítulo são apresentados os resultados recolhidos durante a investigação, bem como a análise e discussão desses mesmos dados. Para finalizar apresentarei as considerações finais que foram possíveis chegar.

Pretendo com este estudo contribuir de alguma forma para alertar à consciência de todas as questões sociais não devem ser esquecidas e sim cada vez mais, trabalhadas em conjunto, através de uma equipa multidisciplinar, para encarar o processo de mudança que a sociedade nos impõe.

## Capítulo I

### ESTADO – PROVIDÊNCIA E POLÍTICAS SOCIAIS DE HABITAÇÃO

#### 1.1. O papel do Estado – Providência

O Estado – providência foi criado no século XX, após a segunda guerra mundial, mais propriamente no reinado da rainha Isabel I.

A assistência aos membros da sociedade que se encontravam na periferia foi necessária, com o intuito de manter a ordem social e reduzir as desigualdades. Uma das primeiras providências impostas pelo governo foram as leis dos pobres, que eram feitas por algumas casas de ligação à igreja (Esteves, 1995).

Para Giddens o Estado – Providência é a forma moderna de Estado, surgindo como um elemento mediador, que pretende equilibrar o processo de modernização, através de um processo de compensação dos custos sociais do capitalismo. Baseando-se na redistribuição e na compensação. O Estado – Providência pressupõe uma transformação do excedente em capital social. As consequências são económicas, mas também políticas e sociais.

Assim o Estado surge como uma forma de reproduzir socialmente a economia e a sociedade, criando condições sociais para o crescimento. “A base de funcionamento do Estado estava assegurada na ideia de solidariedade e de interdependência de gerações e classes” (Rodrigues, 2000: 188). Assim as gerações mais novas activas contribuían financeiramente em benefício dos mais idosos para estes obterem a reforma, e dos mais jovens (para a educação), para assim mais tarde poderem beneficiar dos direitos sociais e dos mesmos mecanismos para o qual estavam a pagar. Portanto o funcionamento do Estado era cíclico.

A implementação das ideologias do desenvolvimento moderno foi evidente na forma como se reconstituíram as relações sociais na fase que medeia o Taylorismo e o Fordismo. No Taylorismo, o crescimento económico resultou sobretudo num processo de acumulação, enquanto o Fordismo, através da ampliação do consumo pela redistribuição do lucro, conseguiu o bem-estar e crescimento económico.

Contudo, o processo de desenvolvimento apresenta-se como uma estrutura social que promove a própria exclusão social. Segundo Fitoussi e Rosanvallon (1997), a exclusão pode paralelamente ser compreendida como uma situação económica correspondente a

uma espécie de ostracismo político. Os excluídos do modelo de desenvolvimento ocidental são os jovens, desempregados e os velhos. “Ser excluído é não contar, não ser considerado útil à sociedade, ser afastado da participação” (p.139).

A segunda Guerra Mundial veio por termo ao longo período de reformas iniciadas na Europa, o que fez que nascesse um novo modelo de crescimento económico e de organização com base no Estado Keynesiano de bem – estar. Assim, o Estado – Providência é “entendido como um processo dinâmico e entrelaçado de comportamentos dos agentes sociais, políticos e económicos, com capacidades, por um lado para integrar – e de responder, mesmo de maneira diferenciada e contraditória – as exigências e pressões dos sistemas sociais e por outro, de alterar as suas configurações – grau de abertura na adaptação à resonance, ou seja, a adaptação às acções e reclamações produzidas pelos diferentes sectores da sociedade” (Lunhmann, 1982; in Mozzicafredo, 1997: 9). Assim o Estado – Providência é a forma política dominante nos países centrais na fase de capitalismo organizado. Constituindo parte integrante do modo de regulação fordista, baseando-se entre o compromisso entre capital e trabalho.

O funcionamento do Estado começa a ser posto em causa devido à ruptura demográfica, pondo em causa “os mecanismos de financiamento e de sobrevivência do Estado – Providência: o número de idosos pensionistas tem vindo a aumentar drasticamente e o número de activos empregados diminui de forma acentuada” (Rodrigues, 2000: 188).

Nos anos 70 surgiram algumas críticas ao Estado – Providência, designando este de ineficaz, burocrático e demasiado dispendioso, pois ao mesmo tempo as pessoas a quem se tentava ajudar podiam tornar-se dependentes. O governo tentou de certa forma fazer recuar o estado -providência, tentando mudar a segurança social do estado para um sector privado e não só, também para o sector voluntário e comunidades locais.

“A desinstitucionalização é o processo pelo qual os indivíduos ao cuidado do estado (em instituições) são devolvidos às suas famílias e comunidades” (Giddens, 2004: 345).

Contudo o governo do *new labour* teve como objectivo travar a segurança social, tentando promover o incentivo de trabalhos remunerados, devido às mudanças que afectam as sociedades ocidentais modernas, entre as quais se destacam o crescimento do fenómeno de desemprego, exclusão e quebra dos laços sociais. Em síntese, enfrentou – se “nas últimas décadas um quadro de crise do Fordismo e do Providencialismo” (Monteiro, 2004: 51).

A exclusão social remete não só para um desemprego maciço de longa duração como também para um processo de exclusão da sociedade salarial, afectando grande parte da

população, associando-se assim a uma situação estável de isolamento social, de pobreza, de perda da capacidade e direitos cidadania activa.

Este fenómeno social não se define apenas por uma questão de emprego, mas sugere igualmente uma questão de socialização e de perda dos laços sociais. Assim, a partir dos anos 80 a prioridade de arranjar emprego por parte dos indivíduos excluídos foi preponderante para a inovação e intervenção de políticas ditas de inserção.

Assim os Estados – Providência são considerados “os estados em que o governo desempenha um papel central na redução de desigualdades na população através da provisão ou concessão de subsídios para certos bens ou serviços” (Giddens, 2004: 334).

Estes serviços ocorrem nomeadamente na educação, nos cuidados de saúde, na habitação, no apoio financeiro, no apoio na incapacidade e no desemprego e pensões. O estado – providência é um benefício universal, ou seja deve ser usufruído por todos aqueles que necessitam, independentemente do nível de rendimento e do estatuto económico.

O Estado – Providência surge em Portugal em 1974, após o 25 de Abril, enquanto uma estratégia de desenvolvimento, no entanto possui como particularidade a sua génese num processo político. Segundo Boaventura Sousa Santos, o Estado – Providência português não resultou de uma conjugação entre acumulação de capital e legitimação. Em Portugal, a legitimação foi antes de tudo uma legitimação política que não foi acompanhada por uma acumulação (1990).

O estado – providência surge como uma medida emanada do sistema político com três intenções fundamentais: a de integrar mais a sociedade portuguesa, contribuindo para uma equidade social; a de reduzir a conflitualidade social, e a de democratizar através da cidadania social. Existem duas perspectivas distintas em relação ao Estado – Providência. Para Boaventura Sousa Santos, não se pode falar em Estado - Providência, pelo menos à luz dos modelos construídos noutros países. Para este autor o mesmo resulta duma articulação entre democracia e capitalismo. Antes de 1974, existia em Portugal capitalismo mas não democracia. Também o papel da regulação não existia antes de 1974.

Uma outra perspectiva defendida por Mozzicafredo, sustenta que a existência política e social do Estado – Providência em Portugal é incontestável, sendo a sua estrutura idêntica à de outros Estados – Providências. Segundo o autor, “a implementação de direitos sociais traduz-se em formas políticas de regulação do estatuto e da situação dos indivíduos no mercado” (1997: 193). Um argumento válido

usado para explicar o Estado – Providência em Portugal é o facto de à semelhança de outros países, conhecer a concertação entre parceiros sociais, cujo objectivo é o de manter o crescimento e reduzir as desigualdades sociais.

Assim o Estado – Providência resulta da articulação entre democracia e capitalismo. Em Portugal, o capitalismo era incipiente e a democracia não existia.

Portugal era uma sociedade maioritariamente agrária, pequenos proprietários na maioria, logo não existia uma classe trabalhadora significativa. O Estado – Providência legitima a acumulação. A acumulação não deve ficar apenas nas mãos de quem acumula, deve ser redistribuída. Em Portugal, quase não existia acumulação, a legitimação foi meramente política. De facto segundo António Barreto, o desequilíbrio do Estado - Providência está assente em circunstâncias históricas: “a rapidez do crescimento do Estado – Providência, sem solidez e sem capitalização. A falta de contribuição financeira da maior parte dos que hoje são dependentes da segurança social. Um envelhecimento demográfico mais rápido do que a maioria dos países europeus. As baixas produtividades do trabalho e das empresas, que geram menos riqueza do que noutros países” (1995: 854). Todos estes factores traduzem a tripla crise do Estado – Providência, que é simultaneamente financeira, de legitimidade e de eficácia.

A crise financeira resulta numa descontinuidade entre crescimento económico e as despesas sociais, por outro lado, um aumento da carga fiscal que diminuiu o investimento e o emprego.

A crise de legitimidade resulta do facto do Estado mostrar-se incapaz de garantir a equidade social, privilegiando os mais integrados, que têm melhor acesso ao privado, abandonando sectores da população mais desfavorecida.

A crise de eficiência resulta do Estado tornar-se incapaz de manter em quantidade e em qualidade os direitos sociais. Ao burocratizar-se excessivamente, afasta-se dos actores e restringe o acesso.

## **1.2. Políticas sociais de habitação**

Em Portugal, as políticas de habitação não são exclusivas do estado – providência, como aconteceu com a educação ou a saúde. Segundo Marielle Gros, “ é possível descortinar uma certa continuidade nas políticas implementadas, não obstante

as alterações do regime político”(1994:80). Os primeiros projectos de habitação social surgiram no nosso país em 1918/1919, muito mais tardiamente que noutros países europeus (Gros, 1994). A principal preocupação da habitação social, era alojar a população que se tinham deslocado em massa para as cidades (êxodo rural) para trabalhar na indústria. “ A habitação social em larga escala foi originalmente construído para alojar a classe trabalhadora e não para os pobres”(Byrne, 1999:116) no caso inglês. Situação análoga aconteceu em Portugal, com a criação das casas económicas em 1933 O estado conservou, no entanto, um estreito controlo sobre a construção, atribuição e gestão das casas económicas, porque estas casas destinavam-se a quem as pudesse pagar. “Toda a política do alojamento social era assumidamente selectiva e concorria activamente para a reprodução do espaço das posições sociais”(Gros,1994: 85).

Nos anos 50, particularmente em Lisboa, se realojaram centenas de famílias em bairros de habitação social, garantindo a melhoria das condições de vida destas famílias, que mais tarde se veio a traduzir na criação de estereótipos estigmatizantes para estas populações (Freitas, 1994).

Apesar destas modestas tentativas de melhorar as condições habitacionais das populações mais desfavorecidas, “o estado novo não conseguiu evitar a persistência, mesmo, o agravamento da «questão da habitação». A partir da década de 60, a sua expressão é bem patente no crescimento das habitações clandestinas: no desenvolvimento de bairros de lata; no número de situações de sublocação e de sobrepovoamento de habitações existentes; frequentemente antigas e com deficientes condições de habitabilidade; enfim, e não menos importante, no desfasamento entre os preços de habitação e o poder de compra dos que dela precisavam urgentemente”( Gros, 1994: 83).

Após o 24 de Abril de 1974, existe uma mudança de regime político e o consequente aparecimento do estado – providência em Portugal. Discussões à parte, se existe ou não um estado – providência em Portugal, este baseia-se num compromisso entre o capital e o trabalho. O capital abdica de parte dos seus lucros e o trabalho de parte das suas reivindicações, sendo esta concertação mediada pelo estado. “ O estado transforma (...) os recursos financeiros que lhe advêm tributação do capital privado e dos rendimentos salariais em capital social” (Santos, 1987:14). O capital social subdivide-se em investimento social e em consumo social. É do consumo social que resultam as políticas sociais, como as de educação, habitação, saúde, etc.

O estado – providência português apesar da sua fragilidade teve uma expansão significativa com os gastos públicas, nomeadamente com os direitos sociais.

Segundo Sousa Santos, “as políticas sociais traduzem-se na criação de novos direitos sociais (...), estes novos direitos sendo gerais e abstractos (...) assentam contudo no reconhecimento político de que há classes sociais na sociedade ou, pelo menos, profundas desigualdades cujos efeitos mais dramáticos se pretende precisamente neutralizar através desses mesmos direitos” (1987:19). Assim, a intervenção do estado destinava-se a corrigir as piores consequências do actual sistema de produção e distribuição de modo a assegurar um acesso alargado à habitação adequada (Gros, 1994).

A relação entre indivíduo/estado, expressa-se em três componentes, o “primado da lei, democracia representativa e políticas sociais – correspondem, respectivamente, à cidadania civil, política e social” (Silva, 1997:39). Os direitos sociais enquanto «último» degrau do edifício da cidadania e pelas suas próprias características levam a que o estado moderno seja necessariamente definido pelas intervenções que faz no sentido de assegurar esses mesmos direitos. Desta forma através das políticas sociais o estado – providência, enquanto forma institucional que garante os direitos sociais de cidadania, tornou-se mais do que uma dimensão estatal, sendo por isso mais correcto considerá-lo o qualificativo do modelo estatal actual (Giddens cit. in Silva; 1997).

As políticas de capital social tiveram um impacto muito importante, porque “permitiram a integração no sistema social, económico e político de vastíssimas camadas das classes populares ainda que, por vezes, essa integração tenha sido obtida à custa da descaracterização (...) das especificidades sociais” (Santos, 1987:27). A habitação social, em particular criou sérios problemas de guetização, segregação e exclusão dessas populações mais desfavorecidas. Existe uma separação especial entre os ricos e os pobres (Byrne, 1999). Segundo David Byrne, a “localização espacial determina o acesso a bens sociais cruciais, (...) que têm enorme significado para a trajectória da vida futura” (1999:110), para este autor, esta é um marcador crucial de um estilo de vida.

“A intervenção centralizada do estado – providência (...) tem privilegiado e personificado uma concepção assistencialista do desenvolvimento e demonstra uma extrema dificuldade em servir níveis mais micro do desenvolvimento” (Augusto, s/d:1), como é o caso da habitação. Desse modo, “a forte burocratização do aparelho de estado e a distância e desconhecimento das realidades do actor demonstram-se frequentemente

como contraproducentes e redundam geralmente numa desadequação entre os objectivos de inserção e a efectiva realidade experimentada pelos destinatários” (Augusto, s/d:1). As políticas de habitação social limitam-se a distribuir fogos, acreditando que era o necessário para melhorar as condições de vida das pessoas mais carenciadas . Um processo imposto de cima para baixo, onde os actores visados não tiveram qualquer espaço de participação na atribuição de fogos.

“ A expansão dos gastos públicos devirá fundamentalmente das políticas orçamentais expansionistas, como resultado por um lado, da integração institucional de direitos sociais e os consequentes benefícios sociais e, por outro, em função das políticas de estímulo à actividade económica e de melhoria do poder de compra da população” (Mozzicafredo,1987:35). O estado devido às suas fragilidades económicas tem procurado que a produção de bens e serviços de consumo colectivo (educação, habitação, saúde, etc. ) se torne mais atractiva para o capital privado (Santos, 1987), existe um “ crescente desequilíbrio entre a estrutura das necessidades emergentes e a organização do estado – providência” (Espino, Andersen, s /d:15). Esta «troca» de responsabilidades entre o sector público e privado, tem sido muito visível particularmente na área da saúde, com o fecho das maternidades públicas e a abertura de clínicas privadas. O mesmo se passa com os bairros sociais, em vez de se produzir habitação social cria incentivos à sua produção por parte do capital privado (Santos, 1987).

Em suma, “as políticas sociais foram um dos principais elementos de ingração social” (Mozzicafredo, 1987:38) da população mais desfavorecida. Desde a sua criação, o estado – providência português foi marcado pelas suas dificuldades financeiras, ao implementar as políticas sociais necessárias deparou-se com a desfasagem entre o aumento das despesas públicas em relação às receitas (Mozzicafredo, 1987), isto acontece porque o nível de gastos nas políticas sociais é claramente superior às respectivas capacidades de financiamento (Mozzicafredo, 1987).

Ainda segundo Juan Mozzicaffredo, “as políticas sociais têm vindo a caracterizar-se por uma relativa descontinuidade na sua implementação e por uma alteração na sua orientação”(1987:41). A habitação social, inicialmente assegurada pelo estado, está a passar gradualmente para a responsabilidade do sector privado.

### **1.3 A habitação social em Portugal**

Os primeiros incentivos para uma política mais acentuada do Estado, em relação à situação habitacional, surgiram da parte dos higienistas que denunciavam a insalubridade das cidades e habitações e a sua consequente repercussão na saúde pública. Devido à grande afluência de operários à cidade, o alojamento tornou-se um negócio altamente rentável.

Deste modo os problemas habitacionais são extremamente importantes, porque se reflectem na qualidade de vida. Contudo o problema social em Portugal está longe de ser resolvido, uma vez que se verifica um número muito significativo de pessoas a residirem em condições precárias a nível habitacional e a consequente deteriorização do tecido social (Cruz, 2001). Deste modo a habitação social é um bem heterogéneo essencial à sobrevivência dos indivíduos e um importante indicador de desigualdades sociais, na medida em que a degradação verificada nas zonas urbanas é a principal causa para a denominada “crise urbana” que se tem vindo a alastrar a um leque populacional elevado, afectando principalmente os estratos sociais mais baixos.

Outro dos fenómenos que condicionou à precariedade habitacional “foi a descolonização que se deu nos anos 70/80, provocando uma forte corrente migratória, já que chegaram, em grande número, pessoas desalojadas vindas das ex-colónias e que se fixaram nas áreas periféricas de Lisboa e Porto, incentivando o crescimento suburbano” (Cruz, 2001:149). Assim os fenómenos de exclusão social aumentaram devido à dificuldade de entrada destas pessoas no mundo do trabalho.

No que se refere à situação política em Portugal ao nível da habitação social, existem lacunas profundas, tendo em conta que a aquisição de uma casa é um elemento essencial na qualidade de vida das populações. Deste modo o acesso à habitação social “por parte dos indivíduos mais desfavorecidos concretiza-se através da política de habitação social, ou seja, através do apoio financeiro do Estado” (Cruz, 2001:150).

A procura do Estado para minimizar os problemas relativos à habitação social passou pela implementação do Programa Especial de Realojamento – PER, para assim poder erradicar as barracas existentes e o consequente realojamento em habitações condignas, de custos controlados as famílias que neles residem.

A adesão dos municípios a este programa celebrou-se através de um acordo geral com o IGAPHE (Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional) e com o INH (Instituto Nacional de Habitação). Resultante desse acordo, cabia aos municípios

efectuar um levantamento exaustivo do número de barracas existentes no seu concelho e dos agregados familiares que aí habitavam; comprometendo-se ainda, “no acto de adesão, a demolir integralmente as barracas em simultâneo com o realojamento e a não permitir o aparecimento de novas barracas na sua área” (Cruz, 2001:151).

Deste modo, o realojamento é feito por um lado, pela construção de novas habitações ou por outro, pela aquisição de habitações já construídas.

Segundo Teresa Abrantes, “os programas de construção de alojamentos sociais deve, assim, estar associados a programas integrados de acção social” (1994:51), para que sejam criadas condições de vida geradoras de iniciativas individuais e colectivas que garantam a autonomia, a integração e protagonismo social dos grupos mais desfavorecidos.

Os bairros sociais têm constituído um grave problema em Portugal, desde o início do realojamento massificado em grandes empreendimentos de habitação colectiva, geralmente localizadas nas periferias das cidades, segregados doutros tipos de habitação. Constituindo geralmente guettos sociais e a rápida degradação física e vivencial dos bairros.

Segundo Teresa Abrantes, alguns são os efeitos perversos resultantes da habitação social. Um dos primeiros problemas resulta da concepção Monopolítica do Habitat, “que se materializou em imensos espaços de cimento armado, reduzidos à expressão mais simples de espaços de alojamento, sem a preocupação de criar uma humanização do espaço, que facilite a comunicação e o encontro dos seus habitantes” (1994:51).

Um segundo problema apontado, refere-se à construção de baixo nível de qualidade, tanto nos acabamentos como nos materiais utilizados, “como ainda na exiguidade dos fogos, não possibilitando a privacidade das pessoas, o natural aumento das famílias, nem o acolhimento dos mais idosos” (Abrantes, 1994:51). Os bairros sociais sofrem um desenraizamento urbanístico e de uma desertificação de equipamentos. (Abrantes, 1994).

A habitação social pode assumir «efeitos perversos» (Abrantes, 1994). Os habitantes dos bairros sociais enfrentam vários problemas como a segregação urbana, estigmatização, exclusão social, rotulagem com estereótipos negativos, etc.

Apesar dos aspectos negativos criados pelos bairros sociais, estes são vivenciados de modo diferente pelos seus habitantes, consoante o contexto em que vivem. É diferente

viver num bairro social num contexto de uma grande metrópole ou numa pequena cidade.

Uma semelhança em ambos os contextos é que, normalmente a habitação social se encontra separada ou segregada da cidade onde se insere. Porque, “a periferização dos bairros sociais, conjugada com a sua homogeneidade socioeconómica, garantiu a estes espaços uma condição de segregação relativamente ao centro urbano e às próprias actividades da cidade” (Augusto, s/d:3).

Acompanhada por esta segregação espacial, a habitação social distingue-se claramente da restante cidade devido à sua morfologia. O que Isabel Guerra chama de “«bairros degradados» social e urbanisticamente desintegrados da malha urbana” (1994:11). Estes bairros estão desintegrados da cidade, não só pelos maus materiais de construção utilizados, como são “lugares caracterizados por uma escassez de espaços de lazer e de sociabilidade”(Augusto, s/d:3). A integração num bairro social, normalmente leva a uma perda de sociabilidades (Pinto, 1994), não só porque as antigas vizinhanças não são mantidas, como também o próprio bairro não oferece espaços de convívio para os seus habitantes desenvolverem novas sociabilidades.

Os bairros sociais diferenciam-se da restante cidade, mas estes também se diferenciam entre si, dependendo da malha urbana em que estão inseridos. Como já foi referido anteriormente, são-lhes comum a má qualidade dos materiais de construção utilizados e a falta de espaços de convívio e sociabilidades, mas são diferentes quanto às suas dimensões. Nos bairros sociais de Lisboa e Porto (as nossa duas maiores cidades) fala-se da “exagerada dimensão dos empreendimentos”(Ferreira, 1994:8). Tendo nas cidades mais pequenas, uma dimensão mais modesta. Mas, mesmo estes mais modestos, destacam-se também da restante cidade, onde as cidades mais pequenas são característicos prédios mais baixos do que nas grandes metrópoles.

Também as características da população que habita nos bairros sociais se distinguem. Nas grandes metrópoles, a população das habitações sociais é heterogénea, abarcando no mesmo espaço diferentes etnias e grupos (Pinto, 1994), constituindo “a diversidade multi - étnica (...) uma característica destas populações” (Freitas, 1994:28)1. O que segundo Teresa Pinto (1994) cria «mau ambiente» e «sentimentos de insegurança» entre os habitantes destes bairros.

Já nas cidades mais pequenas, a população é mais homogénea, normalmente vinda do meio rural para trabalhar na indústria no contexto urbano.

A estigmatização de viver num bairro social também é diferente. Apesar das “condições sociais e económicas em que vivem as populações” (Ferreira, 1994:9) destes bairros serem semelhantes, vivem conotados com uma marginalidade real ou imaginária fortemente interiorizada (Pinto, 1994), principalmente nas grandes cidades. O bairro social é normalmente fonte de comportamentos desviantes, criminalidade ou delinquência, mas esta estigmatização é muito mais forte nas grandes metrópoles.

Para David Byrne “... a exclusão espacial é a mais visível e evidente forma de exclusão”(1999:110). A construção da habitação “ surge geralmente de forma descontínua em relação ao crescimento urbano, criando sentimentos de segregação e exclusão” (Augusto, s/d:2). Acompanhados pela degradação social e urbanista dos edifícios (Guerra, 1994), são associados a “estereótipos de pobreza, degradação e marginalidade (Freitas, 1994:27).

Inicialmente, os bairros sociais foram criados para alojar a população mais pobre, como “forma de proporcionar a estas populações melhores condições de vida e de bem – estar ...”(Freitas,1994:27). Existem autores que falam de «cultura de pobreza» (Byrne, 1999; Freitas, 1994), para David Byrne, “se a cultura de pobreza existe, a concentração espacial é o elemento chave para a sua geração”(1999:111). Os bairros sociais contribuíram para esta cultura de pobreza, porque, de uma forma geral, este bem – estar dos alojados, traduziu-se “em imensos espaços de cimento armado, reduzidos à expressão mais simples de alojamento, sem a preocupação de criar uma humanização do espaço (...), uma construção de baixo nível de qualidade (...) um «desenraizamento» urbanístico e de uma «desertificação» de equipamentos” (Abrantes, 1994:51). Ainda segundo esta autora, “a construção social localiza-se na periferia das cidades (sem acessos fáceis) e, pela sua forma arquitectónica, é algo identificada e estigmatizada como «o bairro dos pobres»” (Abrantes, 1994:51).

Segundo Erving Goffman, “a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias: os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontradas” (1988:11/12). O autor fala também em categorias e atributos que formam a identidade pessoal de uma pessoa (Goffman, 1988). Como os bairros tradicionais identificam-se facilmente pela «aridez» e uniformidade da sua arquitectura, materiais desvalorizados, escassez (ou ausência) de espaços públicos e de equipamentos (Ferreira, 1994), as pessoas que lá vivem estão

marcadas pelas representações acerca do local onde vivem criando identidades estigmatizadas.

A habitação social é associada não só com a pobreza, mas essencialmente com a marginalidade, segundo Isabel Guerra, “habitar nesses bairros é arriscar a imagem de ser marginal, delinquente, indesejável” (1994:11). Isto acontece porque é alojada nestes bairros, população já em risco (ou mesmo) de exclusão e marginalidade. O perfil social desta população, segundo Teresa Pinto, é “geralmente marcada pela combinação de baixos níveis escolares e profissionais, reduzidos recursos económicos e sociais geradores de múltiplas situações de exclusão social” (1994:37). Para a autora, o perfil desta população e a precariedade das condições habitacionais precedentes “agem na interiorização de uma série de condições de vida que fixam um círculo limitado de possibilidades de mudança e de expectativas quanto ao futuro (...)” (1994:37). Os bairros sociais contribuem “para uma interiorização da exclusão com consequências previsíveis (...), na socialização para o desvio” (Augusto, s/d:17). O bairro social é muitas vezes associado à criminalidade ou delinquência. Os bairros sociais são, para além de espaços segregados e estigmatizados, lugares caracterizados por uma escassez de espaços de lazer e de sociabilidade (Augusto, s/d).

Isabel Guerra defende que o fenómeno do alojamento constitui “um processo de urbanização à força” (cit in Barreira: 45), as pessoas foram realojadas sem terem em conta as suas antigas sociabilidades. A população realojada muitas vezes possui uma má imagem negativa do bairro em que vive, porque este realojamento criou “alterações significativas nas sociabilidades” (Pinto, 1994:40).

Por um lado, o realojamento falhou ao não manter os mesmos vizinhos na população realojada, o que implicou o dismantelar de antigas e sedimentadas relações de vizinhanças (Pinto, 1994). Por outro, o próprio modelo físico das habitações dificulta novas sociabilidades, em geral, o processo de realojamento terá implicado senão uma modificação das redes de sociabilidades que continuam a ter como principais registos a família e os vizinhos, pelo menos um enfraquecimento significativo das relações de vizinhança (Pinto, 1994). Deste modo o realojamento não teve em conta os “conceitos como bairro, vizinhança ou sociabilidades.

Esta perda de sociabilidades, deve-se aos novos espaços habitacionais não as permitirem, estes são um “convite a um maior fechamento/isolamento/privacidade induzido pelos novos espaços de que dispõem, mas um duplo fechamento/isolamento

relativamente ao exterior e às outras funções de sociabilidade de relacionamento ao exterior da vida do bairro (...)” (Freitas, 1994:22).

“A carência de espaços de convivência e de lazer, o fraco tratamento dos espaços exteriores (...) e a colocação do acento tónico no realojamento familiar (...), expresso na construção de espaços – tipo para indivíduos – tipo, reduzindo à casa a noção de espaço residencial, cujas consequências (...) são evidentes, quer na obstaculação da acção colectiva, quer no fechamento de estratégias de participação no interior da lógica familiar” (Augusto, s/d:7).

Viver num bairro social cria uma identidade estigmatizada. Segundo Isabel Guerra, estes “sentem com intensidade este estigma social, não porque assumam em si individualmente um estatuto desviante, mas porque interiorizam essa imagem pública socialmente desvalorizada” (1994:11). Existe uma apropriação do espaço. O conceito de apropriação de espaço depende a sua identificação com ele. No fundo, tendo subjacente uma ideia de identidade com esse espaço (Augusto, s/d). Frequentemente na habitação social existe uma discrepância entre o nível de satisfação pela casa e pelo bairro. A casa normalmente é associada à melhoria das condições de vida. Habitacionalmente, os habitantes destes bairros estão melhor que anteriormente. Existe assim, uma apreciação positiva pela casa, mas existem elementos negativos em relação ao bairro, “reflexo de um tempo longo de residência e da sedimentação de importantes redes de sociabilidades locais, (...) o bairro aparece como objecto de uma apreciação fortemente negativa, fundada numa imagem igualmente negativa e estigmatizante, e num sentimento de insegurança e de desidentidade sentidos em relação ao novo espaço habitacional” (Pinto, 1994:37).

Se por um lado, a melhoria das condições habitacionais cria mobilidade de sócio – residencial nos habitantes destes bairros, por outro, cria processos de reprodução de uma cultura de pobreza (Freitas, 1994).

Em suma, os habitantes dos bairros sociais, tendem a interiorizar uma imagem fortemente negativa e estigmatizante que intervém na produção da identidade dessa pessoas. “Sendo espaços fortemente estigmatizantes, os bairros sociais caracterizam-se essencialmente por uma identidade negativa, que resulta em grande parte da assimilação dos caracteres exteriormente atribuídos ao bairro”(Augusto, s/d:7). Como refere Teresa Pinto, existe um desgosto pelo bairro e um gosto pela casa.

## Capítulo II

### Pobreza e exclusão social

Durante muito tempo, a pobreza não era o centro de atenção de políticos e de teóricos, porque esta não era considerada uma anomalia na evolução da sociedade moderna. Por isso não se justificava a intervenção por parte da sociedade no seu todo como do Estado. A pobreza era vista como uma ausência de riqueza e de privações. Este facto era resolvido por um considerável crescimento económico e consequentemente se se justificasse por acções compensatórias de tipo assistencialistas. Julgava – se que os países ditos ricos estavam isentos do fenómeno pobreza.

A complexidade do fenómeno de exclusão não é apenas um problema de rendimento encontra-se também ligado à precariedade, ao desemprego de longa data, à baixa qualificação, à instabilidade das estruturas familiares, à modicidade das reformas, ao analfabetismo e à doença. “Por pessoas pobres entendemos os indivíduos, as famílias, os grupos de pessoas cujos recursos (materiais, culturais e sociais) são tão baixos, que são excluídos dos modos de vida mínimos aceitáveis no Estado membro em que em vivem” (EAPN, 1996: 42).

#### 2.1. Exclusão social: a centralidade de um problema

O termo de exclusão social, no sentido que lhe é dado é bastante recente. Contudo, “o estado exprimido por ele encontra-se em numerosas sociedades antigas sob a forma, por exemplo, do ostracismo ateniense, a proscricção em Roma ou os ghettos que aparecem a partir da Idade Média” (Rodrigues, 1999:175). Quanto ao conceito de exclusão social, foi originalmente desenvolvido em França por sociólogos. Também a Comissão Europeia, desde os finais dos anos 80, tem dado uma atenção especial a este conceito de exclusão social, porque se tem preocupado cada vez mais com os problemas do desemprego a longo prazo, com os trabalhadores não qualificados, e “procura enfatizar a ideia de que o cidadão tem o direito a participar nas instituições sociais e ocupacionais da sociedade” (Rodrigues, 1999:176). Contudo, foi durante o 3º programa Europeu de luta contra a pobreza em 1990 a 1994 é que se tomou consciência da realidade da pobreza como situação de exclusão. O conceito de exclusão social é

considerado um conceito complexo e multifacetado, porque depende em grande medida de diferentes paradigmas ou de modos de pensar respeitante à sociedade.

O excluído é aquele que é rejeitado para fora dos nossos espaços, “dos nossos mercados materiais e/ou simbólicos, para fora dos nossos valores” isto significa por si que a exclusão social não pode ter apenas origem na falta de recursos (Xiberras, 1996: 22). Está relacionada com a ruptura dos laços com os corpos de acolhimento (Capucha, 1998).

A pobreza e a exclusão social são consequência de uma multiplicidade de factores económicos, sociais, culturais, ambientais e o seu combate decorre da articulação de várias políticas sectoriais. Assim sendo, “a implementação em Portugal do «Programa Comunitário para a Integração Económica e Social dos Grupos Menos Favorecidos», vulgarmente conhecido pela designação abreviada de Pobreza III, esteve no centro de uma viragem fundamental no que concerne à abordagem no nosso país do tema exclusão social, assim como em relação a políticas e estratégias a elas associadas” (Monteiro, 2004: 15).

A exclusão social está inteiramente relacionada, com os cidadãos que estão em posições de desvantagem em comparação a outros cidadãos, e que não são capazes de garantir os seus direitos sociais, não tendo direito por isso à sua cidadania. Assim, “estar em situação de exclusão, não é ser um «não – membro» da sociedade, mas tendencialmente considerado «não – cidadão», isto é, um membro da sociedade a quem foram retirados objectivamente, direitos de cidadania” (Capucha, 1998: 20). Esta ideia reflecte-se na existência de pobres, revestindo-se nas características de exclusão, porque a “sociedade gera situações graves de exclusão de desintegração social” (Fernandes, 1998: 46).

O significado social de pobreza e as suas características variam de sociedade para sociedade, a pobreza dos países desenvolvidos da Europa são diferentes da pobreza do terceiro mundo. Portugal que é um país de desenvolvimento intermédio, o seu sistema produtivo caracteriza-se por índices de produtividade e graus de modernização tecnológica e organizacional que estão aquém da maioria dos países da comunidade europeia. Especificamente no caso português, só após o 25 de Abril de 1974, foi criado um sistema universal e obrigatório de protecção social. Este sistema conduz a que muitos dos beneficiários actuais sejam pessoas “sem passado contributivo ou que o tiveram muito limitado” (Capucha, 1998: 23). Apesar de este sistema não estar em estado de falência, ainda pode crescer, mas não excedendo os seus recursos.

A pobreza pode também ser definida por um conjunto de “indivíduos, famílias e grupos podem dizer-se estar em situação de pobreza quando carecem dos recursos para obter o tipo de alimentação, participar nas actividades e ter as condições de vida e conforto que são habituais, ou pelo menos amplamente encorajadas, ou aprovadas, nas sociedades a que pertencem. São, com efeito, excluídos dos padrões de vida ordinários, costumes e actividades” (Peter Townsend *in* Monteiro, 2004: 21).

Contudo existe uma forma diferenciada de pobreza, que poderá ser designada de pobreza absoluta, que é quando os níveis de pobreza se encontram abaixo dos padrões de subsistência dos indivíduos, e de pobreza relativa, que é quando a pobreza está relacionada com o padrão de vida geral de uma, ou numa dada sociedade.

Por sua vez a exclusão social é a forma pela qual os indivíduos podem ser afastados do pleno envolvimento na sociedade.

Na década de 70, os pobres definiam-se, na CE, como sendo “indivíduos e famílias de recursos tão escassos que se encontram excluídos do modo de vida, dos hábitos e das actividades normais do estado em que vivem” (Almeida *et al*, 1994: 15).

Esta definição é, no entanto, demasiado restritiva por acentuar um único critério – o do rendimento – embora se trate do mais vulgarizado. A vulnerabilidade à pobreza, tenderá acentuar no futuro dos grandes problemas, a do desemprego e a dos idosos.

De um modo geral, a estrutura do mercado funciona como factor de agravamento das condições de precariedade e exclusão.

A exclusão social não pode ser só entendida e direccionada apenas com os indivíduos, mas também com a sociedade e territórios; por isso a exclusão pode também ser entendida como produto do capitalismo. Dado que a evolução macro – económica das sociedades, caracterizada pela concentração dos meios de produção em certos pólos. “Invariavelmente a desvitalização progressiva dos territórios excluídos desta polarização, considerando-se desvitalização o processo através do qual uma colectividade territorial é progressivamente desapossada da sua vitalidade demográfica, económica e social” (Rodrigues, 1999: 177). Esta desvitalização progressiva dos territórios leva à sua marginalização ou exclusão, acontecendo na maioria das vezes em zonas rurais afastadas dos grandes centros.

A referência à exclusão social remete “não só para um desemprego maciço de longa duração, mas igualmente para um processo de expulsão da sociedade salarial afectando crescentes sectores da população, a que se associa uma situação relativamente estável de isolamento social, de pobreza, de perda da capacidade e de direitos de cidadania activa.

Assim para além de ser uma questão de emprego, a exclusão social sugere igualmente uma questão de socialização, de perda de laços sociais” (Monteiro, 2004: 51). Os laços sociais podem ser entendidos como um conjunto de relações e interações de carácter duradouro, permitindo uma vida em conjunto “para além das forças de dissociação e desagregação, entabulando e mantendo uma solidariedade próxima entre os cidadãos de uma sociedade” (Monteiro, 2004: 30). “A exclusão é, por definição, o contrário de integração, e a ruptura dos laços sociais opõe-se à coesão social” (Monteiro, 2004:29). Segundo o autor, o termo «integração social», em Sociologia, não é “isento de uma conotação dúbia, para uns como o sentido positivo de veiculação de ordem e harmonia sociais, para outros negativamente interpretados como uma imposição de uniformidade sobre as liberdades individuais” (Monteiro, 2004:29). Este conceito remete para uma dimensão essencial da vida na sociedade, “a de redes de interações sociais – logicamente desiguais em conformidade com as circunstâncias – que conduzem ao agrupamento de indivíduos e grupos em comunidades e, mais institucionalmente, em sociedade” (Monteiro, 2004: 29). Tendo em conta esta situação o PNAI viu-se na obrigação de assumir um compromisso de “assegurar que no prazo de um ano todas as pessoas em situação de exclusão social serão individualmente abordadas pelos serviços locais de acção social, com vista a assinatura de um contrato de inserção social” (PNAI, 2003: 38). No entanto, este contrato compõe “algumas dificuldades, a operacionalização/ monitorização de resultados, uma vez que o universo de indivíduos a abranger não é determinado, nem estável. No entanto previa-se que em 2003 se estabeleciam contratos com 10% da população em situação de exclusão” (PNAI, 2003:39).

Beriain dá um contributo importante sobre a definição de «integração social». Ele distingue a integração em três dimensões: “integração funcional, necessária à coordenação instrumental de actividades como a produção de bens ou a distribuição de serviços; a integração moral, que se refere ao equilíbrio entre pretensões conflitivas e o bem-estar e integridade colectivos segundo o princípio ético do justo – equitativo, possibilitando em simultâneo a existência de diferentes comunidades expressivas e diferentes formas de vida; e a integração simbólica, que se reporta à construção conjunta do sentido, à formação das identidades individuais e colectivas” (Beriain in Monteiro, 2004: 29).

Dubet e Martuccelli estruturam a ideia de sociedade em quatro afirmações essenciais:

“A sociedade é moderna, identificando-se assim modernidade e sociedade por contraponto com a comunidade tradicional; a sociedade é um sistema, no sentido em que a ideia de sociedade designa uma totalidade organizada dotada de uma coerência funcional na qual a diversidade do status, dos papéis e das instituições contribui para assegurar a integração do conjunto; a sociedade é trabalho, o trabalho industrial é ao mesmo tempo solidariedade funcional e conflito social; a sociedade é o Estado – Nação, a sociedade moderna encontra realização no Estado – Nação enquanto integração progressiva das culturas, das soberanias políticas e das economias” (in Monteiro, 2004: 31).

## **2.2. Formas de exclusão**

A exclusão social implica que os indivíduos pertencentes a uma dada sociedade sejam excluídos da mesma, ou seja, deixam de fazer parte. Também é “um processo complexo e multidimensional que afecta um conjunto de pessoas com uma presença cumulativa de vulnerabilidade, nomeadamente vulnerabilidades económicas, culturais, sociais e simbólicas. Estas vulnerabilidades articuladas entre si e tornadas estruturais, constituem uma barreira à inserção e ao sentido de pertença e de identificação simbólicas dos indivíduos e dos grupos” (Rodrigues, 2000: 180). No entanto esta pode também resultar de pessoas que se excluem a si mesmas de aspectos centrais da sociedade.

“Os sociólogos têm conduzido pesquisas sobre as diferentes formas pelas quais os indivíduos e as comunidades sentem a exclusão. As investigações têm focado tópicos tão diversos como o alojamento, a educação, o mercado de trabalho, o crime, os jovens e os idosos” (Giddens, 2001: 325).

Contudo podem existir outras categorias de exclusão tais como, os jovens sem trabalho, desempregados de longa duração e famílias monoparentais, que por sua vez influenciam e são também influenciados por uma «nova pobreza». Os grupos excluídos, são “grupos sociais que vivem situações de desadequação relativamente ao funcionamento da sociedade tornando-se alvos de processos de rejeição, de desidentificação e de desestruturação” (Rodrigues, 2000: 180).

As novas sociedades modernas em função de uma crescente complexidade social e económica tem sido conjugado com a quebra das solidariedades que já não são apenas desigualdades económicas. Por um lado, produziu desigualdades estruturais, ou seja, diferentes recursos estruturais como o acesso e qualificações. Estas novas desigualdades estão ligadas a dois factores:

Incerteza nas trajetórias de vida (precariedade laboral e incerteza na biografia dos indivíduos);

Perda da importância e da família e da comunidade (solidariedade tradicional) (Capucha, 2002).

Segundo Capucha, este crescimento das desigualdades estruturais como a formação de novos tipos de desigualdades que se tornam evidentes nas identidades nos recursos e nos direitos não económicos – a chamada sociedade vulnerável (Capucha, 2002). Esta sociedade vulnerável é uma sociedade de comércio e serviços, em que conhece uma crescente concorrência internacional do trabalho, como o desaparecimento dos sectores de forte empregabilidade (indústria). O desaparecimento de sectores como a indústria leva ao aumento do desemprego, portanto a uma vulnerabilidade e integração económica. Não é apenas a integração económica que marca esta sociedade vulnerável. Ela é vulnerável porque amplia as possibilidades de exclusão social amplia e quebra de laços sociais.

Segundo Bruto da Costa a exclusão social pode ser dividida em vários tipos, sendo eles:

- 1) De tipo económico. Trata-se fundamentalmente de “pobreza”, entendida como uma situação de privação múltipla, por falta de recursos e económicos. Normalmente as pessoas nesta condição possuem “más condições de vida, baixos níveis de instrução e qualificação profissional, emprego precário, etc” (2001: 21).
- 2) De tipo social. Trata-se essencialmente sobre o domínio da quebra dos laços sociais, caracterizada por “privação de tipo relacional, pelo isolamento, por vezes associada à falta de auto-confiança e autonomia pessoal” (Costa, 2001:22). Como exemplo, temos os idosos que vivem na solidão. Este tipo de exclusão não pode ter qualquer relação com a falta de recursos e resultar sim do estilo de vida de familiares e amigos, da falta de mecanismos do Estado que apoiem neste sentido ou de uma cultura individualista.
- 3) De tipo cultural. Este tipo de exclusão pode advir de factores de ordem cultural, como o racismo, a xenofobia “ou certas formas de nacionalismo que podem dar origem à exclusão social de minorias étnico-culturais”(Costa, 2001:21).

Como é compreensível muitas vezes, estes tipos de exclusão social aparecem sobrepostos na prática e numa análise mais profunda é possível constatar que uma forma de exclusão pode ser consequência de outra forma de exclusão (Costa, 2001).

### **2.3. Domínios de vulnerabilidade**

Em Portugal, foram identificados alguns domínios de vulnerabilidade, sendo eles, a habitação, a saúde, a educação e os níveis e fontes de rendimento, mas debruçar-me-ei mais na questão da habitação, uma vez que o meu estudo incide sobre a problemática dos bairros sociais.

As condições de habitação constituem um indicador privilegiado para a detecção das fracções mais marginalizadas da população, na medida em que os elevados custos das habitações obrigam a que muitas famílias recorram ao subaluguer e a alojamentos precários, como casas de madeira, alojamentos móveis e até a alojamentos improvisados (Almeida, et al, 1994).

Contudo, em 1981, cerca de 1,3% das famílias ocupavam alojamentos precários, sem condições habitacionais, porém muitos dos alojamentos clássicos não possuíam as condições mínimas exigidas, como a ausência de electricidade (10%), ausência de (21%) retrete e ausência de água (6%). Portanto os alojamentos não clássicos não são um indicador suficiente para a análise das condições habitacionais, pois há que ter em consideração todos os tipos de alojamento.

Outro indicador revelador das condições habitacionais e acesso aos alojamentos é o número de alojamentos superlotados.

Em 1981 “existiam 89 966 alojamentos clássicos partilhados por duas ou mais famílias, correspondendo a 32% do total” (Almeida, et al, 1994: 48).

As áreas urbanas são as mais afectadas pelos problemas relativos à habitação, em que muitas famílias vivem ainda em alojamentos não clássicos, os chamados “bairros de lata”. É nestes bairros que se encontram as condições mais precárias de habitação, onde não existem infra-estruturas sanitárias, onde o equipamento é colectivo, existindo assim um índice ocupacional bastante elevado. As condições socioprofissionais e socioeconómicas são outros dos factores identitários destes bairros de lata, onde a população não possui qualquer tipo de formação escolar e profissional, com acesso difícil aos empregos mais bem remunerados, tendo por isso de se sujeitarem “a situações de precariedade e aos trabalhos marginais típicos da economia paralela” (Almeida, et al, 1994: 48).

No entanto segundo Almeida et al, as condições de habitabilidade não apresentam apenas diferenciações entre os grandes centros urbanos e as zonas rurais, mas também a nível regional (1994).

Em suma, “grande parte do país era, em 1981, afectada por más condições de habitabilidade, quer devidas à falta de infra-estruturas básicas, quer à elevada lotação dos alojamentos. Como a situação de conjunto não parece ter sofrido mudanças muito significativas nos últimos anos, o diagnóstico proposto manterá alguma actualidade” (Almeida, et al, 1994: 51).

## Capítulo III

### Satisfação residencial e apropriação social do espaço

#### 3.1. Satisfação residencial

Falar de satisfação residencial, é falar de gostos e sentimentos perante espaços e lugares em que se desenvolve uma vivência quotidiana.

Segundo Maria Freitas, num estudo realizado, a satisfação residencial é explicada por três grandes razões: a primeira relacionada com as características dos indivíduos, a segunda relativa à natureza e qualidades intrínsecas dos espaços residenciais, por último os processos relacionais entre os indivíduos e os seus contextos residenciais (2001).

Outra abordagem é defendida por Teresa Pinto (1994), num estudo realizado, em que o grau de satisfação residencial prende-se com a articulação entre três questões: em primeiro lugar analisar as características específicas da população (perfil social, modo de vida, necessidades e aspirações), em segundo analisar as características dos novos modelos de habitação (sociais, urbanísticos e arquitectónicos), e finalmente as políticas e os princípios de realojamento empreendidos.

De acordo com o mesmo estudo, é ressaltado um dado estruturante que “de forma muito visível, condiciona as lógicas de apreensão, apreciação e vivência destes espaços: a discrepância entre o nível de satisfação pela casa e pelo bairro” (Pinto, 1994: 36).

A atribuição de uma casa é o agente monopolizador em relação ao novo espaço habitacional, como estrutura e faz depender dela o gosto manifestado por esse novo espaço.

A apreciação positiva em relação à casa é compreensível se for tido em conta a precariedade das condições habitacionais anteriores ao realojamento.

Esta satisfação pela casa inflaciona os níveis de satisfação pelo bairro, porque “o bairro recolhe, com proveito, os efeitos da mudança de casa, surgindo como segmento de continuidade da satisfação pela casa” (Pinto, 1994: 37).

A apreciação positiva em relação à casa é explicada por um lado, pelo perfil social destas populações (com baixos níveis escolares e profissionais, com baixos recursos

económicos e sociais geradores de múltiplas situações de exclusões sociais) e por outro lado, pela realidade das condições habitacionais (Pinto, 1994). Geram-se assim sentimentos de acomodação e de aceitação em relação aos novos espaços habitacionais. A casa converte-se na razão de muitos investimentos e poupanças das famílias e afirma-se igualmente como núcleo principal da vida quotidiana. Igualmente a casa face às condições habitacionais anteriores, é considerada a realização de um sonho.

Contudo, o nível de satisfação pela casa “é ainda devedor da consciência de que a melhoria das condições habitacionais se traduziu genericamente na melhoria das condições de vida e na aquisição de outros padrões de contexto urbano” (Pinto, 1994: 37).

O desejo da aquisição de novas casas, acaba por limitar as exigências e aspirações relativas aos modelos habitacionais. Se por um lado, o desejo de se ter uma casa se traduz de forma positiva à adequação da casa actual, por outro, “faz associar apenas o gosto pela casa à concretização de melhores condições habitacionais e não aos modelos habitacionais em que esta população foi realojada” (Pinto, 1994: 37).

Deste modo, a satisfação residencial está correlacionada com as manifestas expectativas da população. É de realçar que populações com pouco expectativas, menores são as expectativas à adequação da nova casa.

De acordo com outro estudo, Filomena Cassias et al (1994), é referido igualmente o fenómeno do «gosto pela casa» e o «desgosto pelo bairro», referido o investimento na casa como uma das regularidades dos bairros sociais, “paradoxalmente a uma avaliação e intervenção negativas no bairro, o que, uma vez mais põe em causa lógicas colectivas de acção e a possibilidade do associativismo” (Augusto, 1998: 8).

Um outro aspecto refere-se à expectativa de ter uma casa igual aos outros. Este aspecto torna-se estruturante para a mudança ao nível do modo de vida e da percepção de si em relação com os outros.

O realojamento foi tido como a solução de proporcionar às populações melhores condições de vida e de bem - estar, face às condições de precariedade habitacionais anteriores, seria de esperar que os habitantes expressassem um sentimento de apreciação ao novo modelo habitacional.

Segundo Teresa Pinto (1994), a percepção do novo espaço habitacional não se prende com factores meramente identitários, ou seja, às habituações aos bairros, às boas relações de vizinhança, ou à casa, mas sim pela interiorização de uma determinada imagem fortemente estigmatizante e negativa indutora de sentimentos de insegurança. A

representatividade do novo espaço residencial como indutora de estigmatização, condiciona claramente as formas de apropriação do espaço e também as possibilidades do enraizamento e identidades locais.

Segundo Teresa Pinto (1994), os principais factores de insatisfação resultam da própria composição e dinâmicas sociais dos bairros que induzem a graves problemas sociais como, mau ambiente, droga, má vizinhança e insegurança. O que se pode afirmar sobre a apreciação negativa dos bairros, não se cinge apenas na ausência de equipamentos, infra-estruturas ou serviços, bem como na própria lógica de funcionamento e dinâmicas característicos destes bairros dada a organização populacional.

Deste modo, “a mudança de casa implicou uma perda de conhecimentos, controlo e domínio sobre o espaço residencial e as suas regras de funcionamento, tendo como efeito um maior isolamento individual e familiar e, assim, um maior sentimento de insegurança” (Pinto, 1994: 40).

Este sentimento de segurança tem como consequências notórias tanto a nível de apropriação do espaço habitacional, tal como nos processos de construção de identidades, no que concerne à consolidação de sociabilidades locais.

Igualmente, a insatisfação pelo bairro, é motivada pela desidentificação dos indivíduos pelos modelos habitacionais aplicados nos bairros sociais. Um dos factores apontados, é a própria composição social, marcada essencialmente por um conjunto heterogéneo de residentes. “A esta composição acresce-se uma forte estigmatização destes espaços residenciais, rapidamente se faz sentir nos comportamentos e atitudes dos residentes” (Augusto, 1998: 9).

É conveniente estabelecer uma diferenciação entre a representação social do bairro e a desidentificação dos indivíduos pelo bairro e entre si. Trata-se numa nítida separação entre espaço físico e espaço social. O espaço físico, constitui um importante vector na análise da formação de identidades, de inscrição de práticas sociais.

A formação de identidades traduz-se não só na dimensão físico-espacial, como também dos percursos de vida, referências sociais e culturais, expectativas e aspirações. “Destes processos dependerá em grande medida o modo como cada indivíduo apreende e se apropria desse espaço” (Barreira, s/d: 8).

Deste modo, o espaço habitacional é valorizado pelas condições de habitação do que propriamente pelo modo de realojamento. O modo de realojamento está relacionado com três factores fundamentais; insegurança (relacionada com a toxicodependência), em

segundo é apontada a má vizinhança, por último o campo urbanístico (relacionado com a qualidade da construção e degradação do bairro.

A satisfação residencial entrecruza-se com a construção processual e dinâmicas dos sistemas sociais. A construção processual, baseia-se essencialmente das “representações ou imagens colectivas construídas sobre os cenários em avaliação de que a importância do valor social ou imagem pública que esses contextos adquirem é indicador privilegiado” (Freitas, 2001: 255).

São estas imagens colectivas que acabam por decidir as posições relativas dos indivíduos, das suas identidades, das suas funções e manifestações de bem – estar, “em sistemas colectivos de acção sócio - territorial” (Freitas, 2001: 255).

A satisfação residencial enquanto vivência residencial quotidiana apresenta-se como uma configuração colectiva de regras de referências e de valores. Esta configuração patenteia-se, quer na sua origem (percursos residenciais), quer na influência sobre os movimentos dos quadros de acção em que estes indivíduos se movem, ou seja, pela percepção da imagem pública exerce sobre a formação da satisfação residencial.

Deste modo, a “satisfação residencial revela-se então como uma possível tradução para os sistemas espaciais do que é o produto de que os indivíduos conseguem ser na relação com os outros, ou seja, dos sistemas de acção social em que se enquadram e em que procuram o seu reconhecimento e posicionamento social relativo” (Freitas, 2001: 255). Geram-se assim avaliações dos cenários residenciais.

Para explicar os sistemas de acção social em que os indivíduos se enquadram e a forma como percebem a satisfação residencial, a autora construiu um modelo de análise residencial onde estão patentes cinco factores essenciais:

- 1º Factor - bem – estar percebido pelos indivíduos,
- 2º Factor - satisfação com características físicas da casa,
- 3º Factor - satisfação com imagem para o exterior,
- 4º Factor - satisfação com espaços complementares de uso no edifício,
- 5º Factor - satisfação com equipamentos na área residencial e vizinhança.

O primeiro factor comporta dimensões como a segurança, o conforto ambiental, área de residência e privacidade. Estas dimensões reportam para “uma percepção de bem – estar, centrada no indivíduo (...) e nas relações que estabelece transversalmente (...) a

uma série de dimensões do habitat” (Freitas, 2001: 261), inerentes à satisfação das necessidades de habitar.

O segundo factor, para além de reportar para a percepção de bem – estar individual na residência, também é transversal à ideia externa de qualidade residencial que o indivíduo tem sobre a sua própria casa.

O terceiro factor comporta dimensões como a acessibilidade e proximidade na área residencial e vizinhança, conforto dos espaços comuns e vizinhança.

O quarto factor comporta dimensões como o estacionamento e programa e dimensão dos espaços comuns.

O quinto factor comporta dimensões como a satisfação pelos equipamentos de saúde, serviços de lazer e escolares.

Os três últimos factores remetem para a importância extrínseca da qualidade residencial, ou seja, “a satisfação que se busca nos contextos de habitar com o seu reconhecimento externo, através da devolução de um olhar positivo que pode ser susceptível de proporcionar e integrar «o mim» nas representações sociais que lhe são inerentes” (Freitas, 2001: 261). Deste modo, a satisfação residencial é estruturada para um nível mais simbólico e representativo do que propriamente para os níveis básicos de existência.

A análise que se pode aferir relativos aos cinco factores descritos por Maria João Freitas é que a satisfação residencial desenvolve-se entre diferentes dimensões espaciais habitacionais. Deste modo, “o espaço enquanto objecto é entendido como um todo de continuidade que cose desde os espaços e compartimentos no interior dos alojamentos às suas áreas envolventes, integrando os espaços de uso semi – público, como os edifícios, e os de uso mais colectivo, como as vizinhanças próximas” (Freitas, 2001: 269). Contudo o espaço não pode ser lido como um objecto estático no seu contexto de vivência e significado social, porque os espaços estabelecem quadros colectivos de acção, fundados em construções simbólicas, vivências e estatutos sociais que deliberam o valor de uso e satisfação ao uso dos espaços de habitar. Por outro lado, a necessidade habitacional não se configura apenas ao alojamento, ou ao conforto do lar, é essencialmente a configuração entre os processos relacionais entre os indivíduos e a sociedade. “Estas estendem-se à cidade enquanto cenário de relações colectivas onde as coisas e os indivíduos ganham e constroem os seus valores no posicionamento relativo que ocupam” (Freitas, 2001: 270).

### **3.2. Identidade e representações sociais**

De acordo com Augusto (1998), a identidade dos indivíduos com o seu espaço residencial e entre si, depende fundamentalmente de três factores: a homogeneidade social, percursos individuais, a homogeneidade económica e cultural e por último, a apreciação que é construída do espaço social residente, que engloba preferencialmente a assimilação e nas de avaliações externas. Geram-se assim identidades de vida relativas aos percursos individuais entre si marcadas por um passado comum, problema idêntico, aspirações e anseios. Por sua vez, a proximidade social, cultural e económica dos indivíduos garante uma homogeneidade que estende expressivamente a identidade entre os indivíduos.

Também a identidade do indivíduo para com o seu espaço residencial é construído por uma avaliação que o próprio indivíduo faz do seu espaço, quer pela percepção adquirida de como o espaço residencial é avaliado pelo exterior. Deste modo, “ o processo de construção das identidades dos actores sociais com o seu espaço não é um processo unilinear, pelo contrário, trata-se de um processo extremamente complexo, pelo que importa ter em conta uma igual complexidade de factores intervenientes” (Augusto, 1998: 9).

A construção das identidades em bairros sociais depende fundamentalmente da avaliação que os actores sociais edificam do espaço habitacional, como também da avaliação construída do bairro. Geram-se assim avaliações e assimilações positivas relativas às condições habitacionais presentes em comparação com as condições precárias anteriores; tendo como consequência um elevado investimento na nova casa. As avaliações negativas são justificadas pela associação de estigmas negativos articulados ao bairro, o que conduz a um grande desinvestimento pelo bairro. Deste modo, o bairro é visto como um espaço dos outros, não assumido como um espaço colectivo e, conseqüentemente não causador de acções colectivas (Augusto, 1998).

Uma grande parte dos estudos “relativos às sociabilidades, raramente surge enquadrado numa análise das identidades” (Almeida, 1994, in Augusto 1998: 11). As relações sociais estabelecem-se impositivamente com os indivíduos que coexistem nos mesmos espaços sociais. Contudo esse espaço é importante não só na explicação das sociabilidades como também na construção das identidades.

Segundo Firmino Costa, “a formação da identidade é, sempre, um processo relacional e cultural” (1999: 96). Processo relacional, resultado das relações sociais;

como também do ponto de vista das identidades colectivas, a definição de indivíduos só se realiza por delimitação face aos outros, por quem se contrapõem ou por quem se distinguem. Processo cultural, visando “imagens e categorizações do universo social, sentimentos e valorações a respeito dos seus componentes, formas de expressão e códigos comunicacionais, elaboração de memórias e de projectos, símbolos de identificação e práticas carregadas de simbolismo identitário, sejam essas práticas interacções quotidianas, rituais comunitários, acções estratégicas, mobilizações colectivas, ou outros” (Costa, Firmino, 1999: 96-97).

### **3.3. O realojamento, o sonho de uma vida.**

Para se falar em satisfação residencial é necessário abordar-se o realojamento. O realojamento numa primeira instância pode significar alojar de novo e “o realojamento de famílias mal alojadas funciona quase sempre como forma de proporcionar a estas populações melhores condições de vida e de bem – estar nomeadamente no que toca às suas condições de habitação” (Cruz, 2000: 145). No entanto realojar significa mais do que facultar casas, consiste numa acção social, num âmbito mais alargado que o simples facto de atribuição e distribuição de casas. É fundamental, “definir conteúdos pragmáticos de intervenção, conhecer em profundidade as especificidades do contexto social onde se pretende intervir e preparar soluções inovadoras e adequadas às realidades de intervenção” (Cruz, 2000: 145).

Apesar de o realojamento proporcionar às pessoas realojadas melhores condições de vida, acarretam consigo outras questões que é necessário referir.

Muitas vezes, os bairros de realojamento social continuam a ser locais de graves problemas sociais, o que vai dificultar a boa integração por parte das pessoas que lá habitam, e que continuam a ser socialmente estigmatizadas e segregadas.

A segregação é visível quando o realojamento ocorre situado na periferia das cidades, feito de edifícios muito altos. É importante realçar que um realojamento “implica uma mudança de casa, conduz sempre a uma reestruturação da existência quotidiana e de todo um conjunto de práticas ligadas ao meio residencial: as relações de vizinhança, os locais de compras e de lazer, os transportes, o trajecto casa – trabalho” (Cruz, 2000: 147-148).

O realojamento social implica às populações habitarem em vez de casas térreas, viverem em prédios de vários andares, coabitando com diversas famílias. Nesta

perspectiva dá-se uma quebra de redes de vizinhança, como também o corte da relação entre a casa e a rua, que funcionava frequentemente como um prolongamento da habitação. Geram-se assim sentimentos contraditórios, o gosto pela nova casa contrapõem-se as saudades das antigas habitações precárias. “A nova casa aparece como um desafio a um projecto, como suporte de uma esperança para uma promoção no estatuto residencial e como centro das atenções e das mudanças” (Cruz, 2000: 148). Contudo, as alterações fomentadas pela nova casa fazem-se sentir principalmente na variável tempo: o tempo despendido com os vizinhos diminui e o tempo passado em casa aumenta consideravelmente.

Outra questão, relacionada com os processos de realojamento é encarada sob o ponto de vista social, pela população. “Isto é, para as pessoas que vivem em habitações precárias ou degradadas, não abrangidas pelo programa especial de realojamento, nem sempre é fácil perceber porque é que só determinadas pessoas é que têm «direito» a uma nova casa” (Cruz, 2000: 148-149).

A atribuição de uma casa emerge face às condições habitacionais anteriores, com a realização de um sonho. O facto de estas pessoas possuírem uma casa é, por si só, despoletador de um forte sentimento de satisfação, independente dos modelos habitacionais, das características morfológicas e das condições habitacionais do novo espaço residencial.

Deste modo, “a satisfação pela casa deve ser interpretada na forma dupla de projecto/sonho concretizado e de melhoria substantiva das condições de vida” (Cruz, 2000: 171). Por outro lado, a satisfação residencial está estreitamente relacionada com as expectativas que a população expressa face ao realojamento. Desta forma, quanto mais reduzidas forem as expectativas da população realojada, menores são as exigências e maiores as adequações às novas casas e, concludentemente, do novo bairro, àquilo que foi projectado pela população realojada.

### **3.4. Ruptura de sociabilidades**

As sociabilidades são geralmente intensas e são fruto de uma sedimentação no tempo que estabilizou laços de inclusão e exclusão e que são dramaticamente alteradas com o realojamento. Contudo, o factor mais saliente na apreciação das relações de vizinhança é a quebra acentuada dessas relações face ao bairro de origem.

O processo de realojamento implica uma modificação das redes de sociabilidades “que continuam a ter como principais registos a família e os vizinhos, pelo menos um enfraquecimento significativo das relações de vizinhança” (Pinto, 1994: 40).

Deste modo, as sociabilidades vêm-se também influenciadas por um critério de proximidade, sendo a casa o epicentro desta proximidade.

As relações de vizinhança confinam-se fundamentalmente ao prédio, ou mesmo ao andar. Os indivíduos com quem os residentes mantêm as suas relações de vizinhança são predominantemente os vizinhos do mesmo andar ou até do mesmo prédio (Augusto, 1998).

As fragilizações destas redes traduzem-se de forma nefasta na construção da identidade com estes novos espaços habitacionais, desencadeadores de um maior isolamento social e urbano.

De acordo com Isabel Guerra, este enfraquecimento das relações de vizinhança é tanto mais grave quando afecta os grupos sociais para quem as interacções locais são importantes na estrutura do modo de vida. Assim, este enfraquecimento das redes de vizinhança, um fechamento no fogo e o sentimento de insegurança serão futuramente os traços definidores de uma nova sociabilidade urbana e da redução das formas de vida social local (1998).

Assiste-se assim a uma perda de sociabilidades locais, “com consequências visíveis nos níveis de satisfação residencial manifestados e nas formas de vida social local” (Pinto, 1994: 41).

## Capítulo IV

### Cidade e Coexistência de grupos heterogéneos

#### 4.1 Interação social de diferentes grupos na malha urbana.

Louis Wirth, um importante sociólogo da Escola de Chicago, considera que uma cidade pode ser definida como “um agregado relativamente extenso, denso e estável de indivíduos socialmente heterogéneos” (in Fortuna, 1997: 50).

Tradicionalmente a cidade era vista como um espaço de vida comunitária de liberdade, de inovação e de bem – estar social, cultural e económico. Entretanto a industrialização e urbanização acelerada e massificada, marcaram as cidades com graves problemas sociais; o desemprego, a solidão, exclusão social, insegurança e habitação degradada.

Gradualmente, os espaços urbanos tomaram o cerne das atenções a partir da década de 60. Foi nesta data que o crescimento urbano se expandiu, ocupando vastas áreas até então periféricas e atraindo milhares de imigrantes. Contudo, os movimentos sociais da década de 60, sem precedentes nos últimos 20 anos, desencadearam-se no meio urbano. A má qualidade de vida, os alojamentos precários e a opressão quotidiana exercida pelo capital, foram os problemas apontados para a contestação. “A crise urbana faz a sua apropriação” (Gonçalves, 1995: 50), na medida em que ela é composta de problemas concretos que se conjugam, dando uma imagem negativa da cidade.

Deste modo a crise urbana desenvolveu-se em quatro domínios, crise (de comunicação, das relações sociais, da territorialidade e por último patologias urbanas).

O individualismo, o sucesso pessoal dão “uma forte contribuição para uma cidade que cada vez mais se afasta do tradicional, feito de contactos interpessoais e de uma estrutura social relativamente pouco segregada no espaço” (Gonçalves, 1995: 52). Deste modo a estabilidade social, encontra-se garantida para os actores que possuem rendimentos elevados, quer em questões de mobilidade, quer no acesso de serviços e equipamentos.

Assim, os problemas sociais da cidade condicionaram, a interação social entre vários grupos heterogéneos no meio urbano, que, “tende a flexibilizar as fronteiras dos grupos mais fechados, como as castas e a complexificar a estrutura de classes, o que conduz a

um quadro de estratificação social mais ramificado e diferenciado do que o das sociedades mais homogéneas” (Louis, Wirth, 1997: 56).

De acordo com Baptista, a questão da coexistência física de populações, está significativamente ligada com a proximidade espacial e distância social de populações “que se encontram em percursos residenciais distintos e mesmo conflituais” (2008: 40). A redefinição do espaço da cidade pode ser observável pela forma como as pessoas se apropriam ou se desapossam do espaço e a forma como o espaço é usado e reivindicado. A mobilidade social “ permite dinâmicas como aqueles que alguns classificam como gentrificação, mas pode resultar de imposições externas de realojamento territorial, que podem conduzir ao conflito de interesses em relação ao lugar em causa (...) que faz com que aqueles que estão em processo de mobilidade social ascendente procurar a distância física que objectiva a distância social que se pretende adquirir” (Baptista, 2008: 41).

Indubitavelmente, o perfil de emprego, o local de residência, o rendimento e os interesses mudam, tornando difícil a preservação de organizações e a promoção de relações duradouras de proximidade entre os seus membros. “Isto verifica-se, de uma maneira flagrante, nas áreas da cidade para onde as pessoas foram remetidas mais por efeito das diferenças raciais, linguísticas, de rendimento e estatuto social do que por opção ou atracção positiva entre semelhantes” (Louis, Wirth, 1994: 56).

Segundo Isabel Guerra, “a crise das cidades é hoje cada vez mais identificada na sua origem com os bairros degradados, social e urbanisticamente desintegrados da malha urbana. Estes bairros são largamente considerados os responsáveis pela criminalidade, venda de droga e insegurança urbana” (1994: 11). Deste modo, numa primeira análise, a habitação social não deve ser feita de forma isolada, concentrada, fortemente estigmatizada por diversas características urbanas e arquitectónicas. Em segundo lugar, é necessário ter em conta as características sociais da população alojada em bairros, comparativamente à população alojada nos anos sessenta. De facto o fenómeno de exclusão social mudou pela dificuldade crescente à inserção no mercado de trabalho. Do mesmo modo, aumentaram os fenómenos de emigração, provocando uma heterogeneidade cultural nos bairros. Por último aumentaram os fenómenos de venda e consumo de droga nos bairros mais marginalizados.

O problema do realojamento, não se prende apenas com problemas financeiros e urbanísticos. O problema do realojamento é mais um problema social, “porque as pessoas não são coisas que se ponham em gavetas” (Guerra, 1994: 11).

Do ponto de vista social, a concentração espacial “de uma população socialmente homogénea, mesmo que muitas vezes culturalmente heterogénea provocaram um crescimento exponencial de comportamentos desviantes e de estigmas sociais que desencadearam, por sua vez, respostas violentas e um clima de insegurança urbana bem recente” (Guerra, 1994: 11).

O estigma social é sentido com intensidade pelos moradores dos bairros sociais, não porque assumem em si individualmente um estatuto de desviante, mas sim porque a imagem pública socialmente desvalorizada é interiorizada pelos elementos do próprio bairro social.

Podemos afirmar que um bairro social tem como principais características a coexistência de diferentes etnias e grupos, possuindo como denominador comum, escassos recursos económicos, baixas qualificações escolares e profissionais, transformando-os em objecto de formas várias de exclusão social e condições precárias de existência, “tornam-no vulnerável a problemas diversos que fortemente condicionam o gosto, o enraizamento e a imagem locais” (Pinto, 1994: 39).

Não é de estranhar que os factores de insatisfação social estejam relacionados à própria compleição e dinâmicas sociais dos próprios bairros, pautados por graves patologias sociais (droga, mau ambiente, má vizinhança e falta de segurança).

Geram-se assim configurações que afectam não só o gosto, a identidade e o tipo de relações locais existentes, que determinam os problemas dos bairros e agravam as necessidades em termos de equipamentos e serviços. Não é de estranhar que em detrimento destas configurações nos bairros, exista um posto de polícia, como um equipamento primordial das principais necessidades dos bairros, devido aos problemas de insegurança e mau ambiente vividos nos bairros. Daí que outros equipamentos (escolares e de saúde) se tornem secundários face às necessidades de segurança.

Outro dos aspectos relativos à imagem negativa, incide nas escassas possibilidades dos residentes dos bairros constituírem identidades positivas conducentes a um maior enraizamento local e a uma maior integração social.

Deste modo a mudança de casa implicou não só a perda de conhecimento, como de controlo e domínio sobre o espaço residencial a as regras de funcionamento do bairro, tendo como efeito um grande isolamento individual e familiar e como consequência um maior sentimento de insegurança.

Assim, este sentimento de insegurança tem consequências nefastas no modo de “apropriação do espaço habitacional e nos processos de construção de identidade com

este espaço, particularmente no que diz respeito à formação e consolidação de sociabilidades locais” (Pinto, 1994: 40).

#### **4.2. Migrantes e Minorias étnicas**

Aos bairros sociais estão associados processos de crescimento urbano “onde os fenómenos migratórios, acrescidos de uma escassa oferta de habitação a custos controlados inviabilizam um alojamento condigno das populações” (Pimenta, 1994: 184). Nestes bairros coexistem grupos heterogéneos de diferentes etnias e grupos, sustentando como denominador comum os escassos recursos económicos, baixas qualificações profissionais e escolares. Estes grupos convertem-se em objecto de diversas formas de exclusão social, vivendo em condições precárias.

“De facto, nestes bairros, se existe uma grande homogeneidade social, traduzida pelas dificuldades de inserção social e consequente acesso aos bens e serviços de uma sociedade moderna, existe também uma grande heterogeneidade cultural que está por detrás da presença de uma grande diversidade de modos de vida e de expectativas” (Pimenta, 1994: 184). Porém a presença de grupos heterogéneos dentro dos bairros, acarreta consigo o fenómeno de exclusão social.

Uma das causas apontadas para a presença de grupos migrantes e de grupos étnicos, formados por populações de diferentes raízes culturais, é a procura de melhor qualidade de vida e de condições de trabalho. A guerra também é um fio desencadeador para diferentes grupos migrarem. Similarmente as condições económicas, as baixas qualificações são factores preponderantes de localização destes grupos populacionais nos bairros sociais.

Portugal tem sido nos últimos anos uma porta para a imigração. As profundas alterações das dinâmicas migratórias levaram a que Portugal passasse de um país tradicionalmente exportador de mão – de – obra, a denominação de país de acolhimento de fluxos imigratórios. Assistiu-se nos anos 60 a um crescente imigratório em Portugal, nomeadamente à chegada dos primeiros cabo-verdianos. Contudo só a partir de 25 de Abril de 1974, e na sequência do processo de descolonização, se registam grandes fluxos migratórios dirigidos a Portugal, com origem nas antigas colónias portuguesas. Durante toda a década de 1980, persistiu este fluxo migratório, contribuindo para o aumento significativo de imigrantes no país. De facto são os (PALOP), oriundos dos países africanos de língua oficial portuguesa, que constituem uma grande percentagem

de residentes imigrantes no país. Por sua vez, são os imigrantes de origem africana que enfrentam graves problemas de inserção social, constituídos “como um dos grupos da população mais vulnerável a situações de pobreza e exclusão social. Uma das expressões mais visíveis dessa exclusão é a segregação sócio – espacial a que muitos destes imigrantes são sujeitos” (Pimenta, 1994: 44).

Consequentemente, os imigrantes de origem africana residentes em Portugal concentram-se em bairros bastante degradados, como também nas zonas periféricas mais próximas. As condições de inserção e exclusão no mercado de trabalho levam a medidas ao nível político e social, de inserção social destes na sociedade portuguesa.

Quer a população adulta, quer as gerações mais jovens, têm baixas qualificações e fenómenos como abandono precoce do sistema educativo e o insucesso escolar são uma constante entre os filhos de imigrantes. Estes fenómenos assumem dimensões graves, quando por um lado, predomina a existência de população bastante jovem e com um potencial bastante elevado de crescimento demográfico; por outro lado, estes grupos populacionais confrontam-se com um mercado de trabalho bastante exigente e cada vez mais selectivo, do ponto de vista da qualificação profissional e da formação de base.

Maioritariamente, são estes grupos populacionais que residem em bairros sociais degradados. A maioria dos trabalhadores imigrantes vivem situações de profunda precariedade laboral (não têm vínculos contratuais com a entidade empregadora) por outro lado, muitos vivem à margem da segurança social, ou seja, clandestinamente, deixando-os desprotegidos em relação aos acidentes e diversos riscos. Estes indicadores deixam os trabalhadores migrantes pautados pela desprotecção social.

A precariedade e vulnerabilidade são dois fenómenos que não podem ser dissociados a este grupo populacional. Assim a sua inserção profissional tornar-se-á decadente e terão reflexo em condições precárias, tornando-os vulneráveis a situações de pobreza, de exclusão e consequentemente de segregação do sistema social.

No que diz respeito às condições habitacionais as carências que afectam este grupo e minorias étnicas são partilhadas por diversas categorias sociais da malha urbana que também se encontram em situações de vulnerabilidade económica e social. “ Com efeito, a falta de alojamentos acessíveis gerada pela crise estrutural que caracteriza o sector habitacional em Portugal, tem dado lugar a um acentuado processo de segregação sócio – espacial; processo esse que se produz na «expulsão» das categorias populacionais mais desfavorecidas para zonas de habitação degradadas” (Pimenta, 1994: 45).

As condições físicas em que muitos bairros se encontram, põem em risco o bem – estar e a saúde dos residentes. A coexistência heterogénea entre diferentes grupos, pauta-se na maioria das vezes em conflitos e confrontos entre si.

### **4.3. A presença cigana em Portugal: um caso de exclusão secular**

A rejeição do cigano tem uma expressão mais diluída na média e grande cidade. “ A urbe, é por excelência, um espaço favorável às trocas comerciais, para as quais os ciganos se encontravam vocacionados, ainda que sempre em segmentos relativamente marginais do mercado, não sendo pois de estranhar que encontrassem em meio urbano menos resistência para a sua fixação muito embora em condições precárias” (Machado, 1999: 59).

Segundo um estudo realizado por Bruto da Costa (1994), cerca de 40% dos ciganos residentes em Lisboa vivem em condições precárias (casas abarracadas). A casa num bairro degradado tem como características a privacidade no seu interior, a dimensão reduzida das janelas e a proximidade entre os alojamentos. A vida do bairro decorre fundamentalmente na rua, caracterizada por um prolongamento da casa.

No entanto, em bairros sociais, o realojamento apresenta equitativamente no seu interior as mesmas características, “mas as reduzidas dimensões das tipologias face à dimensão do agregado doméstico, bem como a demarcação funcional sugerida pelas divisões, tornam menos evidente esse propósito de amplificação das zonas de estar” (Machado, 1999: 61). Contrariamente à facilidade ao acesso à rua nas casas abarracadas, nos bairros sociais, a dificuldade ao exterior é imensa, sobretudo quando estão perante edifícios em galeria, tornando-os em potenciais espaços arquitectónicos de conflitualidade (Machado, 1999).

A análise sobre a actividade da etnia cigana, diz-nos que tradicionalmente vivem do comércio quase marginal; designadamente depois de 1974, foram criadas condições para a procura de variados bens, geralmente de baixo custo e de baixa qualidade, “a que correspondem uma oferta em grande parte da responsabilidade do comerciante cigano” (Machado, 1999: 62). O negócio é essencialmente familiar. Tal facto não significa que o desfavorecimento social e o estatuto económico desta comunidade tenha desaparecido, ou que esteja em curso um processo ainda que subtil de integração da comunidade cigana. Por facto tem-se assistido a uma responsabilização popular acrescida dos ciganos pela banalização do tráfico de drogas, em áreas degradadas na cidade de Lisboa.

Segundo Machado, o estigma atribuído a esta população deve-se à “divulgação mediática sobre processos criminais envolvendo, também, sujeitos ciganos contribuindo decisivamente para uma radicalização dessa atribuição de responsabilidades” (1999: 62), mesmo que sejam infundadas.

Há que salientar que a comunidade cigana em Portugal assiste a um desfavorecimento sócio – económico, contribuindo em grande medida para a vulnerabilidade deste grupo étnico.

#### **4.4. Reapropriação do espaço e transformação identitária**

O espaço para além de ser um suporte físico é um suporte social e um código cultural. Suporte físico, porque “envia para a ecologia animal e humana” (Lopes, 2006: 137), o conceito de territorialidade. Suporte social, porque é composto por redes de interacção social, “onde o indivíduo se situa face a outro, com uma vontade de viver em comum e no ordenamento das suas diferentes actividades” (Lopes, 2006: 137). Código cultural, porque é através da apropriação dos espaços que se poderão definir as solidariedades. É nesta dimensão que os jogos relacionais se vão investir em formas simbólicas.

Ao estudar-se as identidades culturais é necessário ter em conta os contextos espaciais e relacionais. O espaço “enquanto agente activo de inserção das práticas sociais é uma realidade complexa cuja análise deve incluir, para além das características do próprio espaço físico, uma imensidão das variáveis sociais e culturais a partir das quais se geram situações específicas e sistemas de imagens e representação, dos quais dependerá em grande medida o modo como cada indivíduo aprende e se apropria desse espaço” (Gonçalves, 1994: 140).

A identidade como consciência ocorre quando por um lado se é confrontado com o contacto de outra cultura, por outro lado, ocorre “quando os diferentes parâmetros de filiação e pertença são desestabilizados e desestruturados e a identidade se torna uma realidade incerta” (Lopes, 2006: 137).

Os constrangimentos da deslocalização ocorrem quando determinadas populações vivenciam situações de marginalidade urbana e de desigualdade social quer entre fluxos migratórios, quer entre políticas de realojamento social. Geram-se assim sentimentos de invasão através do processo de intrusão de outros grupos em territórios da população autóctone<sup>1</sup>.

A apropriação do espaço por parte de outros grupos é vista pelas populações autóctones como invasores e provocadores da desordem.

Assim, “a deslocalização para os bairros de habitação social provocou não só a ruptura de espaço físico, suporte do cenário da rede de socialização e sociabilidade, do espaço enquanto suporte – mediador de sentido na relação com o próprio, com o outro semelhante e com o outro diferente numa lógica de diferenciação positiva e negativa” (Lopes, 2006: 145).

A deslocalização para outro espaço obrigou os indivíduos a uma recomposição dos laços sociais, tanto de vizinhança, familiares e de parentesco, refazendo jogos relacionais com o outro diferente. Contudo não se pode dissociar a este novo espaço residencial uma conotação negativa por parte dos residentes e da população envolvente. A imagem negativa está relacionada com as características arquitectónicas, degradação urbanística do local, condicionando a qualidade de vida destes.

A coexistência de grupos heterogéneos influencia a imagem negativa do espaço residencial. Porque a convivência com outros grupos diferentes, influencia a crença que o bairro tem má imagem no exterior “partilhando assim a existência de uma forte identidade negativa” (Gonçalves, 1994: 141). Atribuem-se assim conotações negativas aos residentes em bairros sociais, em que a nova relação com o espaço residencial abarca três dimensões, o social, o físico e o cultural. Estas dimensões condicionam a reconstrução da auto – imagem dos grupos entre si.

As estratégias de integração social no espaço são fundamentalmente engendradas por referência a tais realidades, contudo variam não só com os percursos de vida, como também com os projectos pessoais de os poder realizar.

De acordo com um estudo feito por Policarpo Lopes, os residentes brancos têm uma auto – imagem estabelecida por uma lógica de superioridade, os residentes ciganos são qualificados como um grupo que não foram feitos para trabalhar, desordeiros e associados ao tráfico de drogas. Os residentes africanos são conotados como gente não integrada, violenta e conflituosa (2006). “Esta auto – imagem e a etnicização das relações sociais, em lugar da mixidade social e mestiçagem cultural produzem distanciação e exclusão social” (Lopes, 2006:149).

---

<sup>1</sup> “pessoa que nasceu na própria terra em que habita”, in Dicionário da Língua Portuguesa, (2004), Porto Editora, pp. 180.

Igualmente, os processos de (re)estruturação das identidades socioculturais são de extrema complexidade. “Por um lado, dado a multiplicidade de referências identitárias que cada indivíduo encerra em si próprio, por outro lado, dada a particular permeabilidade à mudança destas identidades, através dos diferentes processos sociais pelos quais os indivíduos passam ao longo da vida” (Gonçalves, 1994: 145).

A redefinição das identidades, relacionadas pelas trajetórias sociais descendentes, acontece nos casos de determinados indivíduos, cujas situações sociais anteriores à deslocação para o bairro eram precárias e as condições permanecem igualmente precárias. Como exemplo, algumas famílias pobres originárias de zonas rurais, que sofreram migrações mal sucedidas, vão perdendo as antigas redes de solidariedade experimentando um escasso grau de integração no espaço urbano e no mercado de trabalho, conduzindo a situações de desadaptação e exclusão social.

Mesmo nos casos em que a situação a nível profissional e económico se mantiveram estáveis, “o que parece acontecer é que o facto de se viver no bairro contribui, em si mesmo, para uma grande fragilização identitária, o que se traduz nomeadamente no caso de alguns imigrantes numa certa demarcação face aos sistemas culturais/étnicos de origem” (Gonçalves, 1994: 146). Alguns casos de famílias de origem cabo-verdiana ou Moçambicana, são considerados os «mais atrasados»<sup>2</sup> em relação aos europeus, o que revela a consciência da má imagem que as pessoas têm do bairro, existindo hesitações entre a identificação dos valores e normas de origem com a aspiração de integração na sociedade portuguesa.

Deste modo, a identidade de um indivíduo ou grupo social não é posta em causa, “porque as culturas não são realidades estáticas, mas resultam de uma constante negociação com o exterior e com os diferentes sistemas culturais” (Gonçalves, 1994: 146). Assim os indivíduos podem interiorizar os padrões culturais de uma determinada sociedade, sem perderem o essencial das suas culturas de origem.

---

<sup>2</sup> Relativo aos costumes tradicionais de famílias Cabo-verdianas e Moçambicanas e da tentativa da demarcação em relação a eles, in (Gonçalves, Helena, (1994), “Processos de (re)construção de identidades culturais num bairro de habitação social”, in: Sociologia, Problemas e Práticas, nº 16, pp. 135-149;

A coexistência entre diversos grupos num mesmo espaço dificulta a «aculturação periférica»<sup>3</sup> a que estes indivíduos são sujeitos, devolvendo uma imagem negativa sobre si mesmos, o que obriga à demarcação de determinadas estratégias relativas ao espaço e às suas próprias referências culturais de origem.

Num estudo realizado por Helena Gonçalves (1994), num bairro social de Vila Franca de Xira, uma das características da população residente no bairro, é a existência de grupos heterogêneos. Trata-se de uma população fundamentalmente migrante, originária de Moçambique, Angola e Cabo-Verde. O nível de escolaridade da população é muito baixo, existindo algum índice de alfabetismo.

As baixas qualificações profissionais poderão constituir uma das características abonatórias dos residentes em bairros sociais. Assim o bairro reúne uma grande heterogeneidade de referências culturais e de situações sociais. Alguns dos residentes são migrantes de zonas rurais, caracterizados pelas ténues inserções profissionais e instabilidade das condições de vida destes.

Outra dimensão importante, diz respeito aos projectos realizados ao longo da vida, com vista a perceber o modo de vida das pessoas, as suas aspirações e expectativas em relação ao bairro, ao futuro e “ao modo como engendram processos de construção e reconstrução das suas identidades” (Gonçalves, 1994:139).

A deslocação para os bairros sociais teve um significado negativo, comportando mudanças dos trajectos e nos modos de vida. Significou uma despromoção habitacional para as pessoas que consideram os espaços habitacionais actuais com piores condições. Geralmente a satisfação residencial é diminuta, só é considerável para as pessoas provenientes em bairros degradados, ou em barracas.

---

<sup>3</sup> “Influências de um grupo social sobre outro, um processo de desconstrução da identidade, deformação. Está associado à ideia de extinção, descaracterização/desestruturação sócio-cultural e perda de identidade”, *ABC da Diversidade Ressignificando Conceitos*, in [www.seduc.mt.gov.br](http://www.seduc.mt.gov.br)

## PARTE 2 – ESTUDO DE CASO: O BAIRRO SOCIAL DO CABEÇO

## Capítulo V

### Método e procedimentos de pesquisa

#### 5.1. Caracterização do objecto de estudo

A construção de casas económicas na Covilhã inicia-se na década de 30. Em 1947, é assinado um contrato entre o Município e a casa Sindical de Presidência dos Lanifícios para a edificação de dois bairros de operários, com cerca de 100 moradias na cidade da Covilhã, e, com 24 moradias na freguesia de Tortosendo, onde também se notam carências habitacionais, cada vez mais profundas.

Em Julho de 1948, os Bairros Operários do Tortosendo e da Covilhã encontram-se em fase de conclusão.

Em Maio de 1954, é inaugurada a obra de ampliação do Bairro Operário do Tortosendo com mais 10 casas económicas.

Em 1974 dá-se na cidade da Covilhã, um mobilismo, no sector da construção, tanto público como privado. Após uma fase de estagnação onde se regista, apenas, a construção de 16 fogos no Tortosendo, pela Fundação Salazar, dá-se um arranque de uma nova fase de construção de habitação de cariz social, no concelho da Covilhã, com a construção, em 1981, de 12 fogos no Bairro do Cabeço, na freguesia de Tortosendo, mediante acordo entre o FFH e a CMC. São construídos em 1981 e 1993, sete empreendimentos habitacionais, neste concelho, consequência das políticas habitacionais que surgiram a partir de 1974.

Estas construções tiveram espaço entre dois períodos, o primeiro de 1974 a 1985 com a construção de quatro empreendimentos – que correspondem à primeira fase da habitação social, com projectos fornecidos pelo Fundo de Fomento de Habitação: um bloco com 25 fogos no Bairro do Mercado, em 1985, na freguesia de Tortosendo, que foi alargado para 29 em 1990, composto de habitações que se constituíram em Regime de Propriedade Resolúvel<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Regime introduzido pelo Decreto-Lei nº 23.052, de Setembro de 1933 que foi sofrendo, ao longo do tempo, várias alterações e que, segundo o Decreto-Lei nº 167/93, de 7 de Maio, vem criar melhores condições de acesso à propriedade, tem como base uma política de construção de habitação a custos controlados, com o apoio financeiro do Estado, e é destinado a famílias carenciadas por ter um preço mais reduzido e constitui-se com a celebração de escritura pública de compra e venda. O preço de venda é fixado pela entidade vencedora nos termos da legislação e pode ser pago em prestações constantes ou progressivas, até 25 anos, calculadas à taxa de juro praticada no mesmo.

Em 1998 são construídos, com o apoio do INH: mais 24 fogos no Largo da Feira na freguesia de Tortosendo e em 2005, 148 fogos são finalizados no Bairro do Cabeço na mesma freguesia.

Quadro 5.1 - Características do bairro social do Cabeço.

Habitação social do Bairro do Cabeço			
Fogos de habitação social	Fogos vagos	Total de fogos ocupados	Total
148	12	136	296

Fonte: Departamento do urbanismo e da habitação da CMC, Maio 2009

Quadro 5.2- Índice do número de pessoas alojadas no Bairro social do Cabeço

Nº de pessoas alojadas segundo a Naturalidade					
	Portugueses	Brasileiros	Guineenses	Moçambicanos	Total
Maiores de idade	206	2	3	2	213
Menores de idade	125	0	2	1	128
Total	331	2	5	3	341

Fonte: Departamento do urbanismo e da habitação da CMC, Maio 2009

Dos 206 Portugueses maiores de idade, 44 são de etnia cigana e dos 125 portugueses menores de idade 27 são oriundos de famílias de etnia cigana.

Quadro 5.3 - Índice da população do bairro social segundo a profissão

<b>Profissões</b>	<b>Nº de pessoas empregadas</b>	<b>%</b>
Op. Construção civil	2	1,9%
Costureira	1	0,9%
Auxiliar de Lar	1	0,9%
Op. Têxtil	2	1,9%
Funcionário do hospital	1	0,9%
Serralheiro	1	0,9%
Engomadeira	1	0,9%
Mecânico	1	0,9%
Comerciantes	1	0,9%
Agricultor	1	0,9%
Empregado de balcão	3	2,9%
Auxiliar de consultório	1	0,9%
Cangalheiros	2	1,9%
Empregado de junta	1	0,9%
Trabalhador independente	1	0,9%
Empregado de limpeza	2	1,9%
Reformados	45	44,1%
Pensionistas	4	3,9%
Outros empregos	30	29,4%
Part-time	1	0,9%
<b>Total</b>	<b>102</b>	<b>100%</b>

Fonte: Departamento do urbanismo e da habitação da CMC, Maio 2009

Segundo o quadro 5.3, 44% da população residente no bairro social encontra-se reformada, enquanto que 29,4% possuem outros empregos. É de salientar que 2,9% da população tem como profissão empregado de balcão.

Relativamente ao índice de pessoas desempregadas, existem no bairro social do cabeço, 108 pessoas em situação de desemprego, pelo qual 19 pessoas encontram-se a receber o subsídio de desemprego, enquanto que 15 pessoas encontram-se a receber o Rendimento Social de Inserção, por fim, apenas 3 pessoas encontram-se a receber uma

bolsa de formação. Das 71 pessoas que se encontram em situação económica indefinida, o departamento de habitação e urbanismo não tem quaisquer dados relativos às mesmas.

## 5.2. Formulação de Hipóteses

Tal como foi referido na introdução, pretendia-se com a problemática “*averiguar se a construção dos bairros sociais aparecem como meio de inclusão ou se a forte estigmatização social que os bairros estão sujeitos acabam por excluir os seus habitantes, em particular, saber se o Bairro Social do Cabeço foi bem sucedido*”.

Para a análise deste problema, é de maior interesse centrar-me num âmbito mais sociológico que abarca questões tais como, a actuação do Estado Providência em Portugal, as políticas sociais de habitação vigentes, os modos de vida, as condições habitacionais, a apropriação dos espaços residenciais, a Segregação e a sua periferização que envolvem o fenómeno habitação social.

As hipóteses criam ao trabalho de investigação científica a direcção do conhecimento preparatório do fenómeno estudado. Desta forma, as hipóteses fornecem critérios selectivos de dados que o investigador pretende investigar, como também fornecem um suporte para a recolha de determinados dados considerados pertinentes. Segundo Marconi e Lakatos, a construção das hipóteses são suposições que antecedem “a constatação dos factos e tem como característica uma formulação provisória; deve ser testada para determinar a sua validade” (1988: 26).

Hipótese 1:

- O Bairro Social do Cabeço não resolveu os problemas sócio - habitacionais que estiveram na origem da sua construção e gerou conflitos sociais e culturais.

Variável independente: resolução de problemas sócio – habitacionais.

Variável dependente: conflitos sócio – culturais.

Hipótese 2:

- O Bairro Social do Cabeço é representado, a nível físico como social, como estando segregado podendo contribuir para a exclusão social dos residentes do bairro.

Variável independente: espaço como meio integrador.

Variável dependente: representação social do espaço.

### **5.3. Metodologia, técnicas de pesquisa**

Tendo em conta que irei privilegiar o método de estudo de caso, as técnicas aplicadas vão ser a observação directa e continuada, por um período de tempo limitado. Paralelamente à observação directa, irei elaborar inquéritos aos residentes do Bairro Social do Cabeço.

Segundo Almeida et Pinto, “ os métodos têm assim, ao incidir sobre operações de pesquisa, uma relação de interioridade com as práticas de investigação: eles são as próprias críticas de investigação. Representam um certo nível de controlo interno e formal sobre as pesquisas à medida que estas se desenrolam” (1995: 93).

O método estudo de caso, tal como o nome indica, designa um estudo sobre um “tema específico ou particular, com suficiente valor representativo e que obedece a rigorosa metodologia. Investiga determinado assunto não só em profundidade, mas também em todos os seus ângulos e aspectos, dependendo dos fins a que se destina” Marconi e Lakatos, 1988: 189). Este método permite ao investigador uma maior flexibilidade na utilização das técnicas disponíveis em comparação com os outros métodos. Também pode-se recolher uma maior quantidade de informação essencial para o objecto de estudo.

A observação directa consiste em ser testemunha dos comportamentos sociais dos indivíduos ou grupos nos próprios locais das suas actividades (...) sem lhes alterar o seu ritmo normal. (...) Este contacta e estuda as pessoas; presencia os actos e os gestos a que as suas acções dão origem; ouve as trocas de palavras; inventaria os objectos de que se rodeia, permutam ou produzem” (Peretz, 2000: 22).

Os inquéritos por questionário devem obedecer a normas precisas para não perder a sua viabilidade. Os temas devem estar em acordo com o objecto de pesquisa, não devem ser muito longos, porque podem criar fadiga e desinteresse por quem os preenche. Contudo

também não deve ser curto demais, porque pode-se correr o risco de não se obter toda a informação. “Deve ser acompanhado por instruções definidas e notas explicativas, para que o informante tome ciência do que se deseja” Marconi e Lakatos, 1988: 76).

Outro problema apontado é a forma como estão escritas as questões, elas devem ser claras e de simples compreensão. Segundo Freire, a “ interpretação e compreensão dos entrevistados face às perguntas e termos com que são confrontados, colocando aqui questões de tradução de linguagens” (1999: 44). De facto quando as questões não são claras podem levar o inquirido a responder noutra direcção que não a pretendida, ficar confuso e não querer responder. Para que estes problemas não aconteçam é necessária a realização do pré – teste do inquérito por questionário. Deste modo o questionário irá ser testado numa pequena população escolhida pelo inquiridor, a pelo menos quatro pessoas, de modo a determinar possíveis imprecisões. No fim do pré-teste concluí ser necessário retirar duas questões do inquérito aplicados à população residente no bairro social. Também se deve abordar as pessoas de forma educada e esclarece-las dos objectivos do inquérito, para não criar situações de não cooperação por parte dos inquiridos.

#### **5.4. Observação directa**

Um dos principais procedimentos que defini para dar continuidade ao meu trabalho de investigação foi o método de pesquisa no terreno. Assim, o meu primeiro passo foi, ainda no decorrer da elaboração da componente teórica, dirigir-me ao bairro social do Cabeço, a fim de perceber como estavam agrupados os fogos, qual a cor predominante, quais os grupos populacionais existentes, qual a nacionalidade, se a maioria dos residentes era natural do Concelho, ou se a grande fatia populacional residente, era oriunda de outros concelhos, quais as relações sociais existentes, e se existiam estruturas suficientes para oferecer uma boa qualidade de vida aos residentes.

Durante o tempo em que me desloquei ao bairro social, verifiquei que o aspecto arquitectónico dos edifícios era característico da grande maioria dos bairros sociais existentes. As cores predominantes eram o cinzento, o bege claro e a cor de tijolo. O cinzento é a cor predominante em todos os edifícios, e as cores beges e de tijolo eram alternadas de edifício para edifício, ou seja, o primeiro edifício habitacional continha a cor bege e o cinzento, enquanto que o segundo edifício era caracterizado pela cor de tijolo e o cinzento e assim sucessivamente. (ver anexo 1).

O bairro está geograficamente afastado de quase toda a população residente do Cabeço e principalmente da vila de Tortosendo, existindo apenas algumas casa em frente e um jardim-de-infância. Deste modo cheguei à conclusão de que a maioria das crianças inscritas no jardim é residente do bairro social.

Um dado curioso que observei, foi a existência de um gradeamento na parte de trás de cada edifício. Alguns residentes alegaram que o gradeamento servia para os proteger de assaltos, contudo uma pequena percentagem da população referiu não gostar do gradeamento porque incentivava à existência de assaltos, na medida em que podiam trepar por ele e a nível arquitectónico “parecia uma prisão”.

Em frente ao terceiro edifício está um café, explorado por um casal da freguesia do Tortosendo, e ao lado está uma loja social. A loja apenas abre às quartas-feiras a partir das 15 horas; é a maioria dos residentes do bairro que usufruem das roupas dadas na loja social. Esta sobrevive com a caridade da comunidade tortosendense. Contudo a existência da loja foi alvo de contestação da maioria da população residente no bairro, pois outras estruturas poderiam ser feitas para a melhorar a qualidade de vida da população (ver anexo 3).

A população foi estrategicamente distribuída pelos fogos existentes, na medida em que a maioria da população de etnia cigana estava concentrada no último fogo.

### **5.5. População em análise /amostra**

Este projecto de investigação iria incidir sobre o universo dos indivíduos residentes no bairro, tendo como unidade de análise os fogos. O inquérito por questionário será aplicado a um indivíduo de cada fogo.

O estudo possui como população inicial 136 fogos que compõe o bairro em questão, mas por impossibilidade de aplicar determinados inquéritos a amostra ficou reduzida para 81 fogos, ou seja a (60%) da população. Os inquéritos que não foram aplicados ficaram a dever-se a vários motivos: recusa, ordem de despejo e impossibilidade de os contactar. Os inquéritos foram aplicados durante os meses de Maio e Junho, durante todo o dia, mas com mais incidência em horário pós-laboral, durante todos os dias da semana, exceptuando o Domingo.

O tipo de amostragem que vai ser utilizada é a probabilista, ou seja, a amostragem aleatória simples. “A selecção se faz de forma que cada membro da população tem a mesma probabilidade de ser escolhido” (Marconi e Lakatos, 2003: 224).

## Capítulo VI

### Análise sócio - demográfica

#### 6.1. Contextualização local

A Covilhã faz parte do Distrito de Castelo Branco que é formado por onze concelhos; Covilhã, Belmonte, Fundão, Idanha-a-Nova, Oleiros, Penamacor, Proença-a-Nova, Sertã, Vila de Rei e Vila Velha de Ródão, compostos por 159 freguesias. Geograficamente o Distrito é caracterizado pelas várias serras que o atravessam com parte das Serras da Estrela e da Lousã e com as Serras da Gardunha, Malcata, Alvelos e Muradal.

O Concelho da Covilhã tem uma área de mais de 550 Km<sup>2</sup> e a sua população está estimada em 54 mil 505 habitantes.

O Concelho da Covilhã situa-se na região Centro, Distrito de Castelo Branco, Sub-Região Cova da Beira.

É constituído por 31 freguesias, entre elas encontra-se o Tortosendo. Apresenta uma densidade populacional de 96,3 hab/ km<sup>2</sup>.

O Tortosendo é uma freguesia da província da Beira Baixa. Pertence ao concelho da Covilhã, tendo, no entanto pertencido à comarca da Guarda até 1758. Esta cidade é a sede da Diocese, e Castelo Branco a do Distrito. As duas cidades mais próximas são a Covilhã, a 7 km e o Fundão que fica a uma distância de 15 km.

A freguesia do Tortosendo, fica situada entre o concelho de Belmonte e o concelho do Fundão. O Tortosendo tem actualmente uma área de 19,128750 Km<sup>2</sup> e situa-se na encosta sudoeste da Serra da Estrela. Faz parte da sub-região agrícola da Cova da Beira. Confronta-se a Norte com a freguesia de São Martinho, a Nordeste com a freguesia da Boidobra, a este com a freguesia do Ferro, a sudoeste com a freguesia de Alcaria, a sul com a freguesia de Dominguiso e a oeste com a freguesia das Cortes do Meio.

## 6.2. Demografia e equipamentos sociais

**Quadro 6.1 – População residente no Concelho da Covilhã por escalão etário**

Grupos etários	0-14	15-24	25-64	65 e +
Habitantes em 1991	10 054	8 258	27 207	8 480
Habitantes em 2001	7 540	7 432	28 967	10 566

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001

Conforme o quadro apresentado, verifica-se uma redução habitacional comparativamente aos anos de 1991 para 2001. A redução mais significativa corresponde ao grupo etário dos 0 aos 14 anos de 2514 indivíduos, enquanto no grupo etário dos 15 aos 29 anos é de 826 indivíduos.

Relativamente ao grupo etário dos 30 aos 64 verifica-se uma tendência positiva de crescimento da população e dos 65 ou mais anos com um aumento de 2086 indivíduos (respectivamente), no período entre 1991 e 2001.

Pode-se aferir que o envelhecimento da população do Concelho da Covilhã tem vindo a acentuar-se com a diminuição da população jovem e o envelhecimento da população idosa.

A análise da estrutura etária evidencia o envelhecimento da população.

Os quadros que se seguem demonstram de forma mais clara o elevado índice de envelhecimento e dependência em comparação ao índice da população jovem.

**Quadro 6.2. - Evolução da população na freguesia do Tortosendo**

Anos	1900	1930	1940	1960	1970	1981	1991	2001
População	3200	3668	4474	5795	5837	5310	4654	5405

Fonte: INE- Recenseamento Geral da população

De acordo com o quadro, a população residente na freguesia era de 5405 habitantes, ocupando o 2º lugar do conselho relativamente às povoações com mais habitantes.

O Tortosendo apresenta uma densidade populacional de 364,5 habitantes por Km<sup>2</sup>. Entre 1960 e 1970, dá-se um aumento pouco significativo. Este facto deve-se principalmente à emigração em massa da população jovem e activa, para a França. A diminuição continuou a acentuar-se nos anos seguintes. Devido em muito ao abandono dos meios rurais para os meios urbanos. Estes factos são verificáveis na tabela entre os anos de 1970 e 1991 com 1183 habitantes que a freguesia foi perdendo. Contudo a partir de 1994 até 2001, a população da freguesia aumenta significativamente. Este aumento deveu-se em muito ao crescimento da actividade industrial de confecções, que tem garantido muitos empregos aos habitantes do Tortosendo.

### Quadro 6.3. - População residente na freguesia de Tortosendo por grupos etários

Grupos etários	0-14	15-24	25-64	65 ou + anos
Habitantes	7 540	7 432	2 8967	7 566

Fonte: Junta de Freguesia do Tortosendo

### Quadro 6.4. - População residente no Concelho da Covilhã segundo o nível de instrução

Nív. de instru.	Nenhum	Ens. Básico <sup>1</sup>			Ens Secundário <sup>2</sup>	Ens. Médio <sup>3</sup>	Ens. Superior <sup>4</sup>	Analf. c/10 ou mais Anos	Tx. Analf. %	
		1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo					1991	2001
Nº de indiví.	8 450	20 257	6 787	5 918	7 683	333	5 077	5 927	15,6	11,9
%	15,5 %	37,1 7 %	12,4 5 %	10,8 6 %	14,09 %	0,61 %	9,31 %	10,87 %		

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001

<sup>1</sup> Nível de ensino que corresponde à escolaridade obrigatória e se inicia cerca da idade de seis anos, com a duração de nove anos cujo programa visa assegurar uma preparação geral comum a todos, permitindo o prosseguimento posterior de estudos ou a inserção na vida activa. É composto por três ciclos sequenciais, sendo o 1º de quatro anos, o 2º de dois anos e o 3º de três anos;

<sup>2</sup> Corresponde a um ciclo de três anos, que se segue ao ensino básico. Está organizado em cursos predominantemente orientados para o prosseguimento de estudos e cursos igualmente orientados para a vida activa;

<sup>3</sup> Integra, no âmbito do presente trabalho, os cursos ministrados nas escolas Normais de educadores de Infância e nas escolas do Magistério Primário;

<sup>4</sup> Compreende o ensino universitário e o ensino politécnico.

Conforme o quadro 6.4, indica-nos que 20 257 (37,17%) de indivíduos possuem o 1º ciclo do Ensino Básico, seguido dos indivíduos com o ensino secundário com 7 683 (14,09%) . O número de população com o Ensino Superior é bastante significativo, corresponde a 5 077 indivíduos, isto é, 9,31 %. O número de analfabetos com 10 ou mais anos é de 5 927, o que corresponde a uma taxa de 10, 9% e, sem nenhum nível de ensino é de 8 450, isto é 15,5%.

Um dado importante a referir é a diminuição da taxa de analfabetismo em 3,7 % no período entre 1991 e 2001.

A educação é um dos pilares fundamentais para a sustentação de qualquer comunidade. Para que a comunidade possua instrumentos básicos que lhe permita intervir de forma activa na comunidade é necessário que se implemente a educação. Pois não é possível pensar em desenvolvimento, crescimento e bem-estar sem este factor. Por sua vez, a educação é um processo de crescimento, desenvolvimento e aperfeiçoamento pessoal, que potencializa o aproveitamento das capacidades de cada indivíduo.

É através da Educação que os cidadãos tomam consciência dos valores que dão consistência ao meio social em que é pretendido que se insiram e treinam a interacção com o grupo de que fazem parte. Assim, é essencial para um bom desenvolvimento completo da comunidade que todos os seus membros possuam as condições para um desempenho correcto do seu papel social. Também não é possível ter condições de obter uma boa educação e formação sem a intervenção da comunidade envolvente.

#### **Quadro 6.5. - População estudantil por níveis de ensino em 2003 na freguesia do Tortosendo**

	Ensino Pré- Escolar	%	Ensino Básico	%	Ensino Secundário		Total	%
Tortosendo	257	18,3%	954	67,9%	193	13,7%	1404	100 %

Fonte: Junta de Freguesia do Tortosendo

Relativamente ao quadro apresentado pode-se aferir que é no ensino secundário que se denota um significativo aumento da população estudantil da freguesia. Em contraposição com o ensino pré-escolar com 257 crianças/estudantes.

A instrução sempre teve um peso significativo na segunda metade do século XX.

Em 1961, é inaugurado o Externato Nossa Senhora dos Remédios. Onde são ministrados desde o ensino preparatório até ao ensino secundário.

Em 1969, o Tortosendo passa a ter uma Escola Preparatória, como secção da Escola Preparatória da Covilhã. Em 1986, é aberta a actual Escola Básica 2/3 do Tortosendo, tendo grande qualidade de ensino. Neste momento o Tortosendo conta com 9 estabelecimentos de ensino: - 2 Escolas Preparatórias/Secundárias; 2 Escolas Primárias e 3 Infantários.

A população escolar ronda os 1600 alunos.

#### **Quadro 6.6. - Número de Imigrantes residentes no Concelho da Covilhã**

Número de imigrantes				
Proveniência	Homens	Mulheres	Total	%
Outros Concelhos	723	749	1 472	58,3%
Estrangeiro	538	512	1 050	41,6%
Total	1 261	1 261	2 522	100%

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001

De acordo com o quadro, o número de Imigrantes no Concelho da Covilhã é de 2522, sendo 1261 do sexo masculino e 1261 do sexo feminino. Deste total 1472 são provenientes de outros Concelhos e 1050 do estrangeiro.

É de salientar que os imigrantes residentes no Concelho da Covilhã correspondem a 4,6 % do total da sua população.

#### **Quadro 6.7. - Tipo de famílias no Concelho da Covilhã**

Tipo	Clássicas residenciais <sup>5</sup>	%	Institucionais <sup>6</sup>	%
Número de famílias	20 332	99.8%	21	0,1%
Total	20 353			100%

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001

Segundo o quadro nº 6.7, no Concelho da Covilhã residem 20 353 famílias, sendo 20 332 Famílias Clássicas (99,9%) e 21 Famílias Institucionais, o que corresponde a 0,1% do total das famílias.

A Família representa o pilar fundamental das Sociedades Humanas, constituem de facto o primeiro enquadramento no qual a maioria dos seres Humanos constrói toda a base dos primeiros conhecimentos.

Por outro lado, no contexto sócio-económico, a Família é também uma forma de aumentar as potencialidades da economia doméstica promovendo economias de escala na satisfação das necessidades de habitação e alimentação, para além do suporte psicológico nas situações de maior stress pessoal e social.

#### Quadro 6.8. - Tipo de alojamento no Concelho da Covilhã por freguesia

Freguesias	Tipo de alojamento		
	Familiares	Colectivos	Edifícios
Aldeia do Carvalho	1 096	0	762
Barco	444	0	418
Boidobra	1 357	1	802
Canhoso	894	1	369
Cantar-Galo	1 251	0	608
Conceição	3 880	4	1 212
Cortes do Meio	1 023	5	973
Dominguizo	573	3	462
Paul	1 060	2	977
Peso	574	0	520
Ferro	1 044	2	937
Santa Maria	1 463	10	522
Teixoso	2 049	1	1 405
Tortosendo	2 618	4	1 655
Unhais da Serra	789	0	658
Vales do Rio	432	0	396
Total	20 547	33	12 676

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001

A melhoria das condições da habitação e a promoção do acesso das famílias a uma habitação condigna, tem sido um enorme desafio em termos de habitação do Município da Covilhã.

Por alojamento colectivo entende-se por um local que, pela forma como foi construído ou transformado, se destina a alojar mais do que uma família.

Por outro lado, alojamento Familiar é entendido como, unidade de habitação que, pelo modo como foi construída, ou como está a ser utilizada, se destina a alojar normalmente apenas uma família.

Dentro do alojamento familiar encontra-se o alojamento familiar clássico, entendido por divisão ou conjunto de divisões e seus anexos, fazendo parte de um edifício com carácter permanente ou sendo estruturalmente separados daquele, pela forma como foi construído, reconstruído ou reconvertido se destina à habitação permanente de uma família.

O conceito de edifício comporta entre si três componentes, o edifício, o edifício - exclusivamente Residencial e finalmente edifício - Principalmente Residencial.

O edifício compreende um ou mais alojamentos, divisões ou outros espaços destinados à habitação de pessoas, coberta e incluída dentro de paredes externas ou paredes divisórias, que vão das fundações à cobertura, independentemente da sua afectação principal ser para fins residenciais, agrícolas, comerciais, industriais, culturais ou de prestação de serviços.

O edifício – Exclusivamente Residencial compreende toda a área útil que está afectada à habitação humana.

O edifício – Principalmente Residencial compreende o edifício em que metade ou a maior parte da sua área útil está afectada à habitação humana.

---

<sup>5</sup> Conjunto de indivíduos que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento. Pessoa que independente que ocupa parte ou totalidade do alojamento.

<sup>6</sup> família institucional: conjunto de indivíduos residentes num alojamento colectivo que, independentemente da relação de parentesco entre si, observam uma disciplina comum, são beneficiários dos objectivos de uma instituição e são governados por uma entidade inferior ou exterior ao grupo.

Relativamente ao quadro 6.2.8, verifica-se que na análise feita aos tipos de alojamentos no Concelho da Covilhã, existe um total de 20 547 alojamentos familiares.

Quanto às freguesias com mais alojamentos familiares encontramos a freguesia da Conceição com 3 880, Teixoso com 2049, Santa Maria com 1463 e a freguesia do Tortosendo com 2618 alojamentos familiares.

#### Quadro 6.9. - Bairros de habitação social no concelho da Covilhã

Bairros de habitação social				
Bairros	Tipo de vínculo			
	Arrendamento	Devolutos	Vendidos	Totais
Urbanização das Nogueiras	131	4	-	135
Sítio do Pouso (Vila do Carvalho)	24	-	-	24
Bairro do Cabeço (Tortosendo)	143	5	-	148
Bairro do Mercado (Tortosendo)	42	19	-	61
Quinta da Alâmpada	137	4	-	141
Bairro Mateus Fernandes	31	-	2	33
Bairro dos Penedos Altos	11	-	1	12
Bairro Rua Cidade do Fundão	36	-	-	36
Bairro da Biquinha	58	2	-	60
Total	613	34	3	650

Fonte: Divisão de Habitação da Câmara Municipal da Covilhã / Maio - 2006

Os edifícios colectivos encontram-se essencialmente nas freguesias urbanas: como é o caso da freguesia de Santa Maria com 10 edifícios colectivos.

#### Quadro 6.10 - Evolução da habitação na freguesia do Tortosendo

Anos	1900	1930	1940	1960	1970	1981	1991	2001
Fogos	718	889	1120	1300	1493	1865	2058	2615

Fonte: Junta de Freguesia do Tortosendo

No que concerne à habitação, pode-se aferir que a partir de 1900 dá-se um aumento significativo. Vindo-se a registar um progressivo aumento ao longo dos anos até 2001.

#### Quadro 6.11 - Bairros de Habitação social na freguesia do Tortosendo

Tipo de vínculo				
Bairros	Arrendamento	Devolutos	Vendidos	Totais
Bairro do Cabeço (Tortosendo)	143	5	-	148
Bairro do Mercado (Tortosendo)	42	19	-	61
Total	185	24		209

Fonte: Divisão de Habitação da Câmara Municipal da Covilhã / Maio – 2006/ rede social da Covilhã

No presente quadro verifica-se que no bairro social do Cabeço, coabitam 143 famílias, contrastando com as 12 famílias residentes no bairro dos Penedos Altos. Contudo, é na quinta da Alâmpada que coabitam um maior número de pessoas (485), em alojamento social. Pode-se proferir que particularmente, a habitação social foi criada com o objectivo de melhorar as condições habitacionais das populações mais desfavorecidas. A integração em bairros sociais das populações mais desfavorecidas, foi apenas pensada em termos habitacionais, como a casa só por si garantisse a melhoria das condições de vida destas pessoas. Determinadas características dos bairros sociais, como a segregação urbana, a degradação urbanística, a falta de espaços de

sociabilidades, a estigmatização ligada à pobreza e marginalidade, tornaram estes lugares segregadores duma população por si já excluída.

Alguns dos problemas associados à habitação social prendem-se com:

- A diversidade étnica; situações de toxicod dependência; casos de alcoolismo; desemprego ou subemprego; ausência de formação profissional e baixos níveis de escolaridade; muitas famílias beneficiárias do Rendimento Social de Inserção; jovens sem formação de base e sem instrução; jovens sem trabalho e sem perspectivas de vida. Todos estes factores levam a situações de exclusão social.

#### Quadro 6.2.12 - População a residir em habitação social no concelho da Covilhã

População a residir em Habitação social			
Bairros de Habitação social	Nº de famílias	%	Nº de pessoas <sup>7</sup>
Urbanização das Nogueiras	131	21,2%	465
Sítio do Pouso (Vila do Carvalho)	24	3,8%	54
Bairro do Cabeço (Tortosendo)	143	23,2%	476
Bairro de Mercado (Tortosendo)	42	6,8%	214
Quinta da Alâmpada	137	22,2%	485
Bairro Mateus Fernandes	33	5,3%	99
Bairro dos Penedos Altos	12	1,9%	37
Bairro Rua cidade do Fundão	36	5,8%	90
Bairro da Biquinha	58	9,4%	148
Total	616	100%	2 068

Fonte: Divisão de Habitação da Câmara Municipal da Covilhã / Maio – 2006

<sup>7</sup>Valores estimativos

No hospital da Cova da Beira, trabalham 138 Médicos, 431 Enfermeiros e 765 outros profissionais. Este conjunto de recursos humanos tem em vista o bem-estar da população do Concelho da Covilhã.

Os centros de saúde também constituem unidades básicas do Serviço Nacional de Saúde para prestação de cuidados de saúde à população.

Existem 23 postos de saúde, distribuídos pelas freguesias do concelho da Covilhã. Os cuidados de saúde são prestados por 37 médicos, 40 enfermeiros, e por outros 58 profissionais de saúde. O número médio de utentes por médico de família é de 1560 utentes.

No centro de saúde da Covilhã, trabalham 35 médicos de clínica geral, 40 enfermeiros, 2 técnicos de saúde ambiental, 44 administrativos e 11 auxiliares.

A organização dos Serviços de Saúde sofreu, através dos tempos, a influência dos conceitos religiosos, políticos e sociais de cada época e foi-se concretizando para dar resposta ao aparecimento das doenças. Envolve todos os cuidados integrados de saúde, a prevenção da doença, o diagnóstico e tratamento dos doentes e reabilitação médica e social.

### **6.2.1- Equipamentos de saúde na freguesia do Tortosendo**

Não sendo possível apresentar qualquer suporte estatístico, fica uma breve introdução dos equipamentos que existem na freguesia.

Só a partir de 1924, é que foi assegurada a assistência médica na freguesia, implementada pelo Doutor Francisco Craveiro, que montou o primeiro consultório particular. Em 1939, foi inaugurado o Dispensário anti-tuberculoso, onde se davam consultas a pobres e se distribuía medicamentos gratuitos. Só mais tarde começa a funcionar um posto médico clínico com a assistência de dois clínicos de medicina geral. Hoje em dia, existe um novo centro de saúde do Tortosendo. Inaugurado em 1994, em 2008 continua em funcionamento, apesar de mais moderno. Tendo como recursos humanos 4 médicos, 4 enfermeiros, 3 administrativos e 2 auxiliares.

Existem ainda serviços de consultas particulares ministradas por alguns médicos, e duas farmácias ao dispor da população.

**Quadro 6.13. - Índice de população activa por sectores de actividade no concelho da Covilhã (%)**

Região \ Sectores	Primário	Secundário	Terciário
Covilhã	2,7	25,5	71,9

Fonte: INE (Dados relativos a 31/ 12/ 2004)

Segundo os dados do quadro, existe um acréscimo significativo no sector terciário de actividade, relativamente aos outros sectores.

O sector de actividade predominante na freguesia de Tortosendo é o sector terciário. Esta situação deve-se em muito ao tipo de empresas que o Tortosendo suporta. Predominam as empresas relacionadas com o comércio e restaurantes, destacando-se destes o comércio a retalho, em que o seu crescimento é patente. Também se denota um grande aumento nas indústrias têxteis, neste caso indústrias de confecções onde existe uma grande concentração económica.

Das feiras anuais a maior e mais conhecida é a feira de S. Miguel, uma instituição da Vila e uma das maiores da região, sendo organizada uma réplica a esta feira em Lisboa. Nesta feira encontra-se de tudo, contando com várias particularidades que a distinguem e marcam: comercializam-se grandes quantidades de cebolas, alhos, nozes, sementes, sardinha assada e broa. Outras feiras se realizam: no último Domingo de Janeiro, a Feira de S. Martinho; no terceiro de Maio, a Feira de S. Gregório e no dia 29 de Junho a Feira de S. Pedro.

Quanto às empresas que têm um peso menos significativo, são as relacionadas com os Transportes, Armazenagens e Comunicações. Este aspecto pode parecer estranho pelo facto de existirem grandes unidades industriais com necessidades de escoamento de produtos, mas a proximidade da cidade da Covilhã faz com que se contratem, com relativa facilidade, empresas transportadoras radicadas nesta cidade.

Ainda no que concerne ao número de estabelecimento, verifica-se que, apesar do sector do comércio ser aquele que apresenta um maior número de estabelecimentos, é ainda na indústria têxtil, neste caso indústria de confecções, que se observa uma forte concentração da actividade económica. A evolução negativa que se faz sentir neste sector é resultante da incapacidade que algumas empresas tiveram em fazer frente a novos desafios, nomeadamente, o crescimento mais acentuado de outras actividades,

como é o caso do comércio, e à reestruturação e encerramento de diversas unidades do sub-sector de lanifícios, que trabalhavam em regime de sub-contratação. Este dado vem confirmar o facto de o Tortosendo estar indissociavelmente ligado ao sector têxtil, quer por razões históricas e culturais, quer por motivos económicos e sociais.

**Quadro 6.14. - População residente com 12 ou mais anos, segundo o principal meio de vida (%) na freguesia do Tortosendo**

Trabalho	58,34	Apoio social	0,5
Subsídio de desemprego	8,7	A cargo da família	4,8
Subsídio acidente/doença	1,06	Rendimentos de propriedade	0,2
Outros subsídios	0,2	Outros casos	0,7
Pensão	25,5	Total	100

Fonte: Junta de Freguesia do Tortosendo

**6.2.2. - População activa e população desempregada no concelho da Covilhã**

A população activa em 2001 era de 13690 para o sexo masculino e de 11589 para o sexo feminino no Concelho da Covilhã.

Relativamente à população desempregada, o sexo feminino apresenta valores superiores ao sexo masculino, 824 indivíduos do sexo masculino e 999 do sexo feminino.

Relativamente, à informação sobre as condições que a população tem que reunir para a aquisição de uma casa, estão descritos (ver em anexo 5) bem como o local onde é publicitado a atribuição de fogos.

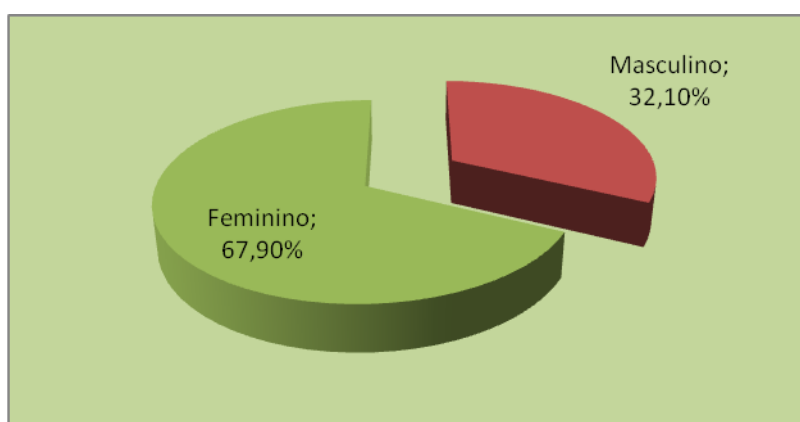
### 6.3. Caracterização do Bairro do Cabeço

O estudo empírico a seguir apresentado diz respeito à análise dos inquéritos realizados à população residente do bairro social do Cabeço.

A amostra do estudo é constituída por 81 (N=81) habitantes do bairro do Cabeço, com idades iguais e superiores a 18 anos.

#### 6.3.1. Caracterização da população inquirida

Gráfico nº 6.1 - Sexo

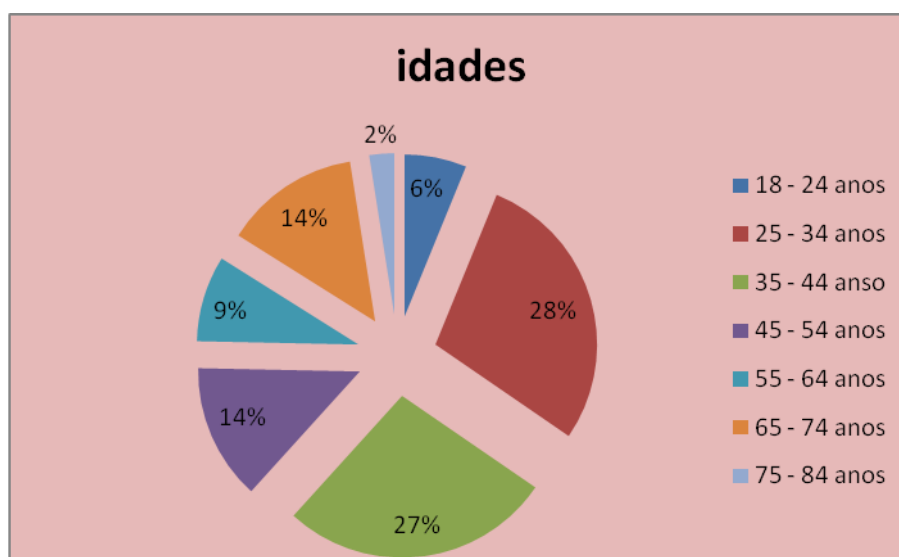


Tal como é possível perceber através do gráfico, a população em análise é maioritariamente do sexo feminino contabilizando 67,9% da totalidade dos residentes, enquanto que o sexo masculino é representado por 32,1% da população.

Tabela nº 6.1 – Estrutura etária da população inquirida

Idade	Nº de pessoas	%
18 - 24 anos	5	6,2%
25 - 34 anos	23	28,4%
35 - 44 anos	22	27,2%
45 - 54 anos	11	13,6%
55 - 64 anos	7	8,6%
65 - 74 anos	11	13,6%
75 - 84 anos	2	2,5%
Total	81	100,0%

Gráfico nº 6.2 – Idades



Relativamente à estrutura etária da população no bairro do Cabeço, podemos verificar que entre os 18 aos 24 anos encontra-se 6,2% dos inquiridos. Com mais de 65 anos encontramos 13,6% dos residentes. É entre os 25 e 34 anos que se verifica uma maior percentagem de inquiridos com 28,4%. Com idade igual ou superior a 75 anos encontramos 2,5% da população.

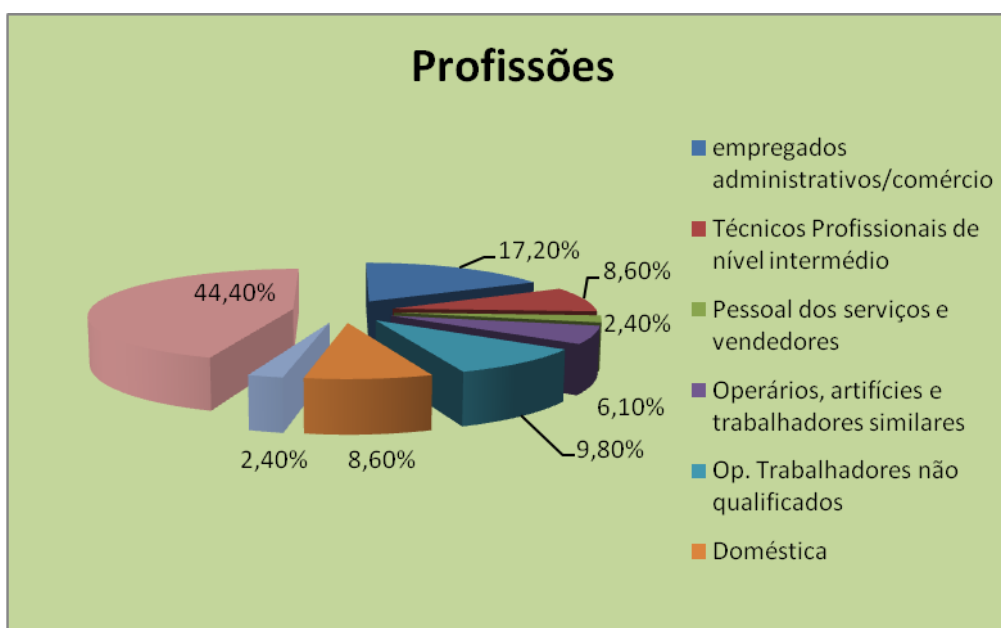
### 6.3.2. Caracterização socioeconómica e profissional dos residentes do bairro social

Tabela nº 6.2 – Situação económica segundo os motivos após residir no bairro

	Motivos							Total
	Emprego precário	Desemprego	Renda acessível	Relações de vizinhança	Relações familiares	Maiores gastos	Não respondeu	
Após ter vindo para o bairro a sua situação económica								
Melhorou			7		1		5	13
Piorou	4	5		2		3	1	15
Manteve-se							53	53
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>7</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>59</b>	<b>81</b>

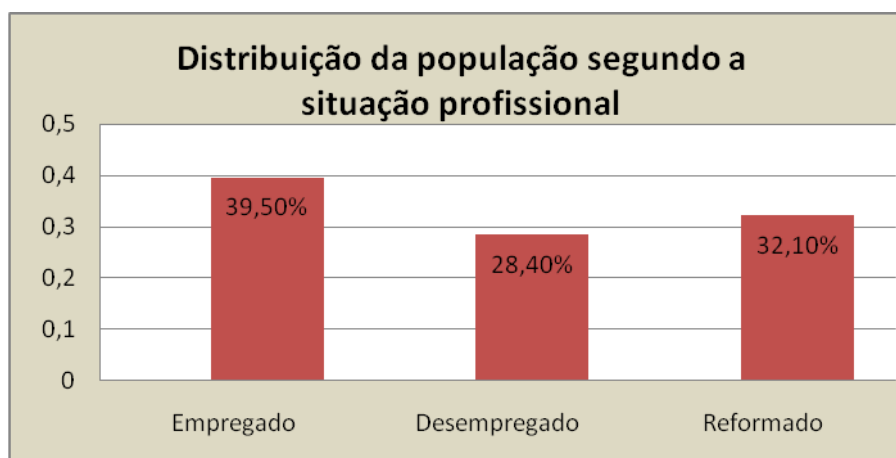
Em relação à tabela 6.2, a maior parte dos residentes respondeu que a situação económica não alterou após residir no bairro (65,4%), seguindo-se aqueles que consideraram a sua situação económica influenciada pela residência (18,5%), apenas (16,0%) considerou que a situação económica melhorou após residir no bairro. Esta avaliação positiva deve-se ao facto de usufruírem de uma renda mais baixa tendo em conta a renda da sua habitação anterior (8,6%). Outros dos motivos apontados, deve-se à situação económica em que se encontra o país, não culpabilizando o bairro (6,1%). Contudo outros residentes consideraram que tinham maiores gastos do que anteriormente (3,7%), esta avaliação negativa, deve-se sobretudo à localização do bairro, na medida em que muitos residentes têm que se deslocar para o centro da vila do Tortosendo para a realização de compras, e muitos deles têm que alugar transporte para o mesmo efeito.

Gráfico nº 6.3 - Profissões da população inquirida



Relativamente ao gráfico 6.3 podemos constatar que 8,6% da população inquirida são domésticas, 6,2% exercem como profissão empregados de balcão e 3,7% trabalham como auxiliares de limpeza.

Gráfico n° 6.4 – Distribuição da população segundo a situação profissional

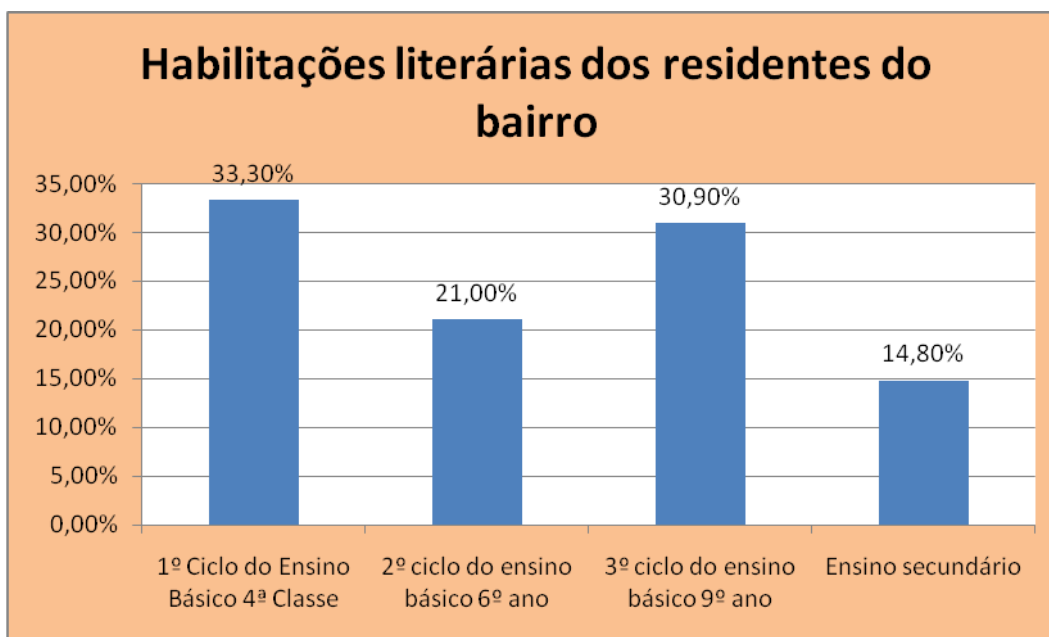


Entre a população analisada, a maior parte dos residentes encontram-se empregados (39,5%), seguindo-se os indivíduos que se encontram reformados (32,1%), seguindo-se os indivíduos que se encontram numa situação de desemprego (28,4%). É de salientar ainda que a percentagem de população reformada com 32,1% é maior que a população que se encontra desempregada.

Tabela n° 6.3 - Habilitações literárias dos inquiridos

	N° de pessoas	%
1° Ciclo do ensino básico 4° classe	27	33,3%
2° Ciclo do ensino básico 6° ano	17	21,0%
3° Ciclo do ensino básico 9° ano	25	30,9%
Ensino secundário	12	14,8%
Total	81	100%

Gráfico nº 6.5 - Habilitações literárias



Como é possível perceber através do gráfico nº 6.5, (33,3%) da população inquirida possui apenas o 1º ciclo do ensino básico. De seguida destaca-se o grupo daqueles que têm o 3º ciclo do ensino básico (30,9%), segue-se os indivíduos que possuem o 2º ciclo do ensino básico (21,0%). Nos graus mais elevados da escala de habilitações literárias encontram-se percentagens mais baixas (14,8%), que contrastam com a percentagem de residentes que possuem níveis baixos de escolaridade (1º e 2º ciclos do ensino básico), respectivamente.

Tabela nº6.4 - Distribuição do tipo de casa

	Nº de pessoas	%
T1	3	3,7%
T2	47	58,0%
T3	29	35,8%
T4	2	2,5%
Total	81	100,0%

O bairro social do Cabeço, situado na freguesia de Tortosendo, possui 136 fogos distribuídos por quatro tipologias diferentes, sendo assim, 18 fogos T1, 73 fogos T2, 43 fogos T3, e por fim 2 fogos T4.

Como não me foi possível analisar toda a população residente no bairro, os valores da tabela nº 6.4. designam as frequências das 4 tipologias diferentes existentes.

Desta forma podemos verificar que a tipologia maioritária corresponde ao T2 com (58,0%), seguindo-se o T3 com (35,8%) , sucedendo-se o T4 com apenas (2,5%) e por fim o T1 com (3,7%). O primeiro tipo de habitação (T1) pode alojar, no mínimo, 1 pessoa e no máximo 2 pessoas, enquanto que um (T2) pode albergar no mínimo 3 pessoas e no máximo 4 pessoas. Um (T3) pode alojar no mínimo 5 pessoas e no máximo 6 pessoas, por fim um (T4) pode alojar como número mínimo 7 pessoas e máximo 8 pessoas.

Quando realizei os inquéritos, verifiquei que só existia um (T4) e este era habitado por apenas 2 pessoas, existindo por sua vez famílias cujo agregado familiar é superior a 5 pessoas que coabitavam num (T3).

Assim a habitação que a atribui a cada agregado familiar deveria ter em consideração as satisfações de necessidades de cada família, de modo a que não exista subocupação.

Tabela nº 6.5 - Sistema de habitação dos inquiridos

	<b>Nº de pessoas</b>	<b>%</b>
40€ - 60€	53	65,4%
61€ - 80€	9	11,1%
81€ - 100€	4	4,9%
101€ - 120€	1	1,2%
121€ - 140€	2	2,5%
141€ - 160€	2	2,5%
Não respondeu	10	12,3%
Total	81	100,0%

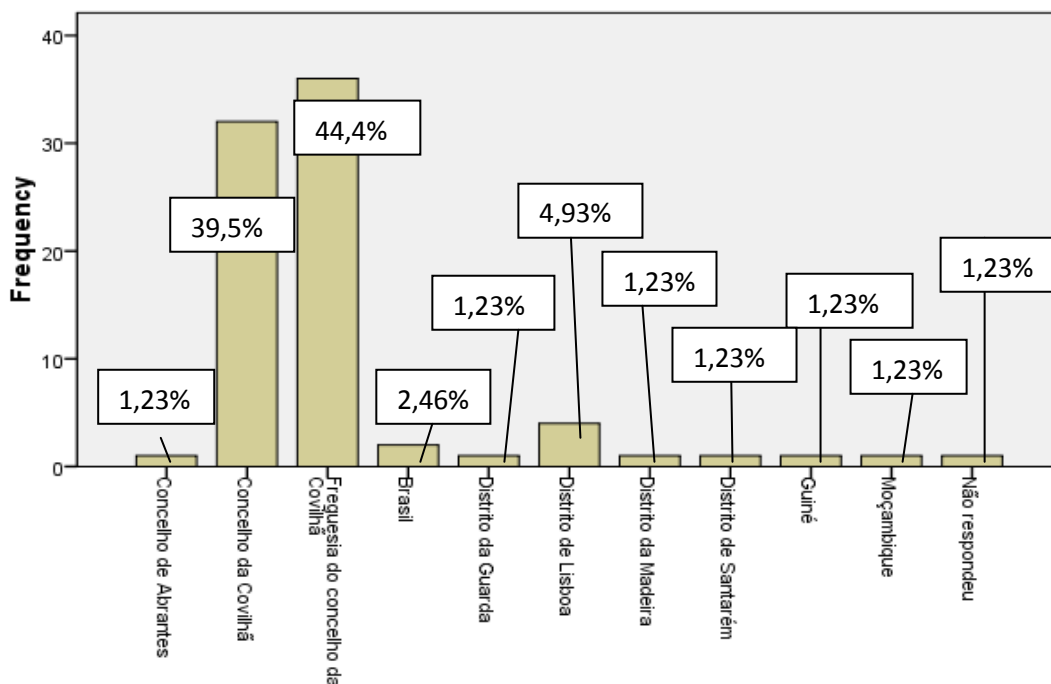
O número de residentes inquiridos que se encontram em situação de arrendamento, corresponde à amostra da população (N=81).

Dos residentes que se encontraram em regime de arrendamentos foi-lhes questionado qual o valor do aluguer do qual resultou a tabela acima indicada.

Da tabela, podemos verificar que (65,4%) dos residentes do bairro situam o seu valor do aluguer no intervalo que vai de 40€ a 60€ inclusive. Segue-se aqueles que pagam entre

61€ a 80€ que constituem (11,1%) da população total. Por fim apenas (2,5%) dos residentes pagam pelo aluguer entre 121€ a 160€. É ainda de salientar que um número significativo da população residente não quis responder com (12,3%).

Gráfico nº 6.6 - população segundo a naturalidade



De acordo com o gráfico acima apresentado destacam-se os residentes da freguesia do Concelho da Covilhã que constituem (44,4%) do total, é de salientar que a maioria dos residentes é natural do bairro do Cabeço. Seguem-se os indivíduos naturais do concelho da Covilhã com (39,5%), enquanto que os residentes naturais do distrito de Lisboa rondam os (4,93%), um valor superior aos indivíduos naturais do distrito da Guarda com (1,23%), que apesar de se encontrar geograficamente mais perto do concelho da Covilhã, apresentam uma diferença significativa. Esta diferença é compreensível visto que os residentes do distrito de Lisboa pretendiam residir num local mais calmo, longe do espaço citadino.

Com (1,23%), encontram-se os indivíduos naturais do distrito de Abrantes e do distrito de Santarém.

Também se registam naturais de outros locais, nomeadamente do distrito da Madeira (1,23%), do Brasil (2,46%), de Guiné (1,23%), e de Moçambique (1,23%). É de salientar que (1,23%) dos residentes do bairro social do Cabeço não quis responder.

Tabela nº6.6 - Distribuição da população segundo a localidade da residência anterior

<b>Local da residência anterior</b>	<b>Nº de pessoas</b>	<b>%</b>
Abrantes	1	1,2%
Freguesia do concelho da Covilhã	41	50,6%
Concelho da Covilhã	30	37,0%
Distrito de Castelo Branco	1	1,2%
Concelho de Almada	1	1,2%
Distrito de Lisboa	4	4,9%
Concelho de Alcochete	1	1,2%
Não respondeu	2	2,5%
Total	81	100,0%

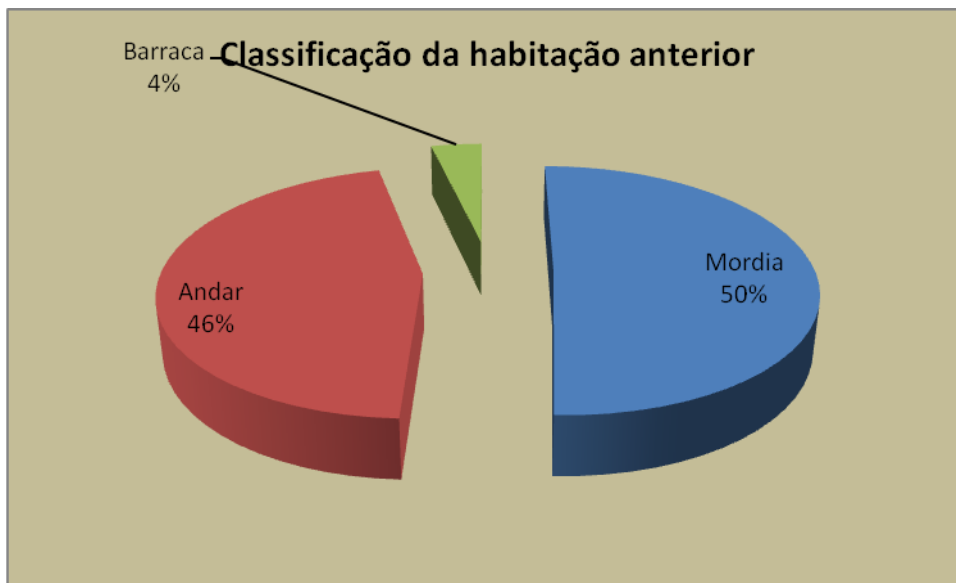
De acordo com a tabela acima indicada, destacam-se os residentes da freguesia do Concelho da Covilhã (50,6%) do total, enquanto que os indivíduos naturais do Distrito de Castelo Branco apresentam uma percentagem inferior relativamente ao Concelho da Covilhã.

Esta diferença é compreensível visto que o bairro em questão situa-se nessa mesma freguesia, daí que os seus residentes tenham concorrido de forma significativa, mas este aspecto não invalida a possibilidade de outros cidadãos naturais de outras cidades e distritos concorrer.

Por isso, (4,9%) dos residentes do bairro social, residiam no distrito de Lisboa, logo de seguida encontram-se os residentes da cidade de Abrantes (1,2%). Com a mesma percentagem encontram-se os residentes do concelho de Alcochete (1,2%).

É de salientar que uma porção significativa da população não quis responder (2,5%).

Gráfico nº 6.7 – Classificação da habitação anterior



Do gráfico ressalta o valor que designa aqueles que habitavam numa moradia com condições habitacionais precárias, (50%) da população. (46%) do total habitava num andar, com a percentagem de (4%) encontramos os inquiridos que habitavam numa barraca. É de salientar que a maioria dos residentes que responderam ter morado em barracas são de etnia cigana.

## Capítulo VII

### Análise empírica

A construção de identidades em bairros sociais tem dependido da comparação entre a avaliação que os residentes constroem da casa e a avaliação que constroem do bairro. Deste modo vários estudos têm sido feitos, em que se tem apreendido que a casa obtém as opiniões mais positivas em relação ao novo espaço habitacional, uma vez que esta situação é perfeitamente compreensível se tivermos em conta as condições bastante precárias da sua residência anterior, tal como se pode verificar no gráfico nº 7.1.

Assim sendo, irei analisar a avaliação que os residentes do bairro social do Cabeço fazem relativamente às suas casas. Esta é, de facto, aquela que é avaliada mais positivamente, assim como é também o objecto das maiores intervenções por parte dos residentes. Esta consideração prende-se com a contribuição de dois factores, por um lado a avaliação das condições habitacionais desta casa por comparação às condições degradantes da anterior, por outro lado as intervenções feitas ao longo dos tempos na casa no sentido de a melhorar ou reparar, como se pode verificar no gráfico nº 7.3.

Deste modo decidi articular as duas variáveis “como caracteriza as condições habitacionais da residência anterior”, e “neste momento como caracteriza as condições da sua habitação”, dado que a aquisição de uma casa é o sonho de uma vida.

Gráfico nº 7.1 – anos de residência

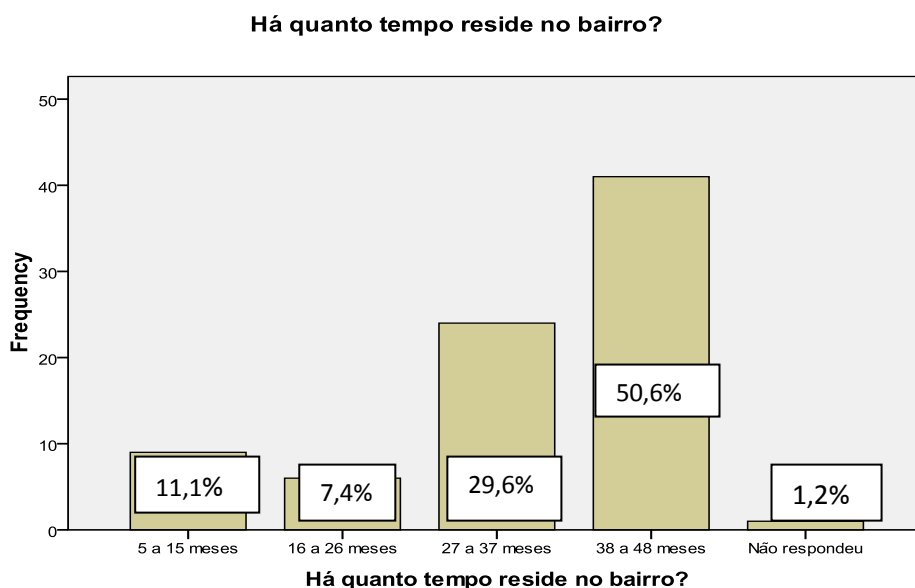
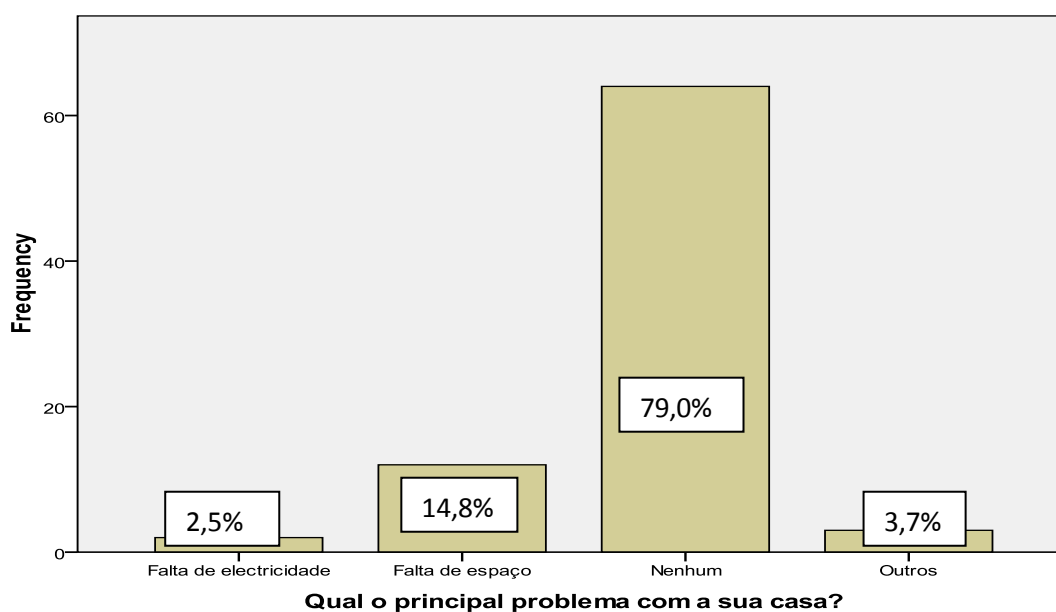


Tabela nº 7.1 – Caracterização das condições habitacionais

	Neste momento, como caracteriza as condições da sua habitação?					Total	
	Muito boas	Boas	Razoáveis	Más	Muito más		
Como caracteriza as condições habitacionais da sua residência anterior?	Muito boas	2	5	0	0	0	<b>7</b>
	Boas	3	12	3	0	0	<b>18</b>
	Razoáveis	4	25	5	0	1	<b>35</b>
	Más	1	7	4	1	0	<b>13</b>
	Muito más	0	6	2	0	0	<b>8</b>
	<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>55</b>	<b>14</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>81</b>

Como se pode verificar através da tabela, a avaliação que os residentes fazem da habitação anterior é razoável (43,2%), enquanto que a avaliação feita da residência actual é bastante positiva (67,9%). Ainda assim (1,2%), dos inquiridos avaliaram de forma negativa as condições habitacionais da residência actual. No entanto (16,0%), responderam que a residência anterior tinha más condições.

Gráfico nº 7.2 – Problemas com a casa



Através do gráfico pode-se verificar que o principal problema apontado pelos residentes do bairro social sobre a casa onde residem consiste sobretudo na falta de espaço em casa com (14,8%), seguindo-se a falta de electricidade (2,5%). Contudo quando questionadas acerca dos maiores problemas existentes em casa, a maioria foi unânime na resposta, ou seja, não existiam problemas com as suas casas (79,0%). Através das respostas dadas pelos residentes, verifica-se uma satisfação pela nova casa, este facto deve-se em grande medida a um sentimento de conformidade em relação às expectativas futuras, visto que a população possui reduzidos recursos económicos que os impede de ter acesso a uma habitação melhor.

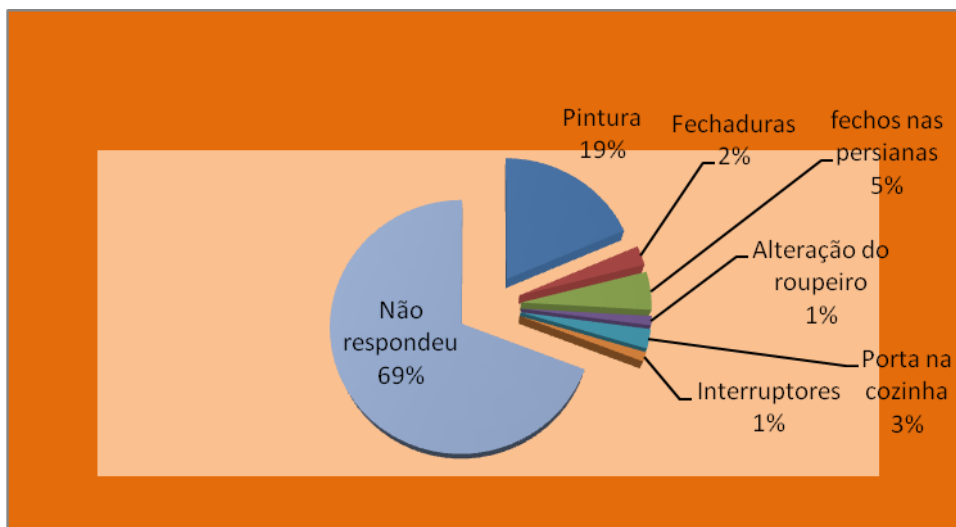
Tabela nº 7.2 - Realização de obras de melhoramento, reparação ou alteração

	Nº de pessoas	%
Sim	23	28,4%
Não	55	67,9%
	1	1,2%
Não respondeu	2	2,5%
Total	81	100,0%

Apesar da maioria dos residentes do bairro social mostrarem gosto e satisfação pela casa, viram-se obrigados a realizar obras de reparação de algumas deficiências ao nível da construção, como também, alterações para os residentes se sentirem confortáveis na sua nova casa.

Contudo (67,9%) respondeu que não realizou obras de melhoramento na sua casa, contrastando com (28,4%) de residentes que já realizaram obras.

Gráfico nº 7.3 – Tipo de obras realizadas na casa



Como podemos verificar através do gráfico, a maioria dos residentes viram-se obrigados a realizar obras de melhoramento e ou de reparação com o intuito de resolver problemas vários de deficiências ao nível da construção e acabamentos. Deste modo, as intervenções foram maioritariamente ao nível da comodidade dos residentes, pintando as casas conforme o gosto de cada um (19%). (5%) dos residentes colocaram fechos nas persianas, uma vez que os edifícios têm grades na parte de trás, e os residentes têm receio que outros residentes, ou outras pessoas que frequentam o bairro subam pelas grades e entrem nas suas casas, (ver anexo 2).

Além disso, (3%) dos residentes tiveram que reparar as fechaduras das portas, que se encontravam defeituosas e não ofereciam segurança. De seguida (3%) dos residentes colocaram portas na cozinha, com o objectivo de tapar os electrodomésticos, dado que estas eram inexistentes.

Segundo Teresa Abrantes, a má qualidade das construções é um dos muitos elementos que caracteriza a habitação social em Portugal (1994).

É de salientar que (69%) dos residentes não quis responder à questão.

Através da observação directa e do contacto pessoal para com os residentes do bairro, pude constatar que a maioria das pessoas se encontrava receosa em responder a esta questão. Os motivos prendiam-se com o receio de eu ser uma técnica de assistente social, ou uma funcionária do departamento urbanístico da Câmara Municipal da Covilhã, que esporadicamente visitam o bairro social para averiguar a existência de algum problema.

Na continuidade da averiguação das lógicas de apropriação, identificação e vivência desses espaços, agora é pertinente analisar a avaliação que os residentes fazem do bairro social do Cabeço, e analisar até que ponto contrasta com a avaliação feita à casa.

Assim, começo por correlacionar duas variáveis, sobre a avaliação que os residentes tinham quando vieram morar para o bairro e a opinião actual sobre o bairro. Deste modo poderei averiguar até que ponto a convivência de grupos heterogéneos poderão influenciar as avaliações dos residentes ao bairro.

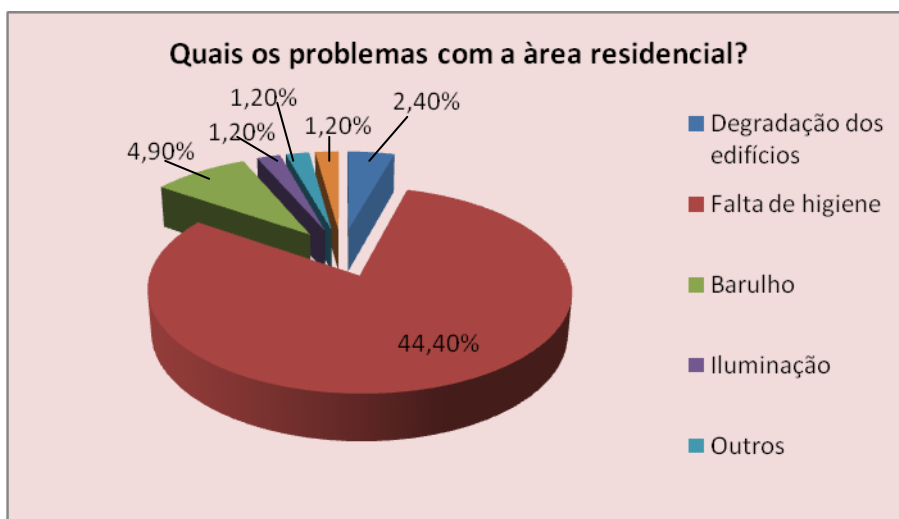
Tabela nº 7.3 – avaliação do bairro

	Neste momento o bairro está para si			Total	
	Na mesma	Melhor	Pior		
Quando veio morar para o bairro, qual a sua opinião acerca do bairro?	Muito boa	1	0	3	<b>4</b>
	Boa	24	3	33	<b>60</b>
	Má	6	0	6	<b>12</b>
	Muito má	1	1	3	<b>5</b>
	<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>4</b>	<b>45</b>	<b>81</b>

Como podemos verificar na tabela, a opinião sobre o bairro é consideravelmente diferente das respostas à opinião sobre a residência, tabela nº 7.1.

Podemos observar que (74,0%) dos residentes tinham uma opinião positiva quando vieram para o bairro. É de realçar que o bairro apenas foi habitado à quatro anos atrás, e nessa altura existiam poucos residentes. Contudo (14,8%) dos residentes avaliaram o bairro negativamente. Actualmente as opiniões divergem, (55,5%), dos residentes responderam que o bairro presentemente está pior do que há quatro anos atrás. Enquanto que (39,5%) dos residentes acham que o bairro está na mesma.

Gráfico nº 7.4 – Problemas com a área residencial



Das 81 pessoas inquiridas, que correspondem aos fogos analisados, 37 pessoas referem a existência de muito barulho por parte dos outros residentes, isto é, (45,7%) do total. Os residentes apontados como responsáveis do barulho excessivo são os de etnia cigana. Um outro problema apontado diz respeito à degradação dos edifícios, (2,4%), apesar da avaliação às condições dos espaços exteriores não ser significativa, é considerado como um indicador de que é necessário a realização de obras nalguns espaços, como também a alteração dos edifícios. Na medida em que a maioria das pessoas não achavam que os edifícios estavam degradados mas sim, sentiam-se enjaulados, como “se estivesse na prisão de Caxias”<sup>1</sup>.

Segue-se a falta de higiene com uma percentagem de (44,4%), que corresponde a uma avaliação negativa a este respeito. Também (4,9%) dos residentes indicam como um problema a falta de iluminação.

Estes problemas referidos conduzem a uma não identificação dos indivíduos ao espaço residencial, além disso, levam a que exista uma má imagem para o exterior do bairro analisado.

<sup>1</sup> “se estivesse na prisão de Cachias” - relatos da população inquirida sobre o que pensavam das condições da área residencial.

Tabela nº 7.4 – Principais problemas no bairro

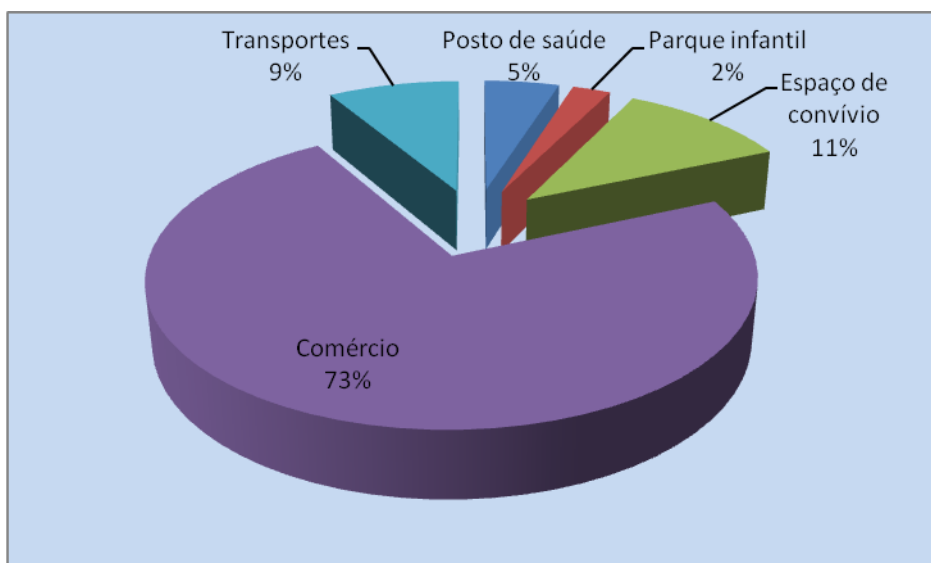
<b>Principais Problemas no bairro</b>	<b>Nº de pessoas</b>	<b>%</b>
Assaltos	2	2,5%
Delinquência	3	3,7%
Insegurança	12	14,8%
Toxicodependência	5	6,2%
Pobreza	37	45,7%
Nenhum	5	6,2%
Outros	7	8,6%
Não respondeu	2	2,5%
Conflitos	8	9,8%
<b>Total</b>	<b>81</b>	<b>100,0%</b>

Como podemos verificar na tabela, quais os problemas apontados pelos residentes, (45,7%) declararam que o principal problema no bairro prende-se com a pobreza, seguindo-se a insegurança referida por (14,8%) dos residentes. (9,8%) referiu que os conflitos eram um dos problemas sociais no bairro. Ainda que pouco significativo, (6,2%), alegaram a existência de toxicodependência no bairro. É de realçar que (2,5%) dos residentes não quis responder à questão. Alguns dos conflitos relatados pelos residentes, referem-se aos barulhos feitos em casa e na área residencial, pondo em causa o descanso dos vizinhos do mesmo prédio e dos outros fogos.

Assim sendo, os problemas apontados pelos residentes mais significativos estão em conformidade com os que normalmente caracterizam os bairros sociais. Por ser uma população com baixos níveis de escolaridade e com empregos não qualificados e, por outro lado, com reduzidos recursos económicos e sociais geradores de exclusão social. Estes factores incitam para problemas como a toxicodependência, a delinquência, e os assaltos.

Para além dos problemas sociais que caracterizam o bairro à que ter em atenção as necessidades que caracterizam geralmente os bairros sociais, daí a pertinência do gráfico a seguir apresentado.

Gráfico nº 7.5 – Serviços que fazem falta no bairro



Como podemos verificar no gráfico, é ressaltado o valor elevado da falta de um comércio na área residencial ao serem referidos por (72,8%) dos residentes, assim como, os valores atribuídos à necessidade de um espaço de convívio e de um posto de saúde com (11,1%), (11,1%) respectivamente.

Também a falta de transporte e de um parque infantil é ressaltado pelos residentes, apesar de ser pouco significativo com (2,5%), (2,5%) respectivamente. A existência de um parque infantil foi pensada e posta em prática aquando da construção do bairro social, no entanto o parque foi destruído por alguns dos residentes do bairro, o que sugere a existência de delinquência no bairro como foi apresentado na tabela nº 7.4.

Esta análise permite-me concluir que os residentes avaliam negativamente as condições dos espaços exteriores ao bairro no que toca a espaços de convívio, de comércio e de transportes. Existe portanto uma consciência da carência por parte dos residentes e da importância destes serviços, na medida em que grande parte da população encontra-se na faixa etária dos 54 anos até aos 74 anos.

A carência destes serviços condiciona em grande medida a identificação dos residentes com o espaço pelo qual habitam e consequentemente a apropriação deste, isto é, os residentes não se identificam nem tomam como seu, um espaço que carece de muitos equipamentos e serviços. Esta imagem por conseguinte é passada para o exterior da freguesia.

Tabela nº 7.5 – Imagem que os outros têm do bairro e os motivos segundo os residentes do bairro social

		Motivos					Não respondeu	Total
		Aspectos arquitectónicos	Falta de condições habitacionais	Estigma social	Coexistência de grupos heterogéneos	Não ligo ao que as pessoas dizem		
Na sua opinião, o facto de viver neste bairro influencia a imagem que os outros têm de si	Sim							27
	Não							54
Total		3	1	21	4	3	49	81

Como é visível, a maioria das pessoas declarou que o facto de viverem num bairro social não vai influenciar a imagem que os outros têm deles com (66,6%), isto deve-se, ao facto da maioria dos residentes serem naturais da freguesia e serem conhecidos pela comunidade tortosendense. No entanto, (33,3%) dos residentes alegam que as pessoas têm uma imagem negativa delas pelo facto de viverem no bairro. Os motivos apresentados são vários, mas o principal motivo apresentado é devido ao estigma social (21%), em que os bairros sociais são vistos, inclusive os residentes que nele habitam. Outro dos motivos apontados é a presença de outros grupos sociais, nomeadamente a presença de etnia cigana (4%).

Ao estigma social estão associados factores sócio - económicos e sócio – culturais, isto é, escassez de recursos económicos (pobreza), culturais (baixas qualificações), emprego precário e até índices elevados de desemprego, e coexistência de grupos heterogéneos, ou seja, oriundos de outros países, de outras culturas, o que resulta numa associação de delinquência e mau ambiente perpetuado nestes bairros sociais. De facto, muitas pessoas alegaram que o bairro era alvo de rotulagem por parte da população. Um dos rótulos associados a este bairro é “bairro da Camboja, bairro 69 e bairro dos índios”<sup>2</sup>.

Relativamente ao sentimento de satisfação pelo bairro, segundo alguns estudos, o bairro social é desvalorizado verificando-se “desgosto pelo bairro”, interiorizando-se uma imagem fortemente negativa e estigmatizante.

Tabela nº 7.6 – Gosto e desgosto pelo bairro

		Motivos					Total
		Desgosto pelo bairro	Gosto pela casa	Ter uma residência privada	Localização do bairro	Não respondeu	
Se tivesse condições abandonava o bairro?	Sim	39	0	21	9	3	<b>72</b>
	Não	0	8	1	0	0	<b>9</b>
Total		<b>39</b>	<b>8</b>	<b>22</b>	<b>9</b>	<b>3</b>	<b>81</b>

Através da tabela 7.6, pode-se observar que a maioria dos residentes respondeu afirmativamente ao facto de quererem abandonar o bairro quando tivessem condições (88,8%), revelando um óbvio desgosto pelo bairro (48,1%). É interessante também analisar a vontade manifestada em mudar de modelo habitacional na medida em que (27,6%) gostaria de viver numa moradia, ou ter uma residência privada. Este aspecto demonstra o desagrado dos residentes em morar naquele modelo habitacional (apartamento e bairro).

### 7.1.1. Segregação do bairro social

A intervenção do Estado na questão habitacional tem-se materializado através da construção, ao longo dos tempos, de bairros sociais. No entanto, esta acção levanta alguns problemas sociais, visto que é bastante complexo conciliar o aspecto arquitectónico e a qualidade destes espaços.

<sup>2</sup>“ rótulos que os residentes referiram quando foi colocada a questão da imagem que os outros têm do bairro e se esta os influenciaria. Na verdade a maioria da população tortosendense descrevia este bairro através de rótulos.

Por isso é que os complexos habitacionais de carácter social se caracterizam por uma concepção monolítica do habitat de cimento armado onde impera o cinzento e as cores mortas que permitem uma fácil identificação e rotulagem dos bairros sociais.

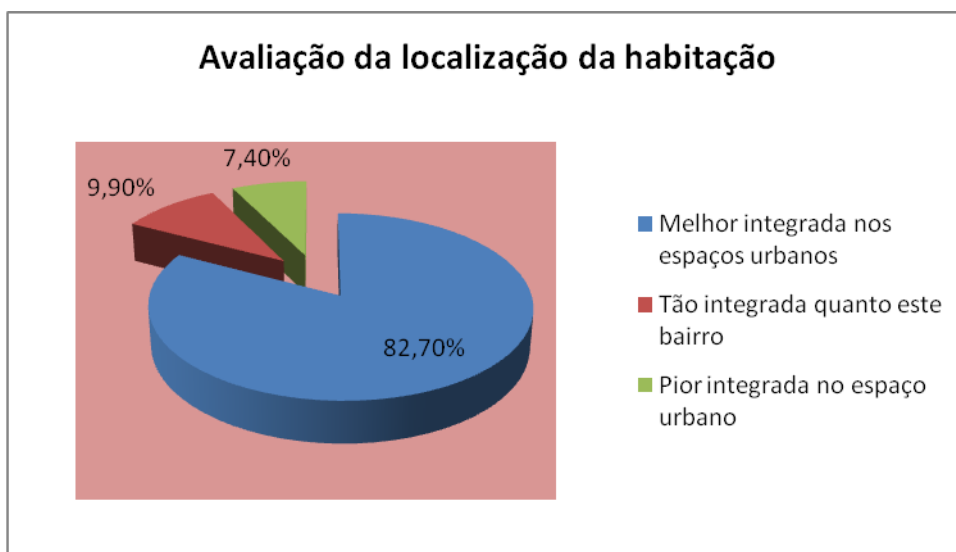
Além disso, os bairros sociais têm sido encarados como simples espaços quantitativos de alojamento sem que haja uma preocupação com o aspecto social.

Outro aspecto característico dos bairros sociais é o seu carácter segregado e periférico. Isto acontece devido à dificuldade em expropriar terrenos próximos das cidades para a construção de bairros sociais.

Segundo Augusto, “o seu distanciamento relativamente à continuidade do tecido urbano, para além de físico, é igualmente simbólico e exprime-se uma standardização dos seus modelos arquitectónicos. À sua homogeneidade interna contrapõe-se uma forte heterogeneidade relativamente a outros espaços que compõem o tecido urbano” (1998: 116).

Deste modo é essencial averiguar a opinião dos residentes do bairro social relativamente à sua localização.

Gráfico nº 7.6 – Avaliação dos residentes da localização do bairro social



Através da análise da tabela, pode-se verificar que a maioria das pessoas considerava a localização da habitação anterior melhor situada no espaço urbano (82,7%), seguindo-se a opinião de que a localização do bairro está tão integrado como a residência anterior (9,9%), apenas (7,4%) dos residentes consideraram que a zona onde habitavam anteriormente estava pior integrada no espaço urbano.

Esta avaliação positiva em relação à localização do bairro deve-se por um lado à realização de um sonho de possuir uma casa própria ofuscando todas as características morfológicas físicas e sociais do bairro social, por outro lado os residentes têm fraca consciência sobre as necessidades e condições habitacionais e de fracas expectativas em relação ao futuro.

### 7.1.2. Sociabilidades

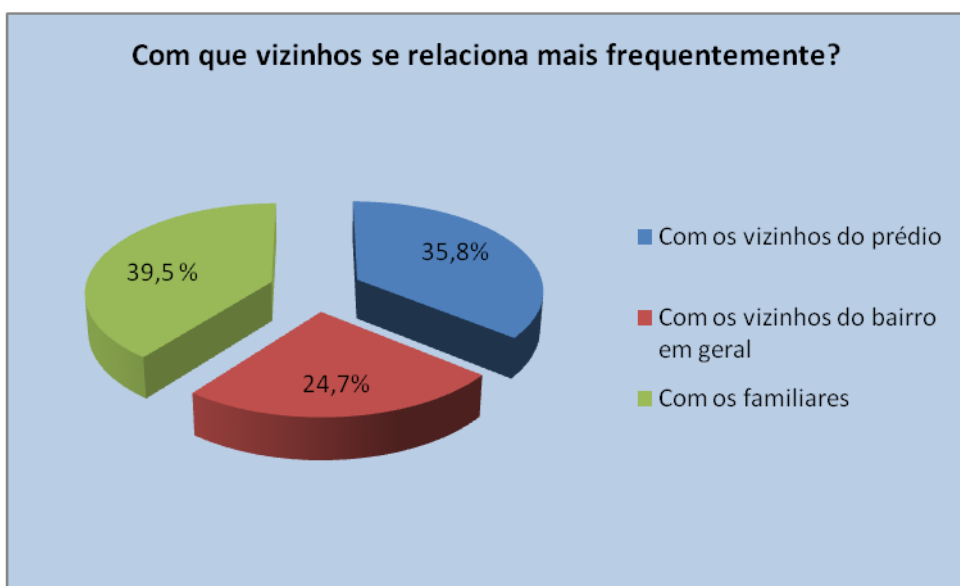
Tabela nº 7.7 – relações com a vizinhança segundo a residência

		Neste momento, a relação que tem com os seus vizinhos é					Total
		Muito boa	Boa	Razoável	Má	Muito má	
As relações com a vizinhança na zona onde morava antes eram	Muito boas	5	4	7	0	0	<b>16</b>
	Boas	2	28	18	3	1	<b>52</b>
	Razoáveis	0	4	8	0	0	<b>12</b>
	Não respondeu	0	1	0	0	0	<b>1</b>
	<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>37</b>	<b>33</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>81</b>

Relativamente à tabela 7.7, existe uma discrepância entre as relações de vizinhança na anterior residência e no bairro com (64,1%), (45,6%) respectivamente. Contudo, neste momento apesar dos residentes referirem que a sua relação com os vizinhos é boa, eu pude constatar que através da observação directa, do contacto pessoal, os residentes encaravam esta questão no sentido de saber se teriam conflitos com eles, por isso uma grande maioria argumentava “eu não me meto com ninguém”, “não se pode dar confiança”, “não costumo conviver com eles”.

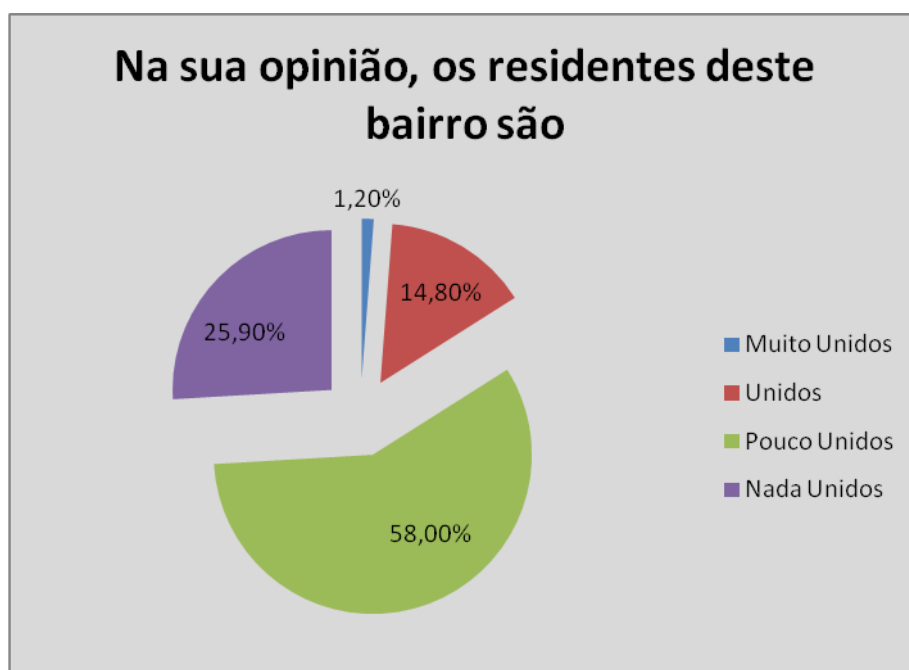
Estas respostas não me surpreendem, na medida em que as sociabilidades são geralmente intensas mesmo que conflituais, existindo um enfraquecimento quando passam por um processo de realojamento, acabando por pôr fim a amizades de anos baseadas na confiança e interajuda, bem características do antigo modelo de habitação. Assim a imagem negativa acerca do bairro é interiorizada pela população coabitante, em que as novas relações de vizinhança perdem o seu significado enquanto forma de enraizamento e identidades locais.

Gráfico nº 7.7 – com que vizinhos se relaciona mais frequentemente



Podemos verificar através do gráfico que existe um fraco relacionamento entre os vizinhos, na medida em que (35,8%) dos residentes alegarem que com quem se relacionam mais frequentemente é com os vizinhos do prédio e (24,7%) com os vizinhos do bairro em geral. Contudo é na relação com os familiares que o nível de percentagem se destaca (39,5%).

Gráfico nº 7.8 – avaliação da união entre os residentes do bairro social



Através do gráfico 7.8, podemos observar que a maioria dos residentes avalia negativamente as relações existentes entre eles relativamente ao nível de união com (58,0%), seguindo-se a percentagem dos residentes que consideram existir uma alguma união (14,8%), e (1,2%) consideram-se muito unidos.

Tabela nº 7.8 – existência de alguma associação no bairro social

		É sócio de alguma associação?			Total
		Sim	Não	Não respondeu	
Existe algum tipo de associação (desportiva, social, cultural), no bairro?	Não	9	71	1	81
Total		9	71	1	81

Decidi articular estas duas variáveis com o intuito de avaliar as relações de sociabilidade entre os residentes do bairro social do Cabeço.

Podemos verificar que a maioria dos residentes respondeu não ser sócio de nenhuma associação e da não existência da mesma no bairro com (87,6%), e (11,1%) respectivamente. Esta resposta vai ao encontro do gráfico anterior no que diz respeito à falta de união entre os residentes do bairro.

Contudo quando coloquei a questão muitos dos residentes responderam ser sócios de associações desportivas localizadas no centro da vila onde mantiveram durante muitos anos relações de vizinhança. “Sou sócio dos amigos da pesca”, “do Sporting clube”, “do spor Lisboa e Benfica”, “dos Unidos” e “dos amigos da floresta dos pinhos mansos”.

Tabela nº 7.9 – relação com a comunidade Tortosendense

Relação	Nº de pessoas	%
Muito boa	9	11,1%
Boa	51	63,0%
Razoável	20	24,7%
Má	1	1,2%
<b>Total</b>	<b>81</b>	<b>100,0%</b>

Através da tabela 7.9, pode-se verificar que apesar do realojamento da população Tortosendense fora do centro da vila, ainda se mantêm boas relações com a comunidade (63,0%).

## Considerações finais

O processo de realojamento é produto de algumas associações condicionando por um lado, as características específicas das populações realojadas, por outro lado as características do novo modelo de habitação como também das formas de habitar e finalmente as políticas e os seus princípios de realojamento.

Posto isto, procurei analisar as hipóteses das quais parti para a minha investigação. Em relação à primeira hipótese, posso concluir que a maioria da população residente no bairro social é natural da freguesia do Tortosendo, o que revela uma certa empatia ao local o que levou ao seu realojamento, uma vez que muitas das pessoas viviam em condições habitacionais precárias e deficientes. No entanto, as famílias realojadas atravessaram um dilema entre a nova casa no bairro social e o bairro social, na medida em que o novo bairro aparece como objecto de uma apreciação negativa em relação ao antigo espaço residencial. Esta apreciação negativa prende-se com o facto de não existirem infra-estruturas ou serviços. De facto quando inquiri as pessoas sobre os serviços que faziam faltam no bairro a maioria respondeu que a existência de transportes e de um comércio seria essencial para o bem-estar da população.

O bairro aparece como objecto de uma apreciação negativa fundada numa imagem igualmente negativa e estigmatizante e um grande sentimento de insegurança e de desidentidade sentidos em relação ao novo espaço habitacional.

Contudo a esta opinião sobre o bairro contrapõem-se a opinião relativa à casa, ou seja, à satisfação residencial, em que o gosto pela nova casa passa acima de tudo por um projecto extremamente importante nas suas vidas. Gerando-se assim um forte sentimento de satisfação, independentemente das características morfológicas e dos novos modelos habitacionais. Contudo é importante realçar que a satisfação pela nova casa está correlacionada com as baixas expectativas que a população manifesta em relação ao novo modelo habitacional.

Também a imagem negativa interiorizada pela população acerca do bairro, prende-se com as alterações de sociabilidade, manifestando uma perda do seu peso e importância enquanto forma de enraizamento e identidades locais. De facto a população, quando questionada sobre as relações de vizinhança, referiam não possuir qualquer relação com os vizinhos do novo espaço habitacional. Deste modo as sociabilidades são geralmente penosas e conflituais, existindo um enfraquecimento

quando passam por um processo de realojamento, acabando por pôr fim a amizades de anos baseadas na confiança e interajuda, bem características do antigo modelo de habitação. O relacionamento social ainda é confinado à família, aos vizinhos do mesmo prédio e à população da antiga casa.

Verifica-se também um relacionamento impessoal para com os residentes do bairro, condicionando a sua participação em associações a nível social, cultural e desportiva. De facto quando questionados da existência de alguma associação, a população prontamente referiu não existir nenhuma associação, mas realça o gosto de esta poder existir.

Relativamente à segunda hipótese, verifica-se que a forte estigmatização social associada ao bairro social do Cabeço, tem consequências negativas relativas ao funcionamento do bairro como meio integrador. De facto, este bairro social tem como principais características a diversidade de segmentos sócio – culturais que defrontam a coexistência da vivência num espaço físico comum. Possuindo como denominador comum, escassos recursos económicos, baixas qualificações escolares e profissionais, transformando-os em objecto de formas várias de exclusão social e condições precárias de existência, tornam-no vulnerável a problemas diversos que fortemente condicionam o gosto, o enraizamento e a imagem locais. Deste modo, alguns factores de insatisfação social relacionados ao espaço residencial, estão relacionados à própria orgânica/construção e dinâmicas sociais dos próprios bairros, pautados por graves patologias sociais (droga, mau ambiente, má vizinhança e falta de segurança).

Geram-se assim configurações que afectam não só o gosto, a identidade e o tipo de relações locais existentes, que determinam os problemas dos bairros e agravam as necessidades em termos de equipamentos e serviços.

A degradação do ambiente também reforçou esta imagem negativa, alimentando um forte desenraizamento sobre o bairro, ou seja, os aspectos arquitectónicos do bairro influenciam a falta de auto-estima afectando a integração sócio-urbanística na Vila do Tortosendo. De facto a população quando inquirida sobre as condições da área residencial, referiram a degradação dos edifícios, e do estigma social existente.

A coexistência de grupos heterogéneos influencia a imagem negativa do espaço residencial. Porque a proximidade física com outros grupos diferentes, configura uma instância social, influenciando a crença que o bairro tem má imagem no exterior partilhando assim a existência de uma forte identidade negativa.

### **Sugestões:**

A habitação social é um tema tão vasto que a sua avaliação poderá reportar-me para várias temáticas dentro desta mesma realidade. Daí que, no decorrer da investigação, me deparei com vários fenómenos que poderiam ser analisados. No entanto, uma pesquisa sociológica deve preferencialmente ser parcelar, sem querer abarcar a realidade no seu todo. Neste sentido, apresento algumas sugestões para futuros trabalhos:

- 1) Avaliação do desempenho das entidades locais, nomeadamente as autarquias e instituições, e o efectivo acompanhamento aos habitantes do bairro social.
- 2) Revitalização do papel do Estado – Providência e os contributos para a institucionalização das políticas sociais de integração social.
- 3) A necessidade de avaliar os projectos urbanísticos e arquitectónicos, para o bem – estar social e físico dos residentes em bairros sociais.
- 4) Avaliação dos processos de promoção/financiamento mais recentes, dirigidos aos segmentos da população abrangidas por estas medidas.
- 5) Correlação entre a vivência dos habitantes nos bairros sociais, e os projectos de vida/modos de vida.

## Bibliografia

- ALMEIDA, João Ferreira de; PINTO, José Madureira, (1995), *A investigação nas Ciências Sociais*, Lisboa, Editorial Presença;
- ALMEIDA, João Ferreira de *et al*, (1994), *Exclusão social: Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta Editora;
- ABRANTES, Teresa (1994), “«efeitos perversos» dos bairros sociais: observações e sugestões”, *Sociedade e Território*, nº 20, Maio, pp 11-16.
- BARRETO, António (1995). Portugal na periferia do Centro. *Análise social*, 134, 841-855.
- BYRNE, David (1999), “Divided spaces: social division in the post-industrial city”, *Social Exclusion*, Open University Press, Buckingham/Philadelphia, pp. 109-125.
- BAPTISTA, Luís Vicente (2008), “Cidades e arredores, continuidade territorial e reconversões identitárias”, in Vaz, Domingos M. (org) 2008, “Cidade e Território, Identidades, Urbanismos e Dinâmicas Transferteiriças”, Celta Editores;
- CAPUCHA, Luís, (1992), *Problemas da Pobreza: Conceitos, Contextos e Modos de Vida*, ISCTE, Tese de Mestrado
- CAPUCHA, Luís, Nós e eles cá dentro: sobre o mito de um Robinson Cruose ao contrário, in *Pobreza, exclusão: Horizontes de intervenção*, (1998), edições IINCM.
- COSTA, António Firmino da (1999), “Identidade cultural e relações sociais locais”, *Sociedade de Bairro*, Celta, Oeiras, pp. 61-115.

- CASSIS, Filomena e Pereira, Albano (1994), “Utilização do espaço de Habitar e Satisfação Residencial – Bairro do Bugio” in *Sociedade e Território*, nº20, Porto, Afrontamento pp. 44-49;
- COSTA, António Firmino (1999), “Sociedades de bairros: Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural”, Oeiras, Celta Editora;
- CRUZ, S.M.F (1998), Realojamento «O sonho de uma vida» in Carneiro (coord), 2001, *Risco de uma Ausência de Realojamento*, Lisboa, Superior de Ciências Sociais e Políticas;
- ESTEVES, António J., (1995), *Jovens e Idosos: Família, Escola e Trabalho*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 93 – 125
- FREITAS, M<sup>a</sup> João (1994), “Os paradoxos do realojamento”, *Sociedade e Território*, nº 20, Maio, pp. 26 – 34.
- FREIRE, João (1999) “Problemas técnico – metodológicos em inquéritos sociológicos: a propósito de questões de valores e orientações dos sujeitos em matéria sócio – económica”, *Revista Crítica de Ciências Sociais* 55: 37 – 51.
- FREITAS, Maria João Lopes (2001), “Habitação e Cidadania, No trilho da complexidade de processos relacionais generativos, Tese de Doutoramento, Lisboa, ISCTE, pdf;
- FITOUSSI, Jean-Paul e Rosanvallon, Pierre (1997), “A nona era das desigualdades”, Ed. Celta, Lisboa;
- GIDDENS, Anthony (2004), *Sociologia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian;

- GOFMAN, Erving (1998), *Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, LCT, 4ª ed., Rio de Janeiro;
- GROS, Marielle Christine (1994), “«pequenas» histórias do alojamento social em Portugal”, *Sociedade e Território*, nº 20, Maio, pp. 80 – 90;
- GUERRA, Isabel (1998), “Grupos sociais, formas de habitat e estrutura do modo de vida”, in *Sociedade e Território*, nº 25/26, Ed Afrontamento, Porto, pp. 118-128;
- GONÇALVES, Helena Seita (1994), “Processos de (re)construção de identidades culturais num bairro de habitação social”, in: *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 16, pp. 135-149;
- GONÇALVES, Helena Seita (1995), “Usos e abusos do urbanismo contemporâneo”, in: *Sociedade e Território*, nº 21, Ed. Afrontamento, Porto, pp. 49-56;
- GUERRA, Isabel (1994), “As pessoas não são coisas que se ponham em gavetas”, in *Sociedade e Território*, nº 20, Ed. Afrontamento, Porto, pp. 11-16;
- GUERRA, Isabel (1997), “Um olhar sociológico sobre o alojamento”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 24 Lisboa, pp. 165-181;
- LOPES, Policarpo (2006), “Etnicização do espaço e produção de identidade”, in *Bolsa*, Casimiro (org), 2006, “Relações Sociais de Espaço”, Ed Colibri;
- MACHADO, Paulo Filipe (1994), “A presença cigana em Portugal: um caso de exclusão secular”, in *Coexistência e Exclusão Urbanas* (1994), nº 4, Instituto Mediterrâneo, Lisboa;

- MONTEIRO, Alcides A., (2004), *Associativismo e Novos laços Sociais*, Inforset – A. G., Lda., 1ª edição;
- MOZZICAFREDO, Juan (1997), *Estado Providência e Cidadania em Portugal*, edições Celta.
- MARCONI, Maria de Andrade, LAKATOS, Eva Maria, (2003), *Fundamentos Metodologia Científica*, Brasil, Editora Atlas;
- PERETZ, Henri, (2000), *Métodos em Sociologia, Para Começar, Lisboa, Temas e Debates*;
- PIMENTA, Manuel, Perista, Heloísa, (1994), “A pobreza urbana – algumas situações tipo” in *Coexistência e Exclusão Urbanas* (1994), nº 4, Instituto Mediterrâneo, Lisboa;
- PINTO, Teresa C. (1994), “Apropriação do espaço em bairros sociais: o gosto pela casa e o desgosto pelo bairro”, in *Sociedade e Território*, nº 20, Porto, Afrontamento pp. 36-43;
- PNAI, (2003), *Plano Nacional de Acção para a Inclusão: Portugal 2003 – 2005*;
- Pré – Diagnóstico Social Concelho Local de Acção Social da Covilhã, (2007), Programa rede Social;
- QUIVY, Raymond, CAMPENHOUDT, Luc (2005), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva;
- RODRIGUES, Eduardo, V. (2000), *Sociologia, Vol X*;

- SANTOS, Boaventura de Sousa (1987), “O estado, a sociedade e as políticas sociais. O caso das políticas de saúde”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 23, pp. 13 – 44;
- WIRTH, Louis (1938), “O urbanismo como modo de vida” in Fortuna (org), 1997, “Cidade, Cultura, Globalização, Oeiras, Celta Editora;
- XIBERRAS, Martine, (1993), *As Teorias da Exclusão: Para uma Construção de Imaginário do Desvio*, Lisboa, Instituto Piaget;

Bibliografia on-line

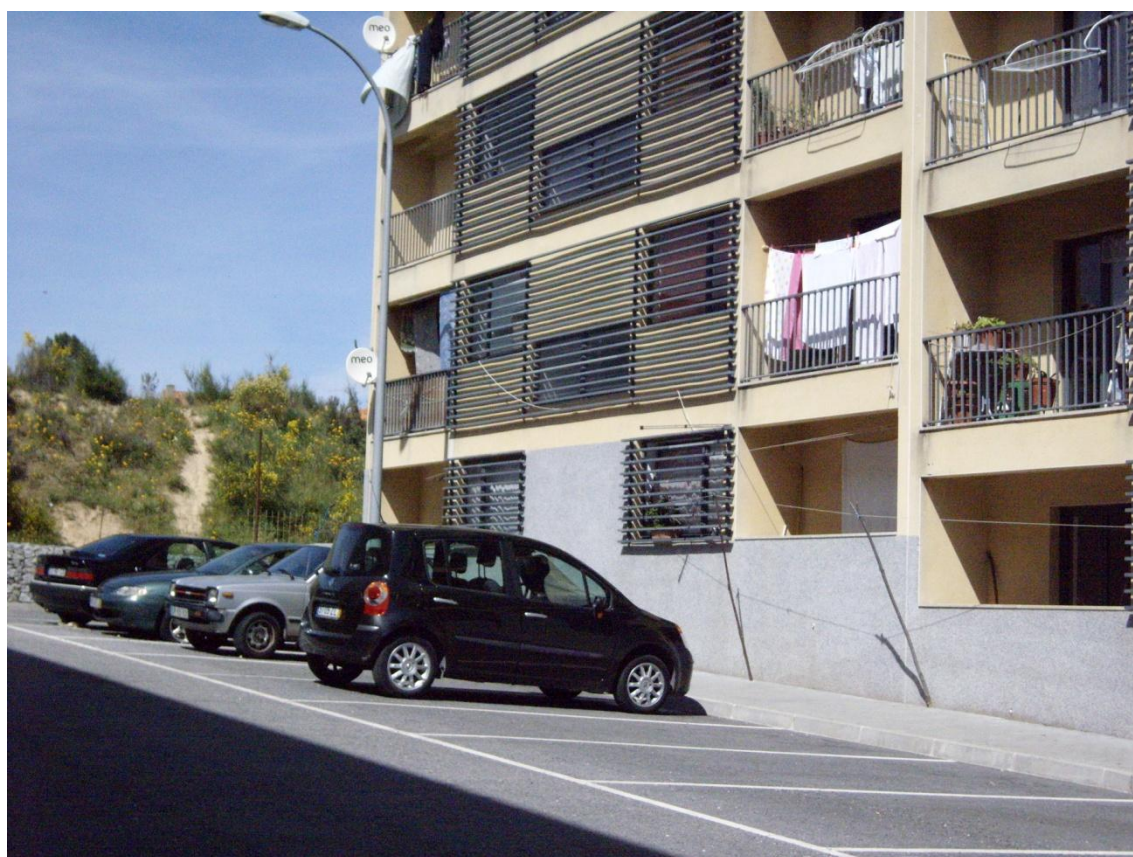
- AUGUSTO, Nuno Miguel (s/d), Da intervenção de inserção à ampliação da exclusão in <http://www.asp.pt/iucong-actas/acta133.pdf>;
- BARREIRA, João P. F. (s/d), Representações e estilos de vida num bairro de habitação social in <http://www.asp.pt/iucong-actas/acta043.pdf>;

# **Anexos**

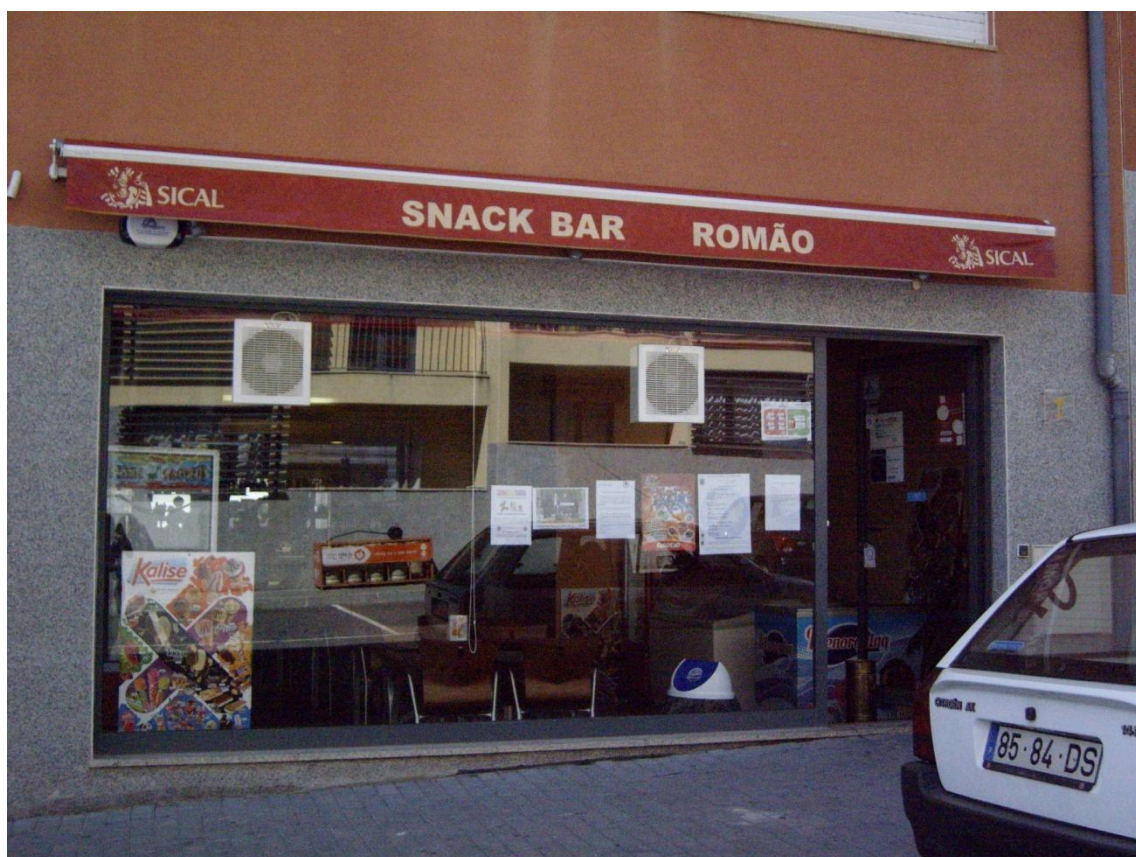
# **Anexo 1**



# **Anexo 2**



# **Anexo 3**





# **Anexo 4**

Desde já agradeço o tempo disponibilizado. O presente inquérito tem como objectivo, a recolha de dados para tratamento estatístico, que posteriormente irão ser utilizados na dissertação de mestrado, que visa saber se há por parte dos residentes uma apropriação do espaço, satisfação residencial, sociabilidades e identidades.

As respostas são confidenciais, e por isso lhe peço a maior sinceridade.

Obrigado pela colaboração.

Sexo :            M             F

Idade: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_.

Situação Profissional: \_\_\_\_\_.

Habilitações literárias: \_\_\_\_\_.

1. Número do edifício: \_\_\_\_\_.

1.1. Tipo de casa:                  
                                 T2             T4

1.2. Sistema de habitação:

Aluguer

Compra

1.2.1. Se respondeu aluguer, qual o valor? \_\_\_\_\_ €

2. É natural do bairro?

Sim

Não

2.1. Se não, onde vivia antes?

\_\_\_\_\_.

3. Onde se localizava a sua anterior residência?

\_\_\_\_\_.

4. Como classifica a sua habitação anterior?

Moradia

Andar

Barraca

Quarto

5. Como caracteriza as condições habitacionais da sua residência anterior?

Muito boas

Más

Boas

Muito más

Razoáveis

6. A zona onde morava antes estava:

Melhor integrada nos espaços urbanos

Tão integrada quanto este bairro

Pior integrada no espaço urbano

7. As relações com a vizinhança na zona onde morava antes eram?

Muito boas

Más

Boas

Muito más

Razoáveis

8. Há quanto tempo reside no bairro?

\_\_\_\_\_.

9. Quando veio morar para o bairro, qual a sua opinião acerca do bairro?

Muito boa

Má

Boa

Muito má

10. Quando veio morar para o bairro, as relações com a vizinhança:

- Melhoraram
- Pioraram
- Não se alteraram

11. Quando veio para o bairro:

- Conhecia todos os vizinhos
- Conhecia a maioria dos vizinhos
- Não conhecia nenhuns vizinhos

12. Neste momento o bairro está para si:

- Na mesma
- Melhor
- Pior

13. Após ter vindo para este bairro, a sua situação económica:

- Melhorou
- Piorou
- Manteve-se

13.1. Se alterou porquê?

---

---

14. Na sua opinião, o facto de viver neste bairro social influencia a imagem que os outros têm de si?

- Sim
- Não

14.1. Porquê?

---

---

---

15. Se tivesse condições abandonava o bairro?

Sim

Não

15.1. Porquê?

---

---

---

16. Quais os principais problemas que caracterizam o bairro?

Assaltos

Toxicodependência

Delinquência

Pobreza

Insegurança

Nenhum

Outros

Quais ? \_\_\_\_\_

---

17. Quais os problemas com a área residencial?

Degradação dos edifícios

Falta de higiene

Barulho

Iluminação

Outros

Quais? \_\_\_\_\_

---

18. Neste momento, como caracteriza as condições da sua habitação?

- |            |                          |           |                          |
|------------|--------------------------|-----------|--------------------------|
| Muito boas | <input type="checkbox"/> | Más       | <input type="checkbox"/> |
| Boas       | <input type="checkbox"/> | Muito más | <input type="checkbox"/> |
| Razoáveis  | <input type="checkbox"/> |           |                          |

19. Quais os serviços que fazem falta no bairro?

- |                    |                          |
|--------------------|--------------------------|
| Posto de saúde     | <input type="checkbox"/> |
| Parque infantil    | <input type="checkbox"/> |
| Espaço de convívio | <input type="checkbox"/> |
| Comércio           | <input type="checkbox"/> |

20. Qual o principal problema com a sua casa?

- |                            |                          |              |
|----------------------------|--------------------------|--------------|
| Falta de electricidade     | <input type="checkbox"/> |              |
| Falta de saneamento básico | <input type="checkbox"/> |              |
| Falta de espaço            | <input type="checkbox"/> |              |
| Nenhum                     | <input type="checkbox"/> |              |
| Outros                     | <input type="checkbox"/> | Quais? _____ |
- \_\_\_\_\_.

21. Já realizou algumas obras de melhoramento, reparação ou alteração?

- |     |                          |
|-----|--------------------------|
| Sim | <input type="checkbox"/> |
| Não | <input type="checkbox"/> |

21.1. Se sim, quais foram?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_.

22. Neste momento, a relação que tem com os seus vizinhos é:

- |           |                          |          |                          |
|-----------|--------------------------|----------|--------------------------|
| Muito boa | <input type="checkbox"/> | Má       | <input type="checkbox"/> |
| Boa       | <input type="checkbox"/> | Muito má | <input type="checkbox"/> |
| Razoável  | <input type="checkbox"/> |          |                          |

23. Com que pessoas se relaciona mais frequentemente?

Com os vizinhos do prédio

Com os vizinhos do bairro em geral

Com familiares

24. Na sua opinião, os residentes deste bairro são:

Muito unidos

Unidos

Pouco unidos

Nada unidos

25. Existe algum tipo de associação (desportiva, social, cultural), no bairro?

Sim

Não

26. Que relação tem com a comunidade, Tortosendense?

Muito boa

Má

Boa

Muito má

Razoável

# **Anexo 5**



## CÂMARA MUNICIPAL DA COVILHÃ

### Serviço de Habitação

# EDITAL

**CARLOS ALBERTO PINTO**, Presidente da Câmara Municipal da Covilhã, **TORNA PÚBLICO**, de harmonia com o deliberado em reunião realizada em 21 de Fevereiro de 2003, que se encontra aberto concurso para a atribuição de 78 fogos (18 T1; 35 T2; 21 T3; 4 T4) de habitação social para arrendamento, localizados no Tortosendo.

O referido concurso rege-se pelas seguintes normas:

1 - Considera-se como fazendo parte do agregado familiar do concorrente, o conjunto de pessoas que com ele vivam em comunhão de mesa e habitação, ligados por laços de parentesco, casamento, afinidade e adopção ou noutras situações especiais assimiláveis.

2 - Podem candidatar-se à atribuição dos fogos, os agregados familiares que residam na área do Concelho da Covilhã e não possuam casa própria habitável ou talhão de terreno destinado a construção urbana.

3 - A atribuição dos fogos será efectuada pela Câmara Municipal da Covilhã, devendo os candidatos apresentar, no prazo de 30 dias úteis a contar da data da 2ª publicação do presente Edital nos jornais Notícias da Covilhã e Tribuna Desportiva, os seguintes documentos de inscrição:

a) Preenchimento de um "Questionário para Instrução do Processo de Atribuição de Habitação Social no Concelho da Covilhã", elaborado no âmbito do Decreto-Regulamentar nº. 50/77, de 11 de Agosto, que será fornecido pelos Serviços de Atendimento da Câmara;

b) Atestado da Junta de Freguesia da residência do concorrente, confirmando a composição do agregado familiar e o tempo de residência, indicando e confirmando os rendimentos do agregado familiar;

c) Declaração da Repartição de Finanças da área de residência, indicando e confirmando os rendimentos do agregado familiar;

d) Declaração do Centro Nacional de Pensões, indicando e confirmando qualquer valor recebido por qualquer membro do agregado familiar, relativamente a abonos, reformas e outras subvenções, exceptuando o abono de família;

e) Certidão passada pela Repartição de Finanças do Concelho da área de residência certificando se o concorrente ou qualquer pessoa do seu agregado familiar é ou não proprietário de prédio urbano ou talhão urbanizado;

f) Apresentação de documentos justificativos dos rendimentos do agregado familiar:

- apresentação da declaração do IRS -, ou
- no caso de isenção do imposto referido no número anterior;
- Certidão negativa do IRS emitida pela Repartição de Finanças;

Se algum dos elementos do agregado familiar se encontrar colectado em IRC, certidão comprovativa da mesma, com os ordenados considerados custo do exercício, passada pela respectiva Repartição de Finanças;

4 - A Câmara Municipal da Covilhã poderá exigir a apresentação de quaisquer outros elementos aos candidatos que confirmem as declarações por estes prestadas e por si, proceder a inquérito sobre as mesmas.

5 - As falsas declarações ou omissões dos candidatos, determinarão a sua exclusão.

6 - Findo o prazo do concurso serão elaboradas pela Câmara Municipal da Covilhã, no prazo máximo de 45 dias úteis, as listas de classificação provisória dos candidatos admitidos e excluídos, com indicação sucinta das razões de exclusão.

7 - As listas serão afixadas no local onde teve lugar a apresentação dos boletins de inscrição.

8 - Da exclusão ou inclusão de qualquer concorrente cabe reclamação para a Câmara Municipal, a interpor no prazo de cinco dias úteis a contar da data da afixação da respectiva lista.

9 - Sobre a matéria de reclamação será proferida decisão no prazo máximo de dez dias úteis a contar da data da respectiva apresentação.

10 - A lista de atribuição definitiva será afixada no prazo máximo de sessenta dias úteis a contar da data do encerramento do concurso, nos locais indicados em 7.

11 - A atribuição dos fogos obedecerá aos critérios cuja ordem de prioridade se indica:

- Realojamento resultante de sinistros/calamidades ou interesse público;
- Necessidade de intervenção urbanística em habitações cuja degradação põe em risco a segurança e saúde pública justificando um realojamento imediato dos moradores;
- Condições de habitabilidade do agregado familiar concorrente;
- Constituição do agregado familiar concorrente;
- Condições especiais de saúde do agregado familiar concorrente;
- Condições sócio-económicas do agregado familiar concorrente.

Covilhã, Paços do Município, 28 de Fevereiro de 2003

O Presidente da Câmara Municipal da Covilhã  
(Carlos Alberto Pinto)

